

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI
DA MINERAÇÃO NA SERRA DO CURRAL
REQUERIMENTO 130/2018**

RELATÓRIO FINAL

PROTOCOLIZADO EM PLENÁRIO <u>19 / 02 / 19</u> às <u>10:00</u> h. <u>[Assinatura]</u> / 218 Responsável pelo protocolo
--

***“O segredo da alegria no trabalho está
em uma palavra – excelência.
Saber como fazer alguma coisa bem
feita é gostar do que se faz”***

Pearl S. Buck

Relator: Vereador Carlos Henrique

Belo Horizonte, 19 de fevereiro de 2019

AVULSOS DISTRIBUÍDOS Em <u>19 / 02 / 19</u> <u>398</u> Responsável pela distribuição
--

SUMÁRIO

1 - 1- Introdução	01
2- Pequeno histórico da ocupação e mineração na Serra do Curral	08
3- Marcos legais	18
3.1 – Normas constitucionais e infra-constitucionais relacionadas à instalação de atividades minerárias	18
3.2 – Licenciamento Ambiental	28
3.3 – Limitações colocadas pelo SNUC	61
3.4 – Limitações colocadas pelo Patrimônio Histórico	63
4- A Mina Corumi	84
5- Outras atividades minerárias na Serra do Curral e na sua cadeia montanhosa	102
5.1 – Complexo Minerário Serra do Taquaril	103
5.2 – Mina do Brumado (Serra da Piedade)	108
5.3 – Mina Casa Branca (Parque Rola Moça)	110
5.4 – Mina Lagoa Seca	111
5.5 – Conexões empresariais e formação de grupos econômicos	112
6- O Desenvolvimento dos Trabalhos da CPI	114
7- Os questionamentos da CPI	203
8- Considerações finais	213
8.1 – Impactos verificados em consequência da atividade na Mina Corumi:	214
Ambiental / hídrico	214
Cultural / patrimônio	215
Social / sanitário	221
8.2 – Potenciais impactos decorrentes do conjunto de atividades minerárias na região	221
9- Recomendações da CPI	226
9.1 – Propostas relativas à preservação dos espaços naturais do maciço montanhoso da Serra do Curral	226
9.2 – Propostas relativas à normatização da atividade minerária na Região Metropolitana de BH, a serem encaminhadas à ALMG	229
9.3 – Recomendações ao Ministério Público, à Polícia Federal e à Polícia Civil	230
9.4 – Outras Recomendações e Encaminhamentos	233
ANEXOS EM MÍDIA DIGITAL:	
1 – Oitivas	
2 – Reuniões	
3 - Atas	
4 – Presenças	
5 – Resultados	
6 – Requerimentos e Respostas	
7 – Outros Documentos	



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1 – Introdução

“A doutrina define a licença ambiental sob a seguinte perspectiva: A licença ambiental foi concebida como fórmula de controle em favor do meio ambiente. Volto a insistir, não é mera formalidade a ser cumprida pelo administrador. Tem uma *ratio* dirigida a um resultado. E quando falta este resultado, o ato como que clama por invalidação, já que cada Ato Administrativo é idôneo para um certo fim; é veículo hábil para atender determinado desiderato, pois exprime uma competência instituída em vista de um dado resultado.” (MILARÉ; BENJAMIN, 1993, p. 103).

A Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI – da Mineração na Serra do Curral foi instalada pela Câmara Municipal de Belo Horizonte em 27 de julho de 2018 derivada de requerimento assinado por 28 vereadores¹, em função da publicização dos impactos causados por uma mineração cuja atividade vinha se desenvolvendo um dos pontos mais sensíveis, tanto do ponto de vista ambiental como cultural, do maciço montanhoso que delinea a fronteira leste/sudeste do município, além de abrigar o seu símbolo oficial, o Pico de Belo Horizonte.

A partir de denúncias feitas por moradores de região, instalou-se uma suspeita de que as ações realizadas na Mina Corumi, localizada na região do Taquaril e de propriedade da Empresa de Mineração Pau Branco – Empabra LTDA – estariam

¹Os vereadores signatários do Requerimento nº 130/2018 foram os seguintes: Pedro Lula Patrus, Arnaldo Lula Godoy, Áurea Carolina, Autair Gomes, Bim da Ambulância, Carlos Henrique, Cida Falabella, Cláudio Duarte, Dimas da Ambulância, Doorgal Andrada, Edmar Branco, Eduardo da Ambulância, Fernando Luiz, Flávio dos Santos, Gabriel, Gilson Reis, Hélio da Farmácia, Irlan Melo, Jair Di Gregório, Jorge Santos, Juliano Lopes, Juninho Los Hermanos, Marilda Portela, Mateus Simões, Nely Aquino, Orlei, Osvaldo Lopes e Pedrão do Depósito, nos termos dos artigos 57 e 58 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte e § 3º do artigo 82 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ultrapassando os limites daquilo que seria permitido para o local e que a atividade estaria se desenvolvendo sem a devida licença ambiental necessária.

Cabe lembrar que antes mesmo da instauração da referida Comissão, várias outras ações legislativas foram tomadas no sentido de se tentar esclarecer as condições sob as quais a atividade minerária vinha ali sendo exercida e se essa estaria respeitando os parâmetros estabelecidos pelos órgãos responsáveis por autorizar e controlar esse tipo de empreendimento.

Dentre as iniciativas legislativas tomadas por essa casa no intuito de fiscalizar o desenrolar das ações referentes à Mina Corumi, gostaríamos de destacar:

1. Realização de Visita Técnica da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana em 02/05/2018, a qual contou com a presença de vários movimentos ambientalistas, entidades técnicas e professores universitários, além de representante da empresa. Nessa visita, confirmaram-se as suspeitas de que estava sendo efetivamente realizada no local uma atividade de mineração, sem que essa fosse respaldada por uma licença, conforme confirmado pelo Gerente de Relações Públicas da Empabra. Além disso, a visita ainda levantou outras suspeitas (como uma possível invasão do território do Parque Estadual da Baleia e uma provável associação com a COWAN no empreendimento denominado CMST – Complexo Minerário Serra do Taquaril), as quais serão devidamente tratadas em momento oportuno deste relatório.
2. Realização de Audiência Pública a Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana em 16/05/2018², na qual uma vasta gama de temas concernentes ao empreendimento foi abordada e na qual foi tirado como encaminhamento, dentre outros, um pedido de imediata interrupção das atividades minerárias. Cabe dizer que nessa reunião, o representante da Empresa, Sr. Fernando Claudio, admitiu que a empresa estava funcionando sem licença ambiental.

²O desenrolar da Audiência Pública, assim como os demais resultados, podem ser acessados no link: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-reunioes/2c907f7662b4dd7601634110211b49fa>



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

3. Aprovação da Indicação 94/2018 da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana dessa casa, aprovada em 21 de maio de 2018, direcionada ao Poder Executivo municipal, na pessoa do Sr. Mário Werneck, Secretário Municipal de Meio Ambiente, sugerindo que fossem tomadas providências cabíveis no sentido de proceder à *“imediata interrupção das atividades da Empresa de Mineração Pau Branco – EMPABRA, na mina Corumi, localizada na Serra do Curral, região do Taquaril, nesta Capital”*.

Não obstante as ações acima relatadas, a potencial ocorrência de irregularidades nelas constatadas e a divulgação de um volume considerável de matérias pela imprensa, os órgãos públicos responsáveis não tomaram medida substantiva no sentido de atender aos pedidos realizados e nem mesmo no sentido de produzir um laudo técnico consubstanciado sobre a real situação na qual se encontrava a atividade minerária no local citado. Nesse ponto, cabe ressaltar a vistoria realizada pela SEMAD em 06 de junho de 2018, na qual foi constatada que vinha sendo praticado “mineração excessiva” no local, segundo informação divulgada em reportagem de O Estado de Minas de 29/06/2018³. Nessa vistoria, cujo resultado encontra-se RELATÓRIO TÉCNICO CONJUNTO SEMAD/IEF nº 01/2018, além dos representantes da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD, do Instituto Estadual de Florestas – IEF, também estiveram presentes representantes do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de Minas Gerais – IEPHA, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

No relatório acima citado, de 20 de junho de 2018, foi estipulado um prazo de 10 (dez) dias para que a Empabra se manifestasse sobre o conteúdo, **“sob pena de cancelamento do TAC e imediata suspensão das atividades de lavra”**. No entanto, como no prazo dado para resposta não foi formalizada nenhuma ação da empresa no sentido de cumprir a notificação recebida e nem tampouco ocorreu

³Disponível em:
https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/06/29/interna_gerais.970183/vistoria-aponta-mineracao-excessiva-na-serra-do-curral.shtml



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

medida do governo do Estado no sentido de tornar efetiva as penalidades indicadas, o requerimento para a instauração da CPI foi protocolado nesta Câmara em 12 de julho 2018 (Requerimento nº 130/2018), assinado por 28 dos seus 41 vereadores.

Para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito foram designados como seus componentes, em 24 de julho de 2018 pelo Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, segundo atribuição a ele conferida pelo Art. 47 do regimento Interno da CMBH, os seguintes vereadores:

Membros Titulares	Membros Suplentes
Gilson Reis	Gabriel
Carlos Henrique	Jair de Gregório
Catatau	Fernando Luiz
Rafael Martins	Mateus Simões
Juliano Lopes	Irlan Melo
Edmar Branco	Cida Falabella
Pedro Lula Patrus	Dr. Nilton

Em sua reunião de instalação, no dia 27/07/2018, foram definidas como deliberações da Comissão a eleição do Vereador Gilson Reis para ocupar a Presidência e o Vereador Carlos Henrique para os trabalhos da Relatoria, além de estabelecer que suas reuniões ordinárias aconteceriam toda terça-feira, às 10:00 horas, no Plenário Helvécio Arantes. Na reunião também ficou decidido a elaboração de um Plano de Trabalho para orientar e delimitar a extensão dos trabalhos da Comissão. Nesse Plano, que clarifica os objetivos da CPI, vemos que o objeto de investigação da Comissão, embora centrado na atividade minerária realizada na Mina Corumi, não se limita a ela, uma vez que podem existir relações econômicas e/ou operacionais com outros empreendimentos do setor presentes no maciço da Serra do Curral e adjacências, além das implicações ambientais sistêmicas concernentes ao ecossistema regional. Como podemos ver no excerto a seguir:

“Para garantir racionalidade e eficiência à investigação, este plano de trabalho propõe definir com clareza uma estratégia de investigação



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

que contemple todos os eixos objeto do Requerimento constitutivo desta CPI, principalmente, através dos seguintes enfoques: a atividade minerária que atinge o município de Belo Horizonte, direta ou indiretamente, principalmente aquela realizada no local conhecido como Granja Corumi, na região do Taquaril; bem como processos de licenciamento e outros procedimentos administrativos referentes à investigação, condutas ilícitas e investigações em outros órgãos.” (Plano de Trabalho)

Cabe lembrar a clara jurisprudência do STF acerca da ampliação dos objetivos de uma CPI, ao incorporar elementos distintos daqueles presentes em seu requerimento originário:

“Cumpre esclarecer que, em casos similares ao presente mandamus, tem-se reconhecido com apoio da jurisprudência dessa Corte, que a comissão parlamentar de inquérito não está impedida de estender seus trabalhos a fatos que, no curso do procedimento investigatório, se relacionem a fatos ilícitos ou irregularidades, desde que conexos com a causa determinante da criação da CPMI. Nesse sentido MS 25.721-MC, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, julgado em 19-12- 2005; MS 25.725- MC, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 16-12- 2005; MS 25.716-MC, Min. Cezar Peluso, DJ 16-12- 05. (MS 25.733, Rel. Min. Carlos Britto, decisão monocrática proferida pela Min. Ellen Gracie no exercício da presidência, julgamento em 31-1- 06, DJ de 1º-2-06) A comissão parlamentar de inquérito deve apurar fato determinado. CF, art. 58, § 3º. Todavia, não está impedida de investigar fatos que se ligam, intimamente, com o fato principal. (HC 71.231, Rel. Min. Carlos Velloso, julgamento em 5-5- 94, DJ de 31-10- 96) no mesmo sentido: MS 25.677, Rel. Min. Ellen Gracie, decisão monocrática, julgamento em 6-3- 06, DJ de 13-3-06.”

Mudanças na composição da Comissão, com a designação da vereadora Bella Gonçalves e dos vereadores Elvis Côrtes e Arnaldo Lula Godoy em substituição aos



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

vereadores Rafael Martins, Juliano Lopes e Pedro Lula Patrus, respectivamente, conferiram à CPI sua composição atual:

Membros Titulares	Membros Suplentes
Gilson Reis (presidente)	Gabriel
Carlos Henrique (relator)	Jair di Gregório
Catatau	Fernando Luiz
Bella Gonçalves	Mateus Simões
Elvis Côrtes	Irlan Melo
Edmar Branco	Cida Falabella
Arnaldo Lula Godoy	Dr. Nilton

No desenrolar dos trabalhos da Comissão foram realizadas 29 reuniões ordinárias e outras 2 extraordinárias, além de uma visita técnica à Mina Corumi em 13 de agosto de 2018 e uma visita técnica ao Parque Estadual da Baleia em 06 de novembro de 2018. Durante as reuniões da Comissão foram aprovados 54 requerimentos referentes a pedidos de informação a órgãos públicos, convites e/ou convocações para oitivas e também realização de visitas técnicas. As oitivas realizadas contaram com a presença de representantes da sociedade civil, do setor técnico e universidades, do setor sindical e do setor empresarial, conforme quadro a seguir:

Sociedade civil	9
Setor técnico / Universidade	2
Setor sindical	3
Setor empresarial	2
Setor Público	9
TOTAL	25

A CPI da Mineração na Serra do Curral contou com a competente condução do Presidente do colegiado, Vereador Gilson Reis (PC do B), que procurou colocar em pauta, da forma mais democrática possível, todos os aspectos e parcelas da sociedade civil e públicas que envolvem o objeto investigado. Devemos enaltecer,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

também, o empenho e a dedicação que predominou entre os demais integrantes desta CPI ao longo das investigações, que se mostraram pertinentes e eficazes.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito respeitou todos os princípios orientados pela Constituição da República, do Estado de Minas Gerais, na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno da CMBH, e a conduta dos membros da CPI, da assessoria, além de todo o corpo técnico envolvido respeitou com excelência as diretrizes constitucionais da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência. Os mais variados instrumentos de investigação foram utilizados com o objetivo de elucidar as denúncias de forma a alcançar a máxima abrangência em relação aos esclarecimentos solicitados.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

2 – Pequeno histórico da ocupação e mineração na Serra do Curral⁴

A atividade minerária na Serra do Curral está ligada à história do povoamento da região, cujos primeiros registros remontam à segunda metade do século XVII, período das bandeiras paulistas de Fernão Dias Paes Leme, Manoel de Borba Gato, dentre outros, em busca de pedras preciosas e ouro.

“O conjunto montanhoso da região, formado por serras de perfil altaneiro e inconfundível, foi uma das balizas que nortearam o desbravamento do território pelos bandeirantes paulistas que chegaram, inicialmente, a Sabará-bussú, sertão situado nas circunjabências de Sabará e as margens do Rio das Velhas.”
(CDPCM-BH, p.5)

Posteriormente, com a chegada do bandeirante João Leite da Silva Ortiz por volta de 1701 ao lugar denominado então como Serra de Congonhas e sua instalação em uma fazenda no local chamado de cercado.

“O progresso da fazenda de Ortiz logo atraiu novos moradores para a região do Cercado. Admitindo agregados em seu latifúndio, o bandeirante deu então início ao povoamento dessa região e aos poucos um pequeno arraial começou a se estruturar ao longo do território próximo a Fazenda do Cercado, originando pequenos aglomerados urbanos devido à abundância de água, topografia adequada, solos férteis e uma bela paisagem.

“Por volta de 1707, o arraial que havia se formado em torno da Fazenda do Cercado tendo como referência o alinhamento montanhoso da Serra das Congonhas, acabou por receber o nome de

⁴ As informações do processo histórico de ocupação da região e início das atividades minerárias foram extraídas – inclusive com reprodução de excertos – do documento produzido pelo CDPCM-BH em 04 de julho de 2002, intitulado “SERRA DO CURRAL – Revisão da Proteção” e assinado pela sua então presidente, Sra. Maria Celina Pinto Albano.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

“(...) Curral del Rei, por causa do cercado ou curral ali existente, [formado pelas encostas e conformações rochosas próximas à Serra das Congonhas], segundo a tradição corrente através de todos os tempos”.⁵

Batizado com o nome de Curral del Rei, o arraial pertencente à Capitania das Minas, posteriormente incluído na Comarca do Rio das Velhas, cuja sede era Sabará, continuou a crescer, gradativamente, agora não apenas em função da fama das minas de ouro que ganhavam estrada, mas em consequência do desenvolvimento da agricultura, pecuária e comércio que se faziam entre as zonas auríferas, mais tarde difundido pelas constantes levadas de gado que ali estacionavam para o pagamento de imposto ao Rei. Viajantes e forasteiros que por ali passavam fizeram da região um ponto de parada. Assim, o arraial de Curral del Rei, deu início a um processo, ainda incipiente, de migração e de crescimento demográfico em função da “(...) salubridade do lugar, o pitoresco do panorama e a boa posição para o intercâmbio comercial [que] naquela época foram atraindo para a incipiente povoação algumas famílias, que nella se fixaram (...)”.⁶

“A Serra de Curral del Rei fazia do arraial, em função de sua paisagem inesquecível, um local agradável e aconchegante sendo sempre citada e lembrada por seus viajantes e forasteiros pelos sertões do Brasil. A Serra, nos relatos, impõe-se também enquanto referência na paisagem que separa o povoado da região mineradora. Ela passa a fazer parte da memória individual e coletiva daqueles que vivem e que passam pelo arraial.” (p.7)

O ciclo de prosperidade, gerado pela descoberta das minas de ouro, contudo, durou pouco. A decadência da mineração e a consequente descentralização das atividades econômicas acabaram por promover um refluxo da população para diferentes regiões da província, restringindo o papel da antiga Vila Rica de centro econômico e po-

⁵ BARRETO, Abílio. Op. Cit. p.108. História antiga.

⁶ TASSINI, Raul. Op. Cit. p.106.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

lítico das Minas a simples sede administrativa, uma vez que a exaustão dos solos minerais colocou em crise a economia. As diversas regiões que constituíam o arraial foram pouco a pouco se tornando autônomas. O arraial de Curral del Rei, em finais do século XIX, passou a percorrer uma trajetória de discreta decadência. Diante desse quadro, teve início as tentativas de transferência da capital de Minas Gerais para um outro local. (p. 8)

A tão almejada e discutida transferência da capital de Minas Gerais para uma outra localidade suscitava questões políticas relevantes, como a possibilidade de recuperação do equilíbrio das diferenças econômicas das diversas regiões do Estado ocasionada pelo declínio da mineração solucionando, assim, problemas técnicos e administrativos. Além é claro, da eliminação dos resquícios e da herança colonial com os quais se desejava romper, tendo em vista que a instalação de um novo regime demandava uma nova capital livre de tradições e arcaísmos.

A população de Curral del Rei, nesse período de renovação política, demonstrou uma certa insatisfação com a denominação do arraial que trazia impregnado no nome lembranças do Império. Assim, propuseram ao governador do Estado mudar sua denominação para uma outra que melhor expressasse os novos ideais republicanos.

Diversos foram os novos nomes apresentados ao Governador do Estado de Minas Gerais, João Pinheiro da Silva, para o arraial de Curral del Rei tendo sido escolhida a denominação Belo Horizonte, que de acordo com os dizeres do Governador

“(...) seria o nome que melhor afirmaria o espetáculo que a localidade deixava correr aos olhos daqueles que por ali passavam em função da bela paisagem promovida pela Serra do Curral”.⁷

Assim, através do Decreto nº 36 de 12 de abril de 1890, o arraial de Curral del Rei teve seu nome substituído por Belo Horizonte.

⁷ Trecho retirado do Relatório apresentado pelo Governador do Estado João Pinheiro da Silva ao Congresso quando do encaminhamento do Decreto nº 36 de 1890.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Cabe ressaltar, que a Serra do Curral, no século XIX, foi novamente reconhecida pelos habitantes do arraial enquanto um espaço de referência por sua influência no modo de viver local, servindo de inspiração para a nova denominação do arraial, papel que já havia desempenhado anteriormente, no século XVIII, quando o arraial recebeu o nome de Curral del Rei por influência de sua conformação natural, agora exaltada pela beleza de sua paisagem que descortina de qualquer ponto dessa localidade lindos horizontes, ou melhor, belos horizontes.

Cabe dizer que os debates em torno da mudança da capital foram intensos e suscitaram muitos protestos da parte dos moradores de Ouro Preto. De toda forma, Em 28 de outubro de 1891, a Lei n.º 1, adicional à Constituição do Estado, estava então promulgada tornando realidade a idéia de mudança da capital. Isto posto, se fazia necessário dar início, o mais breve possível, aos estudos sobre as localidades que poderiam vir a ser a sede da nova capital de Minas. A legislação aprovada previa, para tanto, a constituição de uma Comissão de Estudos das Localidades Indicadas para a Nova Capital (CELINC). Em fins de 1892, sob o governo de então Presidente Afonso Pena, o engenheiro Aarão Reis foi convidado e assumiu a chefia dos trabalhos a serem desenvolvidos por essa Comissão de Estudos das Localidades. Com vista à escolha do local ideal para a construção da nova capital de Minas, foram indicadas cinco localidades a serem estudadas, sendo essas: Belo Horizonte, Paraúna, Barbacena, Várzea do Marçal e Juiz de Fora.

Na escolha do antigo Curral D'él Rey para sediar a nova capital do Estado de Minas Gerais, um fator de grande relevância foram as características do sítio natural de seu entorno, notadamente a beleza cênica propiciada pela Serra do Curral, além da hidrografia abundante, reconhecida então como recurso fundamental para o abastecimento da nova cidade.

A implantação da nova capital nos solos do antigo arraial de Curral del Rei foi imediatamente iniciada, pois a Comissão Construtora da Nova Capital tinha um prazo de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

apenas quatro anos para a conclusão de suas obras, devendo esta ser inaugurada no ano de 1897.

Com a efetiva instalação da Comissão Construtora da Nova Capital no antigo Curral del Rei, deu-se início às transformações da paisagem. Abandonaram-se os estilos de ocupação predominantes durante os tempos da colônia. Do antigo arraial de Curral del Rei, restaram preservados apenas dois exemplares, sendo um a casa da antiga Fazenda do Leitão, hoje Museu Abílio Barreto e outro o lavabo da sacristia da antiga capela de Nossa Senhora da Boa Viagem, que se encontra hoje instalado nos jardins da catedral que a substituiu. (p. 11)

Na década de 1940, a criação da Pampulha e da Cidade Industrial aponta para um processo de mudanças no perfil da Capital, que seria dinamizado na década seguinte com a política desenvolvimentista do Governo de Juscelino Kubitschek, no âmbito nacional, promovendo a modernização do espaço urbano da cidade, através de novas propostas trazidas pelo movimento modernista.

O ideal urbano implementado a partir desse período, ao incorporar novas concepções, buscou atribuir às cidades um lugar de produções culturais sujeitas a diferentes apropriações,

“É através de um permanente processo de criação e reapropriação que o homem transforma o ambiente em que vive, ao mesmo tempo em que estabelece as bases para criações futuras”.⁸

Com o desenvolvimento industrial, cresceram também os problemas urbanos. Os bairros periféricos se multiplicaram e as construções na região central proliferaram, sobretudo a construção de edifícios. Em algumas regiões da Serra do Curral, o processo de exploração do minério de ferro havia sido iniciado, sendo a maior parte da produção exportada para outros países. Já se observava também um avanço de loteamentos que, nesse momento, ainda não comprometia as montanhas, conforme

⁸MOTTA, Lia. *A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global*. IN: ARANTES, Antônio A (org.). *O espaço da diferença*. Campinas, São Paulo: Papirus, 2000, p.259.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

pode ser visualizado no Mapa de População dos Maiores Municípios do Estado de Minas Gerais produzido pelo Censo no ano de 1940.

Na década de 1950, a cidade de Belo Horizonte viveu momentos de intenso progresso econômico em virtude do contínuo crescimento industrial alcançado pela capital. Nesse período, a população da cidade cresceu consideravelmente em função do êxodo rural, recebendo indivíduos de diversas regiões em busca de novas oportunidades. Intensificou-se o surgimento de bairros por toda região que circundava a zona urbana da cidade, implantados cada vez mais distantes da área central. Assim, tinha início o processo de metropolização do município.

Com efeito, essas transformações empreendidas no espaço urbano de Belo Horizonte, sem planejamento por parte dos órgãos municipais, produziram configurações territoriais indesejáveis que promoveram, a partir da ocupação desordenada “(...) impactos ambientais predatórios, (...) [alteração do] modo de vida local [gerando] conflitos”.⁹

A atividade de mineração, nesse período, intensifica-se com a extração da dolomita na região do Acaba Mundo (concessão de lavra datada da década de 40), do minério de ferro na região do Taquaril (concessão de lavra datada da década de 50) e do quartzito na região do Barreiro (concessão de lavra datada da década de 60), dando-se início ao processo de descaracterização de partes da Serra do Curral. Empresas americanas e inglesas encontravam-se presentes na região.

A exploração das jazidas mineral da Serra do Curral desencadeou o processo de transformação da região e sua paisagem natural foi a primeira a apresentar alterações, pois

“(...) o tecido urbano estendeu-se pela periferia. Espaços industriais, serviços, conjuntos habitacionais, favelas e loteamentos precários

⁹ OLIVEIRA, Heloisa Gama de. Construindo com a paisagem: um projeto para a Serra do Cipó. IN: MURTA, Stela Maris, ALBANO, Celina (org.). *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasília, 2002, p. 226.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

estenderam (...) o espaço circundante [da cidade] (...) e as condições de produção urbano-industrial tornaram-se extensivas, adaptadas às novas exigências da produção e (...) de reprodução (...).¹⁰

Frente a ameaças à integridade da Serra do Curral, o Governador do Estado de Minas Gerais, José Francisco Bias Fortes, demandou o tombamento do Conjunto Paisagístico da Serra do Curral ao SPHAN¹¹. Depois de concluído o processo, o Conjunto Paisagístico da Serra do Curral foi oficialmente legitimado como Patrimônio Histórico em âmbito nacional.

No ano de 1961, foi criada a Ferrobel – Ferro de Belo Horizonte S/A, sociedade de economia mista da qual 60% das ações pertenciam à Prefeitura Municipal e que desenvolveu atividade de exploração de minério na Serra do Curral, nas jazidas Mangabeiras, Cercadinho e Barreiro. A urbanização de bairros e vilas (nos setores de água e esgoto, educação, calçamento e pavimentação, transporte coletivo e abastecimento) era executada pelo poder público com recursos advindos dessa exploração mineral. A exploração da jazida Mangabeiras era realizada apenas pela Ferrobel, até 1973, quando então passou a ser controlada, também, por uma empresa privada.

Na década de 70, o “Milagre Econômico” apontava evidências de esgotamento, desencadeando mais tarde um declínio na expansão econômica. A exploração de minério de ferro na Serra do Curral passou também a ser executada em terras do Município de Nova Lima, promovendo uma descaracterização significativa da montanha, a despeito do tombamento federal promovido anos atrás. Nesse período, então, a população sensibilizada associa-se a ecologistas e se organizam objetivando a proteção da Serra do Curral, dando início ao movimento ecológico em Belo Horizonte. A partir dessa associação começaram a ser denunciadas diversas malversações sobre o meio ambiente e seus recursos naturais que resultaram, gradativamente, em ganhos ambientais como a paralisação das atividades de extração mineral praticada

¹⁰ MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Belo Horizonte: a cidade planejada e a metrópole em construção. IN: Belo Horizonte: espaços e tempos em construção. Belo Horizonte: CEDEPLAR, Coleção BH 100 anos, Vol. 01, 1997, p. 26.

¹¹ Como veremos à frente neste relatório. Nessa época o órgão era denominado Serviço Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por isso a sigla SPHAN.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

em parte do perfil protegido da Serra do Curral, por um determinado período de tempo. No entanto, as atividades de mineração continuaram na vertente oposta da Serra do Curral, assim como surgiram novas áreas de exploração, que se estenderam até a região do Barreiro. Nesse processo, vários cursos d'água e nascentes da vertente sul da Bacia do Arrudas foram comprometidos.

Nesse período, o movimento de preservação do meio ambiente ganha visibilidade e a percepção do valor da Serra do Curral desloca-se da questão dos recursos naturais exploráveis, para ganhar uma dimensão mais ampla, que incorpora seu caráter de patrimônio natural, simbólico e afetivo. A Serra abriga incontestável riqueza ecológica. Ora com matas associadas aos cursos d'água, ora com campos rupestres associados às couraças ferruginosas, ora com campos cerrados ou cerrados associados a esporões e encostas intermediárias entre a crista e os fundos de vale, a Serra do Curral constitui um autêntico patrimônio da biodiversidade. Aliado a esse valor – duplamente ecológico e científico – conferido pelas peculiares espécies da flora e fauna não encontradas noutras porções do município, há também sua configuração geomorfológica, denominada *hogback*¹², feição notável em todo o Brasil.

Outros atributos conferem a Serra do Curral também o valor de patrimônio ambiental. Esse valor pode ser aferido de diversas maneiras, seja pela presença das nascentes e cabeceiras de cursos d'água que drenam para a margem direita do ribeirão Arrudas, seja pela presença de uma grande extensão de área verde no já intensamente urbanizado território municipal, carente, assim, de superfícies que possam contrabalançar e amenizar o efeito da elevação das temperaturas em decorrência da maciça superfície concreto espalhada pela quase totalidade do território municipal.

¹² *Hogback*: termo inglês usado para definir uma estrutura inclinada, semelhante à de uma *cuesta*, mas na qual o mergulho das camadas é superior a 30°. Algumas vezes, certos autores usam o termo sem a devida precaução de observar a estrutura, limitando-se apenas à topografia. *Cuesta* é termo de origem mexicana dado para uma forma de relevo dissimétrico, constituído por uma sucessão alternada das camadas rochosas com diferentes resistências ao desgaste e que se inclinam numa direção, formando um declive suave no reverso (inferior a 30°) e um corte abrupto na chamada frente da *cuesta*. Ambas são formas de relevo que expressam o resultado do trabalho da erosão diferencial. GUERRA, A. T. *Dicionário geológico-geomorfológico*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 6ª Edição, 1980.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Já especificamente em relação à região do Taquaril, ela vem sendo alvo da mineração desde a década de 50, como indicado acima. As empresas responsáveis pela atividade minerária na região a partir dessa época foram a Emitaq e a Itanorte.

No caso da Emitaq, essa empresa tinha como atividade a retirada da canga minerária que aflora no terreno, para utilização em obras de pavimentação das vias de Belo Horizonte.

A canga é um tipo de cobertura mineral do terreno de extrema importância para a manutenção da condição de retenção e infiltração das águas de chuvas para a recarga dos lençóis freáticos. A retirada dessa couraça ferruginosa – e da vegetação que a sobrepõe – resulta na exposição de um tipo de solo extremamente suscetível à ação de elementos erosivos. A degradação daí resultante é o aparecimento de erosões e voçorocas, em função de incidências pluviométricas sobre o terreno exposto e de composição fragmentária.

Dessa atividade temos como passivos ambientais a contribuição para o assoreamento do córrego Taquaril, além da voçoroca de proporções preocupantes que acometem o Parque Estadual da Baleia, cujo solo exposto em função desse tipo de extrativismo –resultado de uma invasão explícita de seu território – fica claro, seja por fotos de satélite, seja por constatação *in loco*, como realizado por visita técnica desta CPI. Cabe dizer que a retirada desse tipo de material do Parque Estadual da Baleia se mostra passível de uma investigação específica, inclusive como forma de ressarcimento ao Parque por ressarcimento aos danos causados em unidades de conservação por atividade econômicas.

Já a Itanorte foi a empresa responsável pela mineração de ferro no local até a interrupção das atividades pela Lei Orgânica do Município em 1990. A cava rasa existente no local e as pilhas de finos de minério que seriam objeto posterior de demanda de comercialização advêm da atividade dessa empresa.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ainda que a atividade ocorresse em ritmo não intensivo (diferentemente do caso da EMPABRA que, em dez anos de atuação no local, aprofundou o perfil do terreno em aproximadamente mais de três vezes o realizado à época), ela gerou passivos ambientais importantes.

Um deles acarretou na destruição de uma das nascentes do córrego Taquaril que aflorava exatamente no anfiteatro formado pelas cumeeiras da própria Serra do Curral ao sul sudeste, pela divisa com o Parque Estadual da Baleia a oeste-noroeste e pela divisa com o atual Parque Municipal das Mangabeiras ao sul. Outro passivo importante são as próprias pilhas de finos de minério e estéril ali depositadas que, em função da lixiviação e do carreamento de particulados em períodos de forte precipitação, foram responsáveis pelo assoreamento do córrego Taquaril e danos em galerias pluviais da região.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

3 – Marcos Legais

No intuito de estabelecer os parâmetros a partir dos quais serão analisados os fatos relacionados à atividade minerária na Serra do Curral, faz-se necessário proceder a uma revisão das normas relativas à atividade em si mas também, e talvez de forma preponderante dado os notórios impactos por ela causados, saber como essas se inserem e se relacionam com o ordenamento jurídico concernente à questão ambiental e a outros campos do direito difuso, notadamente aquele relacionado aos direitos culturais.

Dessa forma, começaremos essa explanação a partir de uma análise dos dispositivos presentes no arcabouço constitucional federal para posteriormente adentrarmos nas normas específicas dos demais entes federativos envolvidos. Cabe ressaltar que a explanação detalhada do ordenamento jurídico pertinente mostra-se fundamental para auferir as responsabilidades dos diferentes atores envolvidos nos processos aqui analisados, e determinar possíveis penalidades, caso sejam constatadas irregularidades.

3.1 – Normas constitucionais e infraconstitucionais sobre instalação de atividades minerárias

Um primeiro ponto a ser evocado da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é que essa garante, no inciso XXII de seu Art. 5º, o direito à propriedade. No entanto, entendendo não ser esse um direito isento de restrições, os constituintes entenderam a necessidade de apor, logo no inciso seguinte, que “a propriedade atenderá a sua função social” (Art. 5º, XXIII).

Lembramos ainda que, sendo o Município de Belo Horizonte considerado na sua integralidade como solo urbano, esse elemento é reforçado também pelo disposto no capítulo constitucional sobre a Política Urbana, em especial no Art. 182 e seu § 2º:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

“Art. 182 – A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

(...)

“§ 2º – A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.”

Mais ainda, esse princípio é corroborado por dispositivos da Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, também conhecida como Estatuto da Cidade, especialmente aqueles listados a seguir:

Art. 1º (...)

Parágrafo único. Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental

Art. 2º – A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

VI – ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:

(...)

(g) a poluição e a degradação ambiental;

XII – proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;

XIII – audiência do Poder Público municipal e da população interessada nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Como essas diretrizes dirigem-se sobretudo à elaboração da legislação municipal pertinente, retomaremos esses pontos oportunamente, quando dela tratarmos.

Já no que se refere especificamente à atividade aqui tratada – mineração – é que o produto resultado da exploração realizada é um bem da União (cf. Art. 20, IX) e, portanto, é também de competência privativa deste ente federativo legislar sobre “jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia,” conforme disposto no inciso XII do Art. 22.

3.1.1 – Da competência comum

Importante também ressaltar que, por se tratar de uma competência comum entre diferentes entes federativos, elementos presentes na Lei Complementar nº 140, e 8 de dezembro de 2011, a qual estabelece as normas “para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora”, conforme disposto no Art. 23, incisos III, VI e VII da própria Constituição.

Esse texto legal, além de estabelecer as ações administrativas de responsabilidade de cada um dos entes federativos, instrui como deve ser a relação entre esses e indica o limite da atuação de cada um, assim como os deveres, no caso da leniência ou omissão dos outros. Sendo assim, temos entre as ações administrativas dos Estados a promoção do “licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, ressalvado o disposto nos arts. 7º e 9º” (Art. 8º, XIV).



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O ressalvado Art. 9º traz as ações administrativas dos Municípios, dentre as quais lembramos o disposto no inciso XIV e sua alínea “a)” os quais determinam que esse ente federativo deve, “observadas as atribuições dos demais entes federativos previstas nesta Lei Complementar, promover o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos” “que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelos respectivos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade;”.

Outro ponto importante dessa norma para a presente análise é aquele que faz referência às formas ou instrumentos de cooperação institucional (Art. 4º) e os requisitos para que esses instrumentos sejam efetivados. Dessa forma, vemos no Art. 5º, que o “ente federativo poderá delegar, mediante convênio, a execução de ações administrativas a ele atribuídas nesta Lei Complementar, desde que o ente destinatário da delegação disponha de órgão ambiental capacitado a executar as ações administrativas a serem delegadas e de conselho de meio ambiente”, sendo explicitado em seu Parágrafo único as condições que devem existir no órgão receptor da delegação de ações administrativas:

“Parágrafo único. Considera-se órgão ambiental capacitado, para os efeitos do disposto no **caput**, aquele que possui técnicos próprios ou em consórcio, devidamente habilitados e em número compatível com a demanda das ações administrativas a serem delegadas.”

Especificamente no caso do objeto indicado como foco central da presente análise, mostra-se importante evocar as ações sob responsabilidade de cada ente federativo, uma vez que, em determinado momento do processo, houve a transferência de uma esfera administrativa à outra.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Por fim, no tocante à LC 140, cabe evocar ainda o disposto no Art. 17 e seu parágrafo 2º no que se refere ao dever de fiscalização comum a ser exercido pelos entes federativos:

Art. 17. Compete ao órgão responsável pelo licenciamento ou autorização, conforme o caso, de um empreendimento ou atividade, lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo para a apuração de infrações à legislação ambiental cometidas pelo empreendimento ou atividade licenciada ou autorizada.

(...)

§ 2 - Nos casos de iminência ou ocorrência de degradação da qualidade ambiental, o ente federativo que tiver conhecimento do fato deverá determinar medidas para evitá-la, fazer cessá-la ou mitigá-la, comunicando imediatamente ao órgão competente para as providências cabíveis.

3.1.2 – Normas relacionadas à atividade econômica

No que se refere à realização de atividade minerária enquanto uma atividade econômica privada, também encontramos na Constituição de 1988 elementos que buscam nortear os princípios gerais aos quais ela deve se ater durante o período de seu exercício.

Dessa forma, temos enunciados no Art. 170, os princípios que devem ser observados em toda atividade econômica, dentre os quais destacamos, para efeito do objeto aqui tratado, o seu inciso III, que estabelece a “função social da propriedade” e também seu inciso VI, que indica a “defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação”.

Esses dois princípios gerais evocados significam, em termos gerais, que toda e qualquer atividade econômica deve ser submetida a mecanismos de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

controle por parte do Estado, de forma a impedir que o uso desmesurado do direito à propriedade privada (também um dos princípios pelo qual se orienta a conformação da ordem econômica, presente no inciso II do mesmo artigo constitucional) venha a infligir impactos negativos a indivíduos ou populações afetadas por um empreendimento, assim como a elementos do quadro natural, fauna, flora e bens de cunho paisagístico/cultural.

No tocante à atividade minerária em si, os preceitos constitucionais relacionados encontram-se dispostos no Art. 176, o qual determina que as “jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.” Prosseguindo em seus parágrafos:

“§ 1º- A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o “caput” deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas.

§ 3º- A autorização de pesquisa será sempre por prazo determinado, e as autorizações e concessões previstas neste artigo não poderão ser cedidas ou transferidas, total ou parcialmente, sem prévia anuência do poder concedente.”

3.1.3 – Normas ambientais

A proteção e defesa das questões ambientais foi uma temática que ganhou forte relevância nos trabalhos dos constituintes. Para que a preocupação com



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

a qualidade de vida das gerações sucedâneas ganhasse efetividade, o texto constitucional, em seu Artigo 225, definiu incumbências ao poder público. No que concerne ao objeto específico de análise do presente relatório – a atividade minerária – foram indicadas algumas atribuições genéricas no sentido de controlar a instalação de atividades que contivessem potencial de degradar o meio-ambiente de forma significativa e também para que cada uma das unidades federativas definisse áreas que merecessem uma proteção especial em função dos atributos apresentados. Sendo assim, vemos no caput do referido artigo, assim como em alguns incisos de seu parágrafo 1º :

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;”

Além de definir as atribuições e formas de atuação do poder público no que se refere à proteção e preservação dos ativos ambientais, o texto constitucional também faz menção específica à exploração de recursos minerais e à obrigação inerente do agente minerador em recuperar as áreas degradadas pela atividade, além de indicar a categoria das sanções que



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

devem ser imputadas àqueles que adotarem conduta ou praticarem atividade prejudicial ao meio ambiente, como podemos ver a seguir:

“Art. 225 – (...)

(...)

§ 2º – Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º – As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

No âmbito municipal, a Lei Orgânica praticamente repete, em seu Artigo 152, o que foi delimitado pela Constituição Federal, apenas acrescentando o dever comum ao Poder Público e à coletividade de manutenção das condições plenas dos processos vitais:

“Art. 152 – Todos têm direito ao meio ambiente harmônico, bem de uso comum do povo e essencial à saudável qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e manter as plenas condições de seus processos vitais para as gerações presentes e futuras.

“§ 1º – Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público, entre outras atribuições:

(...)

“VIII – sujeitar à prévia anuência do órgão ou entidade municipal de controle e política ambiental o licenciamento para início, ampliação ou desenvolvimento de atividades e construção ou reforma de instalações que possam causar degradação do meio ambiente, sem prejuízo de outras exigências legais;

“IX – determinar para atividades e instalações de significativo potencial poluidor a realização periódica de auditorias nos respectivos sistemas de controle de poluição, incluindo a avaliação



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

detalhada dos efeitos de sua operação sobre a qualidade dos recursos ambientais;

“§ 2º – O licenciamento de que trata o inciso VIII do parágrafo anterior dependerá, no caso de atividade ou obra potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, de prévio relatório de impacto ambiental, seguido de audiência pública para informação e discussão sobre o projeto, resguardado o sigilo industrial.

§ 3º – Aquele que explora recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão ou entidade municipal de controle e política ambiental.

§ 4º – A conduta e a atividade consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão o infrator, pessoa física ou jurídica, a sanções administrativas, inclusive a interdição temporária ou definitiva, sem prejuízo das cominações penais e da obrigação de reparar o dano causado.

3.1.4 – Normas de proteção ao Patrimônio Cultural

A proteção e preservação do Patrimônio Cultural também foram objetos de preocupação dos constituintes. Sendo o Brasil já signatário de tratados internacionais pertinentes, procurou-se reproduzir sucintamente no texto constitucional alguns dos princípios norteadores das ações nessa área adaptando-os, quando necessário, ao contexto brasileiro. Sendo assim temos, naquilo que concerne ao tema tratado nesse relatório:

“Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

(...)



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

“V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.”

Também no âmbito da norma constitucional do Município de Belo Horizonte, encontramos, além da adaptação dos preceitos constitucionais mais gerais para o contexto municipal, alguns dispositivos que indicam a necessidade de proteção e preservação desse marco simbólico-cultural e natural da cidade. Sobre a matéria, a Lei Orgânica do Município – LOM – nos mostra o seguinte:

“Art. 167 – Constituem patrimônio cultural do Município os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, que contenham referência à identidade, à ação e à memória do povo belo-horizontino, entre os quais se incluem:

(...)

“V – os conjuntos urbanos e os sítios de valor histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.”

Além disso, o texto constitucional municipal declarou, em seu Art. 224, uma série de sítios urbanos de significativa relevância histórica como “monumentos naturais, paisagísticos, artísticos ou históricos”, instituindo-os como bens tombados e tendo como primeiro item da extensa lista “o alinhamento montanhoso da Serra do Curral compreendendo as áreas do Taquaril ao Jatobá” (inciso I). No entanto, esse artigo foi declarado inconstitucional por decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (ADI nº 40.647-0). Não obstante, a área da Serra do Curral voltou a ser objeto de tombamento municipal a partir da entrada em vigor da Lei 8.137, de 21 de dezembro de 2000, que determinou a elaboração de “um plano de recuperação, preservação, conservação, ocupação e uso da Serra do Curral, que servirá como base para a criação da respectiva Área de Diretrizes Especiais – ADE”, e da Lei 9.959 de 20 de julho, a qual definiu, após estudos pormenorizados, a ADE e diferentes graus de proteção para diferentes porções do maciço situado no Município, como veremos à frente neste relatório.



3.2 – Licenciamento Ambiental¹³

A questão ambiental, em especial os aspectos relacionados aos impactos provocados pela degradação dos recursos naturais e suas consequências, ganhou evidência a partir da década de 1970, com a realização da primeira Conferência Mundial sobre Meio Ambiente em Estocolmo, em 1972.

No entanto, no campo institucional, a primeira política pública relacionada ao impacto no meio ambiente surgiu com a criação do *National Environmental Policy Act* (NEPA) em 1969, nos Estados Unidos da América. Posteriormente, o processo de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) foi instituído como mecanismo legal de política ambiental americana, que dispunha sobre os objetivos e princípios da política da nação e impunha para todos os empreendimentos que apresentavam potencial de impacto poluidor a exigência da observação dos diversos itens, tais como: a identificação dos impactos ambientais causados pelo empreendimento, os efeitos ambientais negativos da proposta apresentada, as alternativas da ação, a relação dos recursos ambientais negativos no curto prazo, a manutenção ou mesmo melhoria do padrão ao longo prazo e, por derradeiro, a definição precisa acerca dos possíveis comprometimentos dos recursos ambientais para o caso de implantação da proposta do projeto. Mais tarde, esse instrumento também foi adotado na Europa.

Seguindo a mesma tendência, a Conferência de Estocolmo também foi de grande significância para a institucionalização da política ambiental, na medida em que determinou que o planejamento, a administração e o controle da utilização dos recursos naturais, deveriam ser confiados às instituições nacionais competentes para que houvesse a melhoria da qualidade do meio ambiente.

¹³A seção referente aos princípios do licenciamento ambiental, assim como seu histórico basearam-se em LIMA, Ariadne (2015). O PAPEL DA AUDIÊNCIA PÚBLICA NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL: ESTUDO DE CASO EM BELO HORIZONTE. Dissertação de Mestrado em Direito. Escola Superior Dom Helder Câmara, Belo Horizonte.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

No Brasil, as primeiras tentativas de aplicação de metodologias para avaliação de impactos ambientais ocorreram devido às exigências de órgãos financeiros internacionais visando à aprovação de empréstimos para projetos governamentais. Tendo em vista a prática adequada do equacionamento das questões ambientais, o governo brasileiro sancionou, em 1981, a Lei nº 6.938, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), e criou o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Nesse sentido, a avaliação de impactos ambientais (prevista no art. 9º, inciso III da referida lei) configura-se como um dos importantes instrumentos para a tutela ambiental.

A AIA (art. 9º, III da Lei da PNMA) pode ser entendida como um conjunto de procedimentos destinados a avaliar os impactos ambientais de determinado plano, programa ou projeto para que sejam adotadas as medidas de proteção necessárias à manutenção do meio ambiente equilibrado. Há diversas gradações de impactos ambientais, bem como várias espécies de AIA. Assim, temos que o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) são instrumentos específicos de uma categoria da AIA e devem ser realizados para subsidiar o procedimento de licenciamento ambiental para empreendimentos que apresentem significativa possibilidade de degradação ao meio ambiente.

Dentre as resoluções de maior significância para a instituição de uma política ambiental sistemática destaca-se o estabelecimento, em âmbito Federal, da Resolução CONAMA 01/86, que estabeleceu os critérios básicos para os EIA e RIMA, como partes no processo de AIA, exigidos para o licenciamento prévio das atividades que utilizam recursos ambientais, sejam elas efetiva ou potencialmente poluidoras, e que possam causar danos ao meio ambiente.

Desse modo, o Poder Público deve dispor de mecanismos que definam as condições e limites para a implantação de empreendimentos com potencial poluidor, sendo o licenciamento ambiental um importante instrumento que



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

permite estabelecer o controle dessas atividades. Associa-se ao exercício do poder de polícia estatal, para garantir que os empreendimentos que apresentem potencial de impacto sejam avaliados em conformidade com critérios estabelecidos pela legislação.

Segundo Milaré, (2004, p.482) o licenciamento ambiental é visto como uma ação típica e indelegável do Poder Executivo, na gestão do meio ambiente, por meio da qual a Administração Pública procura exercer o devido controle sobre as atividades humanas que possam causar impactos ao meio ambiente.

Em uma perspectiva sociológica podemos entender o processo de licenciamento ambiental como o encontro entre o fazer – atividade empreendedora que modifica o espaço e transforma as relações naturais – e o preservar – atividade de manutenção das relações ecossistêmicas, que visa evitar a degradação dos fatores ambientais. Durante o processo, ocorre uma disputa simbólica entre os atores sociais que atuam na esfera ambiental, ocasião na qual esses buscam intervir na condução do processo segundo interesses específicos. Desse modo, as modificações impostas a um dado meio podem influenciar de maneira diversa os diferentes grupos de pessoas afetados, considerando o lugar social que ocupam na sociedade.

Analisado sob o aspecto legal, o licenciamento ambiental é um instrumento previsto na Política Nacional de Meio Ambiente, instituída pela Lei 6.938/81. O art. 10 dessa lei estabelece a necessidade do procedimento como um dos mecanismos necessários à efetivação da Política Ambiental no País da seguinte forma: “a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento ambiental”. (Redação dada pela Lei Complementar nº 140, de 2011). Posteriormente, como assinalado acima, a Constituição da República recepcionou a Lei



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

6.938/81 e estabeleceu a competência ambiental comum dos entes federativos, além de elevar à condição de preceito constitucional a proteção e a defesa do Meio Ambiente. Já a Resolução CONAMA 237/97, assim conceitua o licenciamento ambiental:

“Art. 1º – Licenciamento Ambiental: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

Art. 2º – A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.” (BRASIL, 1997).

Conforme nos mostra Érika Bechara, pode-se dizer que o licenciamento ambiental enquadra o empreendimento na legislação ambiental para forçá-lo a se desenvolver dentro dos padrões preestabelecidos, sem gerar lesões irremediáveis e intoleráveis ao ambiente e à coletividade. A autora também salienta:

“(...) é nesse procedimento que o órgão ambiental licenciador verifica a natureza, dimensão e impactos (positivos e negativos) de um empreendimento potencialmente poluidor, antes mesmo que ele seja instalado e, a partir de tais constatações, condiciona o exercício da atividade ao atendimento de inúmeros requisitos (chamado de condicionantes) aptos a eliminarem ou reduzirem tanto quanto possível os impactos ambientais negativos.” (BECHARA, 2009, p.82).



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Nota-se a tentativa de controle *ex-ante*, o caráter preventivo, desse instrumento na medida em que se avaliam, de maneira prévia, os possíveis danos que determinado empreendimento poderia causar ao meio ambiente.

Por ser um procedimento administrativo complexo, que demanda análises detalhadas dos estudos ambientais apresentados, o licenciamento ambiental tem sido alvo de críticas, em função da demora de tramitação dos expedientes e do elevado grau de exigências dos órgãos licenciadores para a obtenção das licenças ambientais.

Diante dessa realidade, existe grande pressão por parte dos empreendedores aos governos para que ocorra a simplificação do processo de licenciamento ambiental. Para grande parcela desse segmento, o procedimento engessa e limita o desenvolvimento do país. Contudo, ao se tentar reavaliar esse processo se faz necessário refletir que, diante da iminência de danos irreparáveis ao meio ambiente, não deverá haver um retrocesso que implique em diminuição das exigências ambientais por parte dos órgãos licenciadores.

Observa-se que a competência para realizar o licenciamento vai além do poder de polícia atribuído aos governos. Trata-se de um dever inerente aos órgãos ambientais e, em caso de descumprimento, deve haver penas para a responsabilização de seus técnicos e dirigentes.

Essa questão é de tamanha relevância a ponto de ter sido prevista na seção V da Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Nesse dispositivo estão elencados alguns tipos penais que responsabilizam criminalmente as condutas de servidores públicos que atentam contra a administração ambiental, a saber:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

“Art. 66 – Fazer o funcionário público afirmação falsa ou enganosa, omitir a verdade, sonegar informações ou dados técnico-científicos em procedimentos de autorização ou de licenciamento ambiental:

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.

“Art. 67 – Conceder o funcionário público licença, autorização ou permissão em desacordo com as normas ambientais, para as atividades, obras ou serviços cuja realização depende de ato autorizativo do Poder Público:

Pena - detenção, de um a três anos, e multa.

Parágrafo único. Se o crime é culposo, a pena é de três meses a um ano de detenção, sem prejuízo da multa.

“Art. 68. Deixar, aquele que tiver o dever legal ou contratual de fazê-lo, de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental:

Pena - detenção, de um a três anos, e multa.

Parágrafo único. Se o crime é culposo, a pena é de três meses a um ano, sem prejuízo da multa.” (BRASIL, 1998)¹⁴

A título de exemplificação, tendo como referência o tipo penal previsto no art. 68 da lei de crimes ambientais, é possível entender que incorre nesse crime a autoridade competente, integrante de órgão ou ente de financiamento e incentivos governamentais, que deixa de exigir o devido licenciamento ambiental. A prática do delito significaria deixar de cumprir obrigação de “relevante interesse ambiental”, expressão que deve ser entendida como, deixar de defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado “para as presentes e futuras gerações”, conforme o entendimento do art. 225 da Constituição da República de 1988.

Embora não exista uma definição clara do que vem a ser “relevante interesse ambiental”, entende-se que estão contemplados nesse artigo os casos em que o servidor público deixa de apurar infrações administrativas, é omissivo em

¹⁴ Sem querer aqui aprofundar a análise dos tipos penais, é possível depreender que as condutas destacadas só podem ser praticadas por funcionários públicos, visto tratar-se de crime próprio. Desse modo, o Código Penal Brasileiro, apresenta em seu art. 327, a seguinte definição: “Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo ou função pública”



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

fiscalizar o cumprimento das licenças e das autorizações, e não realiza as vistorias e inspeções necessárias para a concessão das licenças ambientais.

Atualmente, o licenciamento é uma exigência para que governos e empresas possam instalar e operar determinados equipamentos. Na ausência desse procedimento preventivo, presume-se que alguns empreendedores não investiriam em métodos de mitigação dos efeitos de suas atividades poluidoras e poderiam se negar a adotar medidas necessárias para a manutenção de um meio ambiente equilibrado. Dessa forma. Podemos dizer que um fator determinante para a aceitação do licenciamento, foi a possibilidade de se incorrer nas penalidades previstas na Lei de Crimes Ambientais, como se observa na redação do art. 60 dessa Lei:

“Art. 60. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes:

Pena – detenção, de um a seis meses, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.” (BRASIL, 1998).

Logo, o procedimento do licenciamento ambiental, como medida de controle administrativo, deve anteceder o início das atividades que apresentam potencial de impactos, estando em perfeita sintonia com o princípio ambiental da prevenção. Assim, os empresários que desenvolvam atividades degradadoras do meio ambiente necessitam procurar os órgãos ambientais para licenciá-las.

3.2.1 – O Licenciamento Ambiental no Brasil

No Brasil, o licenciamento ambiental integral se desenvolveu, em regra, respeitando o sistema trifásico de licenças. Assim, para cada fase do licenciamento existe uma licença específica. O Decreto nº. 99.274/1990, ao



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

regulamentar a Lei n. 6.938/1981, trouxe a previsão das licenças ambientais em seu art. 19, *in verbis*:

“Art. 19. O Poder Público, no exercício de sua competência de controle, expedirá as seguintes licenças:

“I – Licença Prévia (LP), na fase preliminar do planejamento de atividade, contendo requisitos básicos a serem atendidos nas fases de localização, instalação e operação, observados os planos municipais, estaduais ou federais de uso do solo;

“II – Licença de Instalação (LI), autorizando o início da implantação, de acordo com as especificações constantes do Projeto Executivo aprovado; e

“III – Licença de Operação (LO), autorizando, após as verificações necessárias, o início da atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle de poluição, de acordo com o previsto nas Licenças Prévia e de Instalação.” (BRASIL, 1990).

Posteriormente, a definição dessas tipologias foi ampliada pelo art. 8º da Resolução CONAMA 237/97, conforme a transcrição do artigo:

“Art. 8º – O Poder Público, no exercício de sua competência de controle, expedirá as seguintes licenças:

“I – Licença Prévia (LP) - concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

“II – Licença de Instalação (LI) - autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

“III – Licença de Operação (LO) - autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

“Parágrafo único – As licenças ambientais poderão ser expedidas isolada ou sucessivamente, de acordo com a natureza, características e fase do empreendimento ou atividade.” (BRASIL, 1997).

A seguir, serão tecidas algumas considerações sobre as tipologias de licenças relativas ao licenciamento ambiental integral.

Inicialmente discute-se sobre a viabilidade ambiental do empreendimento. Nessa fase, que antecede a Licença Prévia, o EIA e seu respectivo RIMA, são os instrumentos de avaliação apresentados pelos empreendedores ao órgão responsável pelo licenciamento. Esses estudos deverão analisar, dentre outros aspectos, a magnitude e abrangência, dos impactos decorrentes da possível implantação do projeto, bem como apresentar as medidas mitigadoras e compensatórias propostas pelo empreendedor para minimizar os impactos negativos e as ações necessárias para potencializar os impactos positivos.

Nessa etapa do licenciamento não são analisados os projetos executivos. Porém, é verificada a possibilidade de haver incompatibilidades entre o projeto e a ocorrência de restrições ambientais. Caso o órgão licenciador constate ser impossível equacionar a relação entre as restrições ambientais e as características do projeto, a licença prévia será negada. Nesse caso, o indeferimento da Licença Prévia (LP), inviabiliza ao empreendedor o requerimento a licenças posteriores.

Na fase de LP poderá ocorrer as Audiências Públicas Ambientais. Durante essas reuniões, o projeto e os estudos ambientais são apresentados e discutidos com o público interessado. Tais reuniões são instrumentos de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

legítima participação popular no processo de Licenciamento Ambiental. Nessa fase, o órgão ambiental realiza vistorias na área em que se pretende implantar o empreendimento para verificar, *in loco*, a veracidade das informações apresentadas nos estudos ambientais.

Após detalhada análise técnica dos estudos ambientais e, desde que atendidos todos os pressupostos previstos em lei, o órgão ambiental reconhecerá a viabilidade ambiental do empreendimento expedindo a LP.

A Licença de Instalação (LI), conforme o próprio nome indica, permite que o empreendimento seja instalado, desde que atendidas as condicionantes definidas pelo órgão ambiental quando da concessão da LP. A instalação deve ser compreendida como a possibilidade de execução das obras civis necessárias à implantação da atividade, tais como a abertura de vias, movimentação de terra, implantação do canteiro de obras, edificações, equipamentos etc. Durante essa fase do licenciamento serão analisados os projetos executivos. Nesses, deverá haver o detalhamento das medidas técnicas de controle ambiental, previstas como medidas mitigadoras, assim como das compensatórias.

Porém, apreende-se que, mesmo dispondo da LI o empreendimento ainda não possuirá autorização para funcionar. Tem-se que somente poderá fazê-lo quando dispuser da Licença de Operação (LO), que é concedida na fase posterior do licenciamento. Os estudos apresentados nessa ocasião são denominados Planos Básicos Ambientais (PBA) ou Planos de Controle Ambiental (PCA).

A LO pode ser comparada a uma certidão de “baixa e habite-se”, pois somente deverá ser concedida após a realização das vistorias do órgão ambiental. Nessa fase do licenciamento será avaliado se todas as condicionantes exigidas nas etapas anteriores foram cumpridas. O objetivo da LO é o de autorizar o início das atividades. A partir desse ponto, o



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

empreendedor deverá implementar as medidas de controle ambiental e as demais condicionantes exigidas pelo órgão ambiental, sob pena de ter a licença suspensa ou cancelada pelo órgão outorgante.

Embora seja mais comum a concessão das licenças de maneira separada e sucessiva, é possível que norma específica do órgão responsável pelo licenciamento ambiental estabeleça a possibilidade de emissão conjunta das licenças ou ainda a supressão de qualquer uma delas. Entende-se, ainda, que as condicionantes ambientais funcionam como requisitos a serem estabelecidos pelo Poder Público em cada uma das três etapas do licenciamento ambiental integral.

Tais pressupostos consistem em compromissos e garantias que o empreendedor deve assumir, tendo como referência seu projeto e os programas, com medidas mitigadoras e compensatórias previstos nos estudos ambientais. O objetivo do cumprimento das condicionantes é o de buscar a mitigação e compensação dos impactos negativos diagnosticados pelo órgão responsável pelo licenciamento, além de oferecer garantia à manutenção da qualidade ambiental da localidade em que se pretende instalar o empreendimento.

As consequências administrativas previstas para o caso de descumprimento ou violação de condicionantes aprovadas pelo órgão competente possibilitam a suspensão ou o cancelamento da licença ambiental conforme dispõe o art. 19, inciso I, da Resolução CONAMA 237/97:

“Art. 19 O órgão ambiental competente, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer:

“I – Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

“II – Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença.

“III – superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.”

(BRASIL, 1997)

Pela dicção do artigo é possível perceber a potencial capacidade de controle administrativo do órgão ambiental sobre os empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental.

3.2.2 – O Licenciamento Ambiental em Minas Gerais

A normatização que rege o licenciamento de empreendimentos de impacto ambiental no Estado de Minas Gerais teve início ainda em 1980, com a Lei 7.772, a qual dispõe sobre a “proteção, conservação e melhoria do meio-ambiente”. Com as devidas atualizações necessárias em função das inovações constitucionais chegou-se, em 1991, a um conteúdo que submetia a autorização de funcionamento de tais empreendimentos ao COPAM – Conselho Estadual de Política Ambiental – conforme expresso em seu artigo 8º:

“Art. 8º – A instalação, construção, ampliação e o funcionamento de estabelecimento e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidoras, bem assim os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, ficam sujeitos ao licenciamento do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

“§ 1º – Os órgãos e entidades da administração estadual direta e indireta somente aprovarão projeto de implantação ou ampliação de atividades efetiva ou potencialmente degradadoras do meio ambiente após o licenciamento a que se refere este artigo, sob pena de responsabilização administrativa e nulidade dos seus atos.”



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Nota-se que o procedimento de licenciamento era requerido para um espectro bastante amplo de atividades, fossem elas “efetiva ou potencialmente poluidoras” ou “capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental”. Pelo texto, pode-se inferir que à época foi incutido na norma elementos daquilo que viríamos a conhecer como princípio da precaução. Também interessante de ressaltar que mesmo demandas de ampliação ou modificação de atividades já instaladas deveriam se submeter aos trâmites do licenciamento.

Ainda segundo essa mesma norma (consubstanciada no Decreto 39.424 de 05/02/98), a licença ambiental era concedida por etapas, em cada uma das quais eram verificadas aspectos específicos relacionados ao empreendimento em análise e o cumprimento das condições estabelecidas na licença anteriormente concedida, conforme descrito abaixo:

“Art. 9º – O COPAM, no exercício de sua competência de controle ambiental, expedirá as seguintes licenças:

“I – Licença Prévia (LP), na fase preliminar do planejamento da atividade, contendo requisitos básicos a serem atendidos nas fases de localização, instalação e operação, observados os planos municipais, estaduais ou federais de uso do solo;

“II – Licença de Instalação (LI), autorizando o início da implantação, de acordo com as especificações constantes do Projeto Executivo aprovado; e

“III – Licença de Operação (LO), autorizando, após as verificações necessárias, o início da atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle de poluição, de acordo com o previsto nas Licenças Prévia e de Instalação.”

Importante ressaltar que nesse formato, todo empreendimento que se enquadrasse nas definições indicadas anteriormente, deveriam se submeter ao licenciamento e esse seria outorgado pelo órgão colegiado responsável pela política ambiental do Estado, somente após a finalização de todas etapas do processo. Todavia, essa competência poderia ser delegada aos municípios no caso desses



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

possuírem um órgão específico voltado às atribuições relativas à proteção e preservação do meio-ambiente, dotado de capacidade técnica e administrativa para a tramitação dos processos e ainda, possuir um órgão colegiado específico, que conte com representação da sociedade civil, para decidir sobre as demandas de licenciamento ambiental de empreendimentos de efetivo ou potencial impacto.

De uma maneira geral, a postura do setor empresarial em relação aos processos de licenciamento ambiental sempre foi pautada por um descontentamento referente à quantidade de estudos demandados e aos prazos para a obtenção das autorizações necessárias (devido à necessidade de análise dos estudos apresentados), o que passa a ser considerado como “burocracias desnecessárias” e “entraves ao desenvolvimento de atividades produtivas”.

As alterações posteriormente produzidas sobre as normas que regem o licenciamento se deram no sentido de diminuição dos prazos e simplificação dos procedimentos de análise dos processos, provavelmente para atender às demandas dos diversos segmentos empresariais¹⁵. Dessa forma, já em 2004, através do Decreto nº 43.905, foi flexibilizado o prazo para o início das operações de empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores, prescindindo da efetiva concessão da LO, como podemos ver no Parágrafo único apostado ao Art 9º acima referido:

“Parágrafo único. Nas atividades de indústria de transformação, de extração mineral, de exploração agrossilvopastoril e de disposição final de esgotos sanitários e resíduos sólidos urbanos, as quais tiverem obtido Licença Prévia (LP) e Licença de Instalação (LI), o início da operação poderá ocorrer a partir da formalização do pedido da Licença de Operação (LO), não desobrigando o empreendedor de cumprir todas as exigências de controle ambiental previstas, notadamente aquelas emanadas do Conselho Estadual de Política

¹⁵Ainda se faz necessário uma pesquisa mais aprofundada em relação aos processos de lobby de setores empresariais junto aos poderes legislativo e executivo. Uma linha de investigação que poderia contribuir para clarear as relações daí advindas seria estabelecer uma relação entre os setores financiadores de campanha de candidatos e as posturas adotadas na atuação parlamentar, o que, apesar de indícios existentes, necessitaria de uma sustentação mais robusta a partir de correlações empíricas.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ambiental – COPAM e de seus órgãos de apoio, inclusive as medidas de caráter mitigador e de monitoramento do impacto sobre o meio ambiente, constantes das Licenças já concedidas, sujeitando-se o infrator à aplicação das penalidades previstas em lei.”

Esse mesmo Decreto introduziu ainda outros dispositivos que contribuíram ainda mais para uma flexibilização do instituto do licenciamento ambiental no Estado, em especial no que se refere à condescendência com empreendedores que viessem a promover a instalação de atividades desconsiderando as obrigações do licenciamento. E isso se deu a partir de duas frentes.

A primeira delas, através da simplificação do dispositivo referente ao Licenciamento Corretivo, retirando a exigência explícita de apresentação de EIA-RIMA e PCA, conforme o caso, (previstos originalmente no Decreto nº 39.424/98) e substituindo-a pela obrigação genérica de apresentar ao COPAM, os “estudos que comprovem a viabilidade ambiental do empreendimento”.

A segunda frente de complacência com empreendedores que viessem a desrespeitar o instituto do licenciamento foi a introdução de um § 4º nos dispositivos do Art. 19, referente à tipologia de infrações cometidas (e consequentes penalidades a elas associadas), desconsiderando como tendo cometidas infrações graves e gravíssimas aqueles que, mesmo desrespeitando a Lei ao não proceder ao licenciamento no tempo previsto – isto é, no período de concepção do empreendimento – procedessem à “formalização do pedido de Licença de Operação (LO).” Vejamos:

“Art. 19 – (...)

“§ 2º – São consideradas infrações graves:

“1 – instalar, construir, testar, operar ou ampliar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem Licenças Prévia, de Instalação ou de Operação emitidas pelas Câmaras Especializadas do COPAM ou seus órgãos seccionais de apoio, se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

(...)

“§ 3º – São consideradas infrações gravíssimas:

“1 – instalar, construir, testar, operar ou ampliar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem Licenças Prévia, de Instalação ou de Operação emitidas pelas Câmaras Especializadas do COPAM ou seus órgãos seccionais de apoio, se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental;

(...)

“§ 4º Na hipótese do parágrafo único do art. 9º a infração ambiental prevista no item “1” do § 2º e no item “1” do § 3º deste artigo somente estará caracterizada se não houver formalização de pedido de Licença de Operação (LO).

Por fim, devemos também mencionar as alterações da legislação ambiental realizadas em 2016 pela Lei nº 21.972, quando foi retirada do COPAM e repassada à SEMAD – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – a competência de decisão sobre o licenciamento de algumas tipologias de empreendimentos:

“Art. 4º - (...)

VII – decidir, por meio de suas superintendências regionais de meio ambiente, sobre processo de licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos:

- a) de pequeno porte e grande potencial poluidor;
- b) de médio porte e médio potencial poluidor;
- c) de grande porte e pequeno potencial poluidor;

Dessa forma, apesar de restar ao COPAM a decisão sobre os processos de licenciamento ambiental das demais tipologias de atividades ou empreendimentos de médio ou grande porte que tenham grande ou médio e grande potencial poluidor, respectivamente, nada é dito a respeito da participação da sociedade civil na definição da possibilidade ou não de instalação das atividades ou empreendimentos que foram deixados sob a alçada da SEMAD.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Outro ponto que consideramos elementos de flexibilização dos processos de licenciamento é a instituição do Licenciamento Ambiental Concomitante, quando algumas ou todas as licenças podem ser expedidas ao mesmo tempo, sem que, no entanto, tenham sido definidos os critérios que possibilitariam essa conjunção da expedição das licenças. Um último ponto acerca das alterações das modalidades de licenciamento ambiental que merece algumas considerações é a criação do Licenciamento Ambiental Simplificado, conforme definido no Art. 20 dessa Lei:

“Art. 20 – O Licenciamento Ambiental Simplificado poderá ser realizado eletronicamente, em uma única fase, por meio de cadastro ou da apresentação do Relatório Ambiental Simplificado pelo empreendedor, segundo critérios e pré-condições estabelecidos pelo órgão ambiental competente, resultando na concessão de uma Licença Ambiental Simplificada – LAS.

Nesse caso, fica patente que, além do reconhecimento da incapacidade de fiscalização de tais processos de licenciamento, o Estado agora parece se eximir até mesmo da obrigação de verificação in situ de alguns processos, ou da avaliação do conteúdo das informações prestadas. E, no nosso entendimento, isso é ainda agravado pelo fato de os “critérios e condições” serem estabelecidos, ainda que previamente, pelo órgão ambiental competente – o que lhes conferem uma grande maleabilidade, para não dizer instabilidade – e não por elementos presentes na Lei; os quais não poderiam ser alterados segundo os interesses do mandatário de então.

Por outro lado, essa mesma legislação traz novos elementos importantes para o controle de atividades ou empreendimentos considerados de grave risco a vidas humanas e ao meio ambiente, ao exigir do empreendedor “a elaboração e implementação de Plano de Ação de Emergência, Plano de Contingência e Plano de Comunicação de Risco” (Cf. Art. 29), inclusive com a exigência de incluir no Plano de Ação de Emergência, “sistema de alerta sonoro ou outra solução tecnológica de maior eficiência.” (Art. 29, § 2º). Além disso, em seu Art. 30, ela demonstra ainda uma leve preocupação com o uso indiscriminado de barragens ao dizer que o “Poder



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Executivo fomentará, por todos os meios, alternativas à implantação de barragens, com a finalidade de promover a preservação do meio ambiente e a redução dos impactos ambientais gerados por empreendimentos de mineração.” Mas isso fica apenas no campo das boas intenções, uma vez que não indica nenhuma forma normativa para alcançar esse intento.

3.2.3 – O Licenciamento Ambiental Municipal

Já no que concerne à esfera dos municípios, o Licenciamento Ambiental ganha força após o advento da Constituição de 1988, especialmente após a superação de um quadro de insegurança jurídica existente até a aprovação da Lei Complementar 140/2011 acima referida.

Anteriormente, em relação à temática ambiental aplicavam-se os dispositivos da Lei 6938/81 que, segundo o art. 6º, estabelece que “os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as Fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA.” (Brasil, 1981). Em termos práticos, existia uma prevalência licenciatória da União e dos Estados, não havendo uma expressa previsão legal acerca da competência dos Municípios para realizar o licenciamento ambiental. Afinal, o debate sobre as questões ambientais era relativamente novo no país, e os órgãos ambientais municipais encontravam-se, em sua maioria, em processo de formação.

Com a promulgação da Constituição Federal, esperava-se que a questão ambiental em nível municipal ganhasse maior vulto, tendo em vista a redação do art. 23, incisos III, VI e VII, prevendo a competência municipal em matéria ambiental e o art. 225, que no caput do artigo, dispõe que o Poder Público tem o “dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações”.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

De fato, a Carta Magna assegura que o município, na condição de ente federativo, integra a organização política do país, com competência para editar leis e agir em interesse local, tendo em vista que seu art. 30 estabelece nos incisos I, II, VIII, e IX ser de competência municipal “legislar sobre assuntos de interesse local, suplementar a legislação federal e estadual no que couber, promover o adequado ordenamento territorial, através do planejamento e controle do uso do solo, do parcelamento e da ocupação do solo urbano e promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação fiscalizadora federal e estadual”. (Brasil, 1988).

Contudo, ainda que já houvesse a previsão constitucional a respeito de município ter competência para legislar sobre assuntos de interesse local, a questão em torno do licenciamento municipal ainda se mostrava de difícil solução, dada a dificuldade em se definir a instância federativa em que deveria ser realizado o licenciamento ambiental. Esse entrave era de tal monta que em muitas ocasiões havia a exigência de licenciamentos simultâneos nas esferas estadual e municipal.

Nesse diapasão, Lei Complementar 140/2011, entrou em vigor com o propósito de regulamentar as competências materiais dos entes federativos. Cabe ressaltar que essa legislação manteve, conforme a redação do art. 2º, o conceito de licenciamento ambiental inicialmente previsto e descrito pela Lei da Política Nacional do Meio Ambiente e na Resolução CONAMA 237/97:

“Art. 2º – Para os fins desta Lei Complementar, consideram-se:

“I – licenciamento ambiental: o procedimento administrativo destinado a licenciar atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.” (BRASIL, 2011).



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Já a competência do licenciamento municipal foi definida no art. 9º, conforme redação do artigo:

“Art. 9 – São ações administrativas dos Municípios:

“XIV – observadas as atribuições dos demais entes federativos previstas nesta Lei Complementar, promover o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos:

“a) que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelos respectivos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade; ou

“b) localizados em unidades de conservação instituídas pelo Município, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs). (grifos do autor).” (BRASIL, 2011).

Conforme é possível observar, o artigo delegou aos Conselhos Ambientais Estaduais a atribuição de definir as atividades e empreendimentos que causam, ou venham a causar, impactos ambientais de âmbito local.

Vale recordar ainda que para realizar o licenciamento ambiental o município deverá possuir um Conselho Ambiental, ou seja, um órgão colegiado, com poder normativo e deliberativo, composto por representantes de vários segmentos sociais para deliberar sobre o licenciamento. Além de um órgão ambiental bem estruturado e dotado de equipe multidisciplinar especializada em analisar os estudos ambientais apresentados pelo empreendedor. Desse modo, municípios que não atendam essas exigências serão impossibilitados de proceder ao licenciamento ambiental, ficando essa responsabilidade a cargo do Estado, em função da competência supletiva atribuída pelo Art. 15 da Lei Complementar 140/2011:

“Art. 15 – Os entes federativos devem atuar em caráter supletivo nas ações administrativas de licenciamento e na autorização ambiental, nas seguintes hipóteses:

(...)



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

“II – inexistindo órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente no Município, o Estado deve desempenhar as ações administrativas municipais até a sua criação; e

“III – inexistindo órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente no Estado e no Município, a União deve desempenhar as ações administrativas até a sua criação em um daqueles entes federativos. (BRASIL, 2011).

3.2.4 – O Convênio entre o Estado de Minas Gerais e o Município de Belo Horizonte

Em 1985 foi formalizado o Convênio de cooperação administrativa e técnica entre o Estado de Minas Gerais e o Município de Belo Horizonte concedendo ao último as atribuições de licenciamento, fiscalização e controle ambientais. A última renovação que tivemos acesso ocorreu em 2017, quando foi firmado um aditivo para esse instrumento, prorrogando-o por prazo indefinido

O aditamento do convênio firmado entre as partes teve como referência o disposto na Lei 11.903 de, de 06 de setembro de 1995, na Lei Delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2011, no Decreto nº 45.536, de 27 de janeiro de 2011, no Decreto nº 45.824, de 20 de dezembro de 2011, na Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, na Lei Complementar 140/2011, na Deliberação COPAM nº 102 de 25 de outubro de 2006, bem como na Lei Federal nº 8.666/93.

A seguir serão abordados os principais itens do aditamento do referido convênio, formalizado em 1985. Dentre esses, se destaca a cláusula segunda que estabelecia a competência do Município para o licenciamento das atividades efetiva ou potencialmente poluidoras ou capazes, sob qualquer forma de causar degradação ambiental:

“I – das atividades classificadas pela Deliberação Normativa COPAM n 74/2004 como de classes 1 e 2 de impacto local;

“II – a partir da publicação do convênio, das atividades classificadas pela DN COPAM 74/04 como classes 3 em diante, de impacto local;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

“III – além das atividades descritas nos demais incisos desta cláusula, a seu critério, aquelas cujos portes e potenciais poluidores ou degradadores sejam inferiores aos de classe 1e/ou as não descritas pela DN COPAM 74/04 e que sejam de impacto local.” (MINAS GERAIS, 2013).

O parágrafo primeiro estabeleceu a competência subsidiária do estado podendo auxiliar no desempenho das atribuições decorrentes das competências comuns, quando solicitado pelo município. E também a forma supletiva, se ocorrer qualquer descumprimento do convênio. Nessa última hipótese haverá a rescisão do instrumento.

O parágrafo segundo informava que os procedimentos administrativos de licenciamento ambiental em andamento nos órgãos ambientais estaduais não seriam objeto do convênio.

O parágrafo terceiro determinou que a partir da publicação do convênio o município deverá realizar, **no mínimo, procedimento de licenciamento ambiental simplificado para atividades classificadas pela DN 74/04 como de classe 1 e 2.**

Cabe ressaltar que a Deliberação Normativa 74/04 do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) vigorava à época em todo o Estado de Minas Gerais e estabelecia os critérios para a classificação de empreendimentos e atividades modificadoras no meio ambiente, segundo o porte e potencial poluidor. Desse modo, o convênio firmado entre as partes definiu quais seriam as atividades e empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental pelo município de Belo Horizonte.

A cláusula terceira do convênio de cooperação administrativa e técnica tratava sobre as ações de fiscalização em matéria ambiental. O instrumento destacava a competência do órgão ambiental municipal em efetuar as fiscalizações e realizar as autuações necessárias, em caso de descumprimento da legislação ambiental, para os empreendimentos e atividades circunscritas no município.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A cláusula quinta definia quais seriam as atribuições e responsabilidades dos participantes informando sobre a competência da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) em fiscalizar a gestão ambiental praticada pelos órgãos e entidades ambientais em Belo Horizonte, no caso a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte (SMMA). Competia ainda à SEMAD, quando solicitada pelo órgão municipal, dar treinamento aos técnicos da SMMA, relacionado aos aspectos legais e administrativos do licenciamento dos empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento ambiental, no âmbito municipal, além de prestar o devido apoio técnico ao órgão ambiental municipal.

Em contrapartida, competia ao município, dentre outras obrigações, dispor de órgão ambiental capacitado, com técnicos próprios ou em consórcio, que sejam devidamente habilitados e em número compatível com as demandas ambientais e administrativas, e ainda possuir um conselho ambiental de meio ambiente. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente deveria proceder ao licenciamento, fiscalização, e controle ambiental dos empreendimentos e atividades que eram objeto de delegação através da cláusula segunda do referido convênio.

Seria também obrigação do órgão ambiental municipal dar publicidade aos pedidos de licenciamento a todos os municípios limítrofes, garantido a esses o acesso às informações técnicas que os permitissem avaliar a extensão territorial dos impactos ambientais dos empreendimentos e atividades que estavam sendo licenciadas na Secretaria Municipal de Meio Ambiente. O órgão ambiental municipal deveria encaminhar semestralmente à SEMAD relatórios das atividades desenvolvidas em razão da assinatura do convênio de cooperação técnico administrativa. Nos processos de licenciamento ambiental, a SMMA deveria observar as normas federais e estaduais em vigor sobre a utilização e proteção do Bioma Mata Atlântica, além de verificar sobre a determinação de reposição florestal para aqueles empreendimentos licenciados no município para utilização de produtos ou subprodutos da flora.

As despesas relativas ao licenciamento ambiental, segundo a cláusula sexta do convênio, seriam custeadas pelo empreendedor. O município deveria ser ressarcido



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

pelo empreendedor, respeitada a legislação aplicável, pelos custos da análise e vistoria dos pedidos de licença ambiental, segundo padrões estabelecidos em legislação própria e tendo em vista os critérios de porte e potencial poluidor ou degradador estabelecidos pelo Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM. (MINAS GERAIS, 2013)

A cláusula sétima do convênio em questão previa que o município deveria responder civil, penal, e administrativamente caso sucedessem danos causados ao meio ambiente e a terceiros decorrentes de sua ação ou omissão no processo de licenciamento ambiental. O parágrafo único da referida cláusula determinava que havendo a ocorrência desses danos, o Estado de Minas Gerais, através da SEMAD, apuraria, por meio de processo administrativo, as responsabilidades do município, podendo denunciar o convênio.

Foi estabelecida, na cláusula oitava, a possibilidade de alteração do convênio. Nesse caso, as partes deveriam promover a adequação das normas do convênio à legislação superveniente, quando necessário, competindo ao município o cumprimento da legislação posterior naquilo que lhe aplicar.

Havia a previsão de rescisão unilateral do convênio, desde que comunicado à outra parte, com antecedência de 90 dias. Poderia ocorrer ainda, a denúncia, a qualquer tempo, caso houvesse o descumprimento de qualquer de suas cláusulas. Os respectivos conselhos ambientais, COPAM, pela esfera estadual, e COMAM, pela esfera municipal, deveriam ser comunicados do ato. Caso ocorresse a rescisão, o município deveria encaminhar os processos de licenciamento ou de infração em andamento, devidamente instruídos, aos órgãos ambientais estaduais competentes, conforme entendimento do parágrafo único da cláusula nona.

Em relação à vigência do convênio, a cláusula décima estabeleceu o prazo de 48 meses, a partir da data de sua publicação, se não houvesse manifestação contrária das partes. Segundo o parágrafo único da referida cláusula, “após a primeira prorrogação, o convênio deverá ser prorrogado sempre por solicitação de ofício ao ESTA-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DO DE MINAS GERAIS, através da SEMAD, por períodos de 48 (quarenta e oito meses)". (MINAS GERAIS, 2013).

Segundo a cláusula décima primeira do convênio, seiar uma condição de eficácia do instrumento, a obrigatoriedade de publicar o extrato do convênio, no prazo máximo de 20 dias contados de sua assinatura, cabendo às partes realizar essa publicação. Cumpre reiterar que, em caso de descumprimento de qualquer uma das cláusulas do convênio de cooperação administrativa e técnica por parte do órgão ambiental de Belo Horizonte, esse instrumento poderia ser denunciado, cessando a possibilidade de o município proceder ao licenciamento ambiental das atividades e empreendimentos localizados em seu território.

3.2.4 – A normatização do Licenciamento ambiental em Belo Horizonte

Em um contexto de aumento da relevância da temática ambiental verificado, como visto acima, desde o início da década de 1970, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte instituiu, em 1983, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, com atribuições relativas à gestão da política ambiental do município, incluídas as funções de licenciamento, fiscalização, desenvolvimento e educação ambiental, além da administração dos parques, praças e jardins.

Em 1985 foi criado o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM), que é um órgão colegiado, com função normativa e deliberativa, competente para formular as diretrizes da Política Municipal do Meio Ambiente. Dentre suas inúmeras atribuições insere-se a prerrogativa em decidir sobre a outorga da Licença Ambiental, nos termos da lei específica, e, em segunda e última instância administrativa, sobre os casos que dependam de parecer da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, bem como, em todos os casos, decidir em grau de recurso quando da aplicação de penalidades previstas na legislação ambiental¹⁶.

¹⁶ Redação dada pela Lei Municipal n.º 7277, de 17 de janeiro de 1997.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

À época da criação do COMAM vigorava a lei municipal nº 4253, de 04 de dezembro de 1985. Essa legislação dispunha sobre a Política de Proteção do Controle e da Conservação do Meio Ambiente e da Melhoria da Qualidade de Vida no Município de Belo Horizonte e definia, no seu Art. 3º, as competências da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, como órgão central de implementação da política ambiental do Município, e o Art. 14 estabelecia as atribuições COMAM. Nesse período, o licenciamento ambiental amparava-se no já em vigor Convênio de cooperação administrativa e técnica firmado junto ao Estado de Minas Gerais.

A Lei nº 7277 de 17 de janeiro de 1997, representou um marco significativo para as questões ambientais no município, na medida em que instituiu a licença ambiental e tratou de importantes questões afetas ao licenciamento. Diante disso, será dada ênfase aos artigos que ainda vigoram e apresentam maior relevância para o Licenciamento Ambiental em Belo Horizonte. Conforme disposto em seu Art. 1º, a “construção, a ampliação, a instalação e o funcionamento de empreendimentos de impacto ficam vinculados à obtenção prévia da Licença Ambiental”, sendo que a definição do que seriam os empreendimentos de impacto é descrita no seu o Art. 2º como “aqueles, públicos ou privados, que venham a sobrecarregar a infraestrutura urbana ou a ter repercussão ambiental significativa”. O parágrafo primeiro desse artigo enumerava quais empreendimentos eram considerados como de “impacto” em âmbito local. Contudo, esse foi revogado tacitamente pelo art. 74-A da Lei nº **7.166** de 27 de agosto de 1996¹⁷ (acrescentado pela Lei nº 9.959, de 20/7/2010 em seu Art. 70), que veio a definir quais são os empreendimentos e atividades sujeitas ao licenciamento ambiental em Belo Horizonte, dentre as quais destacamos:

“Art. 74-A – Submetem-se a **licenciamento ambiental** pelo **COMAM** as seguintes atividades e os seguintes empreendimentos de impacto:

“I – extração ou tratamento de minerais;

“II – barragens para contenção de rejeitos ou resíduos;

“III – indústrias com repercussão ambiental significativa;

¹⁷ Desse modo, as atividades enumeradas pelo art. 74-A dessa Lei são passíveis de licenciamento ambiental pelo COMAM. Outras tipologias de empreendimentos, relativas ao licenciamento urbanístico são licenciadas pelo Conselho Municipal de Políticas Urbanas (COMPUR), conforme dispõe o art. 74 B da Lei 7.166/96. O art. 74 B foi acrescentado pela Lei n.º 9.959 de 20/07/2010.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

(...) (BELO HORIZONTE, 2010).

O Art. 3º da Lei 7.277/97 informa que a licença ambiental será concedida pelo COMAM, enquanto seu parágrafo comunica sobre a necessidade de publicação dessa outorga, indicando a relevância atribuída ao princípio da informação, pois somente através da publicização dos atos da Administração os interessados poderão participar das decisões emanadas pelo Poder Público local:

“Parágrafo único – A outorga da Licença Ambiental será precedida da publicação de edital – explicitando o uso pretendido, o porte e a localização – em órgão oficial de imprensa e em jornal de grande circulação no Município, com ônus para o requerente, assegurado ao público prazo para exame do pedido, dos respectivos projetos e dos pareceres dos órgãos municipais e para apresentação de impugnação, fundamentada e por escrito.” (BELO HORIZONTE, 1997).

No sentido de fomentar o binômio informação/participação, o Art. 4º da Lei 7277/97, estabelece a possibilidade da realização de Audiências Públicas Ambientais. Esses dispositivos participativos são de grande relevância para que o empreendedor possa explicitar à população presente sobre as atividades que deseja implantar em determinada localidade e para que essa tenha a oportunidade de questionar, dirimir suas dúvidas, e apresentar sugestões sobre o projeto, participando ativamente do processo de licenciamento ambiental. O parágrafo único desse artigo define os critérios exigidos para a divulgação dessa reunião:

“Art. 4º – O COMAM, se julgar necessário, promoverá a realização de audiência pública para informação sobre o projeto e seus impactos ambientais e urbanos e discussão do Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.

“Parágrafo único – A convocação de audiência pública será feita por meio de edital, publicado em jornal de grande circulação no Município e em órgão oficial de imprensa, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.” (BELO HORIZONTE, 1997).



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O art. 5º da Lei 7277/97, define as tipologias das licenças expedidas pelo Conselho, explicitando em seus parágrafos quais estudos ambientais devem ser apresentados em cada fase do licenciamento:

“Art. 5º – O COMAM, no exercício de sua competência, expedirá as seguintes licenças:

“I – Licença Prévia (LP), na fase preliminar do planejamento da atividade contendo requisitos básicos a serem atendidos nas fases de construção, ampliação, instalação e funcionamento, observadas as leis municipais, estaduais e federais de uso do solo;

“II – Licença de Implantação (LI), autorizando o início da implantação, de acordo com as especificações constantes do projeto aprovado e verificados os requisitos básicos definidos para esta etapa;

“III – Licença de Operação ou Licença de Ocupação (LO), autorizando, após as verificações necessárias e a execução das medidas mitigadoras do impacto ambiental e urbano, o início da atividade licenciada ou da ocupação residencial, de acordo com o previsto na LP e na LI.

“§ 1º – No caso de construção ou ampliação de empreendimentos de impacto, a LP e a LI deverão preceder a outorga do Alvará de Construção; e a LO, a da Certidão de Baixa e Habite-se.

“§ 2º – A LP é precedida da apresentação de Estudo de Impacto Ambiental – EIA – e do respectivo RIMA, a serem aprovados pelo COMAM.

“§ 3º – A LI é precedida da apresentação do Plano de Controle Ambiental – PCA –, a ser aprovado pelo COMAM.

“§ 4º – Serão definidos pelo COMAM, mediante deliberação normativa, para cada empreendimento ou grupo de empreendimentos:

“I – os requisitos prévios para obtenção das licenças mencionadas;

“II – o roteiro básico de elaboração do EIA, RIMA e PCA.” (BELO HORIZONTE, 1997).



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Faz-se um aparte necessário, para lembrar que o EIA/RIMA, um dos principais instrumentos da Avaliação de Impactos Ambientais prevista pela Política Nacional de Meio Ambiente (no art. 9º, III, da Lei 6.938/81), devido ao seu caráter eminentemente preventivo, deverá apresentar um eficiente diagnóstico ambiental da área de influência em que se pretende instalar o empreendimento, capaz de identificar os possíveis impactos que poderão ocorrer com sua implantação, nos meios físico, biológico e socioeconômico, bem como, além de outros aspectos, propor as medidas mitigadoras que deverão ser adotadas para minimizar os impactos negativos decorrentes da implantação da atividade. Afinal, o objetivo desse estudo é o de compatibilizar o desenvolvimento econômico à preservação ambiental sem olvidar dos aspectos sociais.

No entanto, na contramão desse princípio, o previsto no Art. 7º da Lei Municipal 7.277/97, os empreendimentos que estiverem instalados ou em funcionamento, e sujeitos à obtenção de licença ambiental deverão apresentar o Relatório de Controle Ambiental ao COMAM. (BELO HORIZONTE, 1997).

O art. 9º da Lei 7.277/97 informa que “o procedimento administrativo para a concessão das licenças referidas será estabelecido em Deliberação Normativa do COMAM”. (BELO HORIZONTE, 1997). No entanto, mais importante para as análises a serem aqui realizadas é o disposto no seu parágrafo 1º: “§ 1º – A ampliação ou a modificação do objeto da Licença Ambiental sujeitar-se-ão a novo licenciamento.” (BELO HORIZONTE, 1997).

Apenas a título de ilustração, a deliberação que trata desses procedimentos é a Deliberação Normativa nº 42/02 (BELO HORIZONTE, 2002), bem como a Deliberação Normativa nº 48/03 (que alterou a redação dos artigos 2º, 4º, 5º e 6º da Deliberação Normativa n.º 42/02) do COMAM. A Deliberação Normativa nº 42/02 (BELO HORIZONTE, 2002) apresenta elevado nível de detalhamento. Por essa razão, serão enfatizados apenas alguns de seus principais artigos que guardam relação estreita com o objeto foco de nossas análises¹⁸.

¹⁸ Quando estávamos já em fase de redação final desse relatório, fomos informados de que a DN 42/02 teria sido revogada e em substituição a ela estaria vigente a DN 90/18, publicada em dezembro de 2018. Como não



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O capítulo II da referida Deliberação Normativa aborda as questões afetas ao licenciamento ambiental, desde a definição de suas tipologias, passando pelas etapas de licenciamento a que estão sujeitos os empreendimentos, até as particularidades acerca do licenciamento ambiental de adequação e do licenciamento corretivo. Tendo em vista o grande volume de informações do capítulo, merece destaque a seguinte consideração acerca do licenciamento ambiental presente no art. 3º:

“Art. 3º – O licenciamento ambiental compreende:

“I – o licenciamento integral – mediante a outorga das três licenças ambientais consecutivamente: Licença Prévia (LP), Licença de Implantação (LI) e Licença de Operação (LO);

“II – o licenciamento simplificado – que prescinde da outorga da Licença Prévia (LP) e poderá prescindir da outorga da Licença de Implantação (LI);

“III – o licenciamento de adequação – destinado aos empreendimentos que comprovadamente se encontravam instalados ou em funcionamento anteriormente ao advento da Lei nº. 7.277/97 ou anteriormente à vigência das normas regulamentadoras que os enquadraram como de impacto ambiental;

“IV – o licenciamento corretivo – destinado à regularização de empreendimentos cuja etapa prevista para a obtenção de Licença Prévia (LP) ou Licença de Implantação (LI) não tenha sido cumprida.”
(BELO HORIZONTE, 2002).

Pela redação do inciso I desse artigo é possível inferir que o licenciamento integral destina-se aos empreendimentos mais complexos e que demandam maior envolvimento do órgão ambiental, haja vista ser necessária a outorga das seguintes licenças ambientais: Licença Prévia, Licença de Implantação e Licença de Operação. Por essa razão, tendo em vista sua complexidade, as licenças parciais para esse tipo só podem ser concedidas após o cumprimento das condicionantes estabelecidas na licença anteriormente concedida.

tivemos tempo hábil para proceder uma análise detalhada da última, mantivemos a análise realizada anteriormente, que teve por base a DN 42, com a ressalva de que possa estar desatualizada. Independentemente, a DN 42 era aquela em vigor quando dos processos relativos ao caso aqui tratado.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Já sobre o Licenciamento Simplificado. Esse, como a própria definição anuncia, não é uma tipologia de licenciamento tão complexa como o Licenciamento Integral. Trata-se de um procedimento mais célere e sem tantas exigências, aplicável aos empreendimentos de pequeno porte. Nessa tipologia de licenciamento não existe a emissão de (LP) podendo não haver também a outorga da Licença de Implantação. Por sua vez, o Licenciamento de Adequação, em conformidade com a redação dada pelo art. 8º da DN 42/02, visa regularizar os empreendimentos que haviam sido instalados antes da vigência de normas que os enquadravam como empreendimento de impacto ambiental. A terminologia “adequação” decorre da necessidade de ajustar o empreendimento com a legislação ambiental do município.

No caso do Licenciamento Ambiental Corretivo, esse ocorre no caso de empreendimentos instalados e em funcionamento após a vigência das normas regulamentadoras que o enquadram como de impacto ambiental, a não expedição da LP ou de LI não desobriga o interessado de apresentar os estudos ambientais cabíveis para a obtenção da LO. Esse é o entendimento o artigo 9º da Deliberação Normativa em comento. Em verdade, significa dizer que os impactos decorrentes do empreendimento devem ser considerados, sendo necessário que o empreendedor apresente os estudos ambientais solicitados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Inclusive, essa poderá determinar ao empreendedor a apresentação de EIA/RIMA para caracterizar o empreendimento e suas consequências ambientais.

Apreende-se, ainda, que as exigências ambientais que o empreendedor deverá cumprir para obter as licenças relativas a cada etapa do licenciamento ambiental são chamadas de “condicionantes”, tendo em vista que para conseguir a licença ambiental da fase posterior o empreendedor deverá ter cumprido as exigências solicitadas anteriormente. As condicionantes são definidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, tendo como referência a análise dos estudos ambientais apresentados pelo empreendedor, as vistorias técnicas realizadas e a possível ocorrência das Audiências Públicas Ambientais. A Deliberação Normativa 42/02, prevê a possibilidade



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de alteração das condicionantes ambientais emitidas pelo COMAM nas seguintes situações:

“Art. 27 – O COMAM poderá modificar condicionantes, medidas de controle e adequação ambiental, suspender ou cancelar uma licença expedida nas seguintes hipóteses:

“I – violação ou descumprimento de quaisquer condicionantes ou normas legais;

“II – omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a concessão da licença;

“III – superveniência de riscos ambientais e de saúde pública;

“Parágrafo Único – A constatação de condicionantes inadequadas e insuficientes à natureza do empreendimento ou em função de suas características iniciais, poderá ensejar no reexame das condicionantes pelo COMAM.” (BELO HORIZONTE, 2002).

No que se refere ao prazo de validade das licenças ambientais em Belo Horizonte, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente estipula nos artigos 21, 22 e 23 da Deliberação Normativa 42/02 um limite temporal para cada tipologia de licença:

“Art. 21 – A Licença Prévia (LP) terá prazo de validade de 2 (dois) anos.

“Parágrafo Único – O prazo referido no caput poderá ser prorrogado por igual período, desde que tecnicamente justificado e após decisão favorável do COMAM.

“Art. 22 – A Licença de Implantação terá prazo de validade estabelecido pelo cronograma de instalação do empreendimento a, no máximo, 04 (quatro) anos.

“Parágrafo Único – O prazo referido no caput poderá ser prorrogado por igual período desde que tecnicamente justificado e após decisão favorável do COMAM.

“Art. 23 – A Licença de Operação (LO) terá prazo de validade de, no mínimo, 04 (quatro) anos e de, no máximo, 10 (dez) anos.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

“§ 1º – A renovação da LO de um empreendimento deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias anteriormente ao seu prazo de vencimento.

“§ 2º – A Licença, objeto de renovação, ficará automaticamente prorrogada até a manifestação definitiva do COMAM, desde que atendido o prazo estabelecido no parágrafo anterior.” (BELO HORIZONTE, 2002).

Percebe-se que as licenças ambientais não são definitivas. O tempo delimitado para a sua eficácia deve ser verificado em função da constante necessidade de revisão dos padrões de qualidade ambiental, especialmente no que concerne à licença de operação.

O capítulo VIII da DN 42/02, traz no art. 28 a diretriz que determina que os empreendimentos de impacto ambiental que estiverem instalados, forem ampliados e em funcionamento sem o devido licenciamento ambiental, terão a imediata suspensão de suas atividades, através de notificação, até que o COMAM delibere sobre o licenciamento ambiental, sem o prejuízo de outras penalidades previstas na legislação. O parágrafo desse artigo ainda estabelece que mesmo havendo a aplicação de penalidades o empreendedor deverá proceder ao licenciamento ambiental de suas atividades:

“Art. 28 – A instalação, a ampliação e o funcionamento de atividades ou empreendimentos considerados de impacto pela Lei n.º 7.277/97 ou suas normas regulamentadoras, sem o devido licenciamento ambiental, acarretará a imediata suspensão, através de Notificação, das atividades até que o COMAM delibere sobre o licenciamento ambiental, sem prejuízo da aplicação cumulativa de outras penalidades previstas na legislação.

“Parágrafo Único – A aplicação de quaisquer penalidades não isenta o empreendedor da obrigatoriedade de licenciamento ambiental e do atendimento às exigências do COMAM.” (BELO HORIZONTE, 2002).



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Porém, com a leitura atenta do artigo é possível observar que existe a menção à Lei 7.277/97 no que se refere aos “empreendimentos de impacto”.

3.3 – Limitações colocadas pelo SNUC

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC – foi instituído pela Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000, e “estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.” (Art. 1º).

Umas das normas de reconhecida importância para que se mantenha a integridade dos atributos ambientais e ecológicos de uma unidade de conservação é o estabelecimento de uma zona de amortecimento, uma área ao redor da mesma para amenizar possíveis impactos de atividades sobre o seu território:

“Art. 25 – As unidades de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, devem possuir uma zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos

“§ 1º O órgão responsável pela administração da unidade estabelecerá normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos de uma unidade de conservação.

“§ 2º Os limites da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos e as respectivas normas de que trata o § 1º poderão ser definidas no ato de criação da unidade ou **posteriormente.**”

Já o Decreto 4.340 de 22 de agosto de 2002 – o qual regulamenta a implementação do SNUC – determina a necessidade de elaboração de um Plano de Manejo para cada uma das unidades de conservação já instituídas



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ou a serem instituídas e que, devido ao fato da complexidade dos estudos que esse pode demandar, estabelece que “Art. 15. A partir da criação de cada unidade de conservação e até que seja estabelecido o Plano de Manejo, devem ser formalizadas e implementadas ações de proteção e fiscalização.” Fica claro que a responsabilidade por tais ações é inerente ao poder público e a sua inobservância pode ensejar sanções, conforme previsto no artigo da Lei nº 9.985 abaixo reproduzido:

“Art. 38 – A ação ou omissão das pessoas físicas ou jurídicas que importem inobservância aos preceitos desta Lei e a seus regulamentos ou resultem em dano à flora, à fauna e aos demais atributos naturais das unidades de conservação, bem como às suas instalações e às zonas de amortecimento e corredores ecológicos, sujeitam os infratores às sanções previstas em lei.”

Vale lembrar que o descrito acima não se limita aos agentes do poder público e quaisquer atividades que venham a se situar nas áreas descritas estão sujeitas às implicações definidas na Lei.

Por fim, cabe ressaltar que, no caso específico da Mina Corumi, essa faz fronteira com duas unidades de conservação, sendo uma estadual, O Parque Estadual da Baleia e uma do município de Belo Horizonte, o Parque Municipal das Mangabeiras. Sendo assim, para o funcionamento da atividade mineraria situada na zona de amortecimento de ambas, seria necessário uma anuência das duas unidades de conservação.

O Parque da Baleia foi criado pelo Decreto Estadual nº. 10.232, de 27.01.32, sendo a primeira unidade de conservação constituída na Serra do Curral. Mais recentemente, a Lei nº. 8.022, de 23.07.81, ratificou seus limites, que contém terrenos contíguos à Fundação Benjamim Guimarães, ao Hospital da Baleia e ao Parque das Mangabeiras. Encontra-se atualmente em processo de regularização fundiária.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Já o Parque das Mangabeiras foi criado em 14 de outubro de 1966, por meio do decreto nº 1.466, no contexto do processo de tombamento federal (do qual constava uma recomendação do SPHAN, sobre a importância do equipamento) com a finalidade de preservar a Serra do Curral, a reserva florestal existente e criar uma nova área de recreação para a cidade.

Em 1974, através da Lei nº 2.403, foi autorizada a implantação do Parque, cujo projeto paisagístico foi assinado por Roberto Burle Marx, sendo o mesmo inaugurado em 13 de maio de 1982 e constituindo na maior área pública de preservação ambiental da cidade com uma área de 2,4 milhões de m², 59 nascentes do Córrego da Serra, que integra a Bacia do Rio São Francisco e uma vasta extensão de Mata Atlântica e de campos rupestres.

3.4 – Limitações colocadas pelo Patrimônio Histórico

Além dos preceitos constitucionais acima evocados, a preservação de elementos do patrimônio histórico-cultural baseia-se também em princípios elaborados a partir de convenções internacionais, das quais o Brasil segue signatário.

Dentre essas, podemos citar como central para o foco de nosso interesse no presente trabalho, não obstante aquelas que a precederam, aquela que constatou já à época as ameaças que recaíam sobre o patrimônio cultural (e também sobre o patrimônio natural), ressaltando aquelas relacionadas ao desenvolvimento social e econômico. Além disso, a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO, realizada em Paris em 1972, trouxe também uma definição do que é considerado como patrimônio cultural e natural:

“Artigo 1 – Para os fins da presente Convenção, são considerados patrimônio cultural:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

“- os monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,

“- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,

“- os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

“Artigo 2 – Para os fins da presente Convenção, são considerados: patrimônio natural:

“- os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por conjuntos de formações de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

“- as formações geológicas e fisiográficas, e as zonas estritamente delimitadas que constituam habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico,

“- os sítios naturais ou as áreas naturais estritamente delimitadas detentoras de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural.”

Vale lembrar que o conteúdo dessa Convenção veio a ser ratificada no Brasil através do Decreto nº 80.978 de 12 de dezembro de 1977. Desde então, tem-se observado a afirmação de políticas de proteção ao patrimônio cultural e natural como elementos importantes no ordenamento territorial e no planejamento urbano e regional.

A importância da preservação e proteção do patrimônio cultural e natural advém da necessidade de dotar de sentido a própria história de uma



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

sociedade. É através de sua história e de sua trajetória no tempo-espaço que as sociedades se reconhecem e constroem e compartilham uma identidade comum, identidade essa que torna-se efetiva a partir da produção de bens materiais, imateriais e também na forma pela qual uma determinada comunidade se insere e se relaciona com o território, inclusive no que se refere aos seus marcos geográficos.

Cabe ressaltar que bens e espaços que passam a compor essa identidade, a partir de significados que ultrapassam a sua existência *per se*, são construídos simbolicamente a partir de experiências vivenciadas – tanto na esfera individual como na esfera social – que perpassam o passado e o presente e se consolidam naquilo que o sociólogo francês Maurice Halbwachs conceitua como sendo a memória coletiva de uma população ou comunidade, a memória compartilhada de um grupo, família, grupo religioso, étnico, classe social ou nação¹⁹ que remete a elementos de uma experiência vivida por uma comunidade e por ela dotada de significado, remetendo a constituição de uma identidade a elementos de um passado que, de alguma forma, podem ser verificados e vivenciados no presente.

Dessa forma, para que tenhamos de forma efetiva a preservação da memória e da identidade de um determinado lugar²⁰, mostra-se necessário enviares esforços para que aqueles elementos que lhe conferem suporte – sejam eles materiais ou imateriais, construídos ou naturais – sejam objeto de medidas concretas de proteção que garantam a sua integralidade e a continuação de sua representatividade no tempo e no espaço.

No caso específico da Serra do Curral, a qual se constitui inexoravelmente em um elemento que está intrinsecamente ligada ao Município de Belo Horizonte (e mesmo à ocupação anteriormente existente à construção da nova capital, o arraial de Curral d'El Rey, inclusive na sua própria toponímia),

¹⁹ HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

²⁰A noção de “lugar” aqui utilizada remete aos trabalhos do geógrafo Yi Fu Tuan (*Espeço e Lugar*), quando ele faz a distinção entre o espaço e o lugar, sendo esse último aquele ao qual é conferido um significado pelas populações que se instalam em determinado espaço.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

seja no seu caráter físico, natural e geográfico, seja nos aspectos sociais, históricos e culturais, percebemos que essa vem sendo objeto de várias ações que têm contribuído para uma descaracterização de sua condição de marco simbólico não apenas da cidade mas também da região na qual ela se impõe e imprime sua marca para além das fronteiras político-administrativas do Município.

Ou seja, deve-se aqui ressaltar que a Serra do Curral é um elemento espacial que se mostra singular no âmbito regional pela sua própria condição monumental. A manutenção dessa condição para as gerações presentes e futuras passa pelo fortalecimento dos laços e vínculos entre os cidadãos e o lugar e também pela possibilidade de continuidade da produção da história e da memória – individuais e coletivas – em relação ao mesmo. Para que isso se viabilize, faz-se necessário a existência de um arcabouço institucional que funcione como anteparo a ações predatórias de grupos que não vislumbram outra forma de usufruir do bem que não seja pela forma econômica, em detrimento dos demais atributos aos quais a coletividade confere valor cultural e simbólico.

Um dos instrumentos utilizados para dotar de efetividade a proteção e à tutela do patrimônio histórico-cultural e natural é o instituto do tombamento, presente na legislação brasileira antes mesmo do país tornar-se signatário de convenções internacionais, conforme o disposto no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 em seus artigos 4º ao 21. No que tange à Serra do Curral, o seu reconhecimento enquanto elemento monumental e merecedor de uma proteção contra a sua degradação por atividades humanas já se deu por órgãos de duas instâncias federativas, a federal e a municipal, cujos detalhes de ambas veremos nas seções a seguir. No caso da instância estadual, existe em andamento um estudo para o tombamento de todo o maciço.

3.4.1 – Tombamento Federal



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O primeiro ato de tombamento que faz referência à Serra do Curral remete a 21 de setembro de 1960, com a inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (nº 29, folha 8) do bem denominado como “Conjunto paisagístico do Pico e da parte mais alcantilada da Serra do Curral”, em decorrência do Processo de Tombamento nº 0591-T-58. Tal processo se iniciou em virtude de requerimento do governador do Estado de Minas Gerais, Bias Fortes, (Ofício 2.018 de 17 de dezembro de 1958), tendo o mesmo sido acatado por Resolução do Conselho Consultivo do SPHAN em 26 de janeiro de 1960.

Cabe notar que já’ então havia a preocupação em relação aos danos irreparáveis que a atividade mineraria poderia causar à própria existência da Serra do Curral, como fica explícito no texto do próprio ofício, ao expor os motivos da solicitação de tombamento da Serra do Curral, “em face das obras de pesquisa de minério de ferro pela firma Hanna Corporation, nas proximidades da referida Serra, as quais importarão no seu desaparecimento.” e também no parecer emitido pelo Departamento Jurídico do Estado e assinado por José de Mesquita Lara, parecer esse que fora anexado ao ofício citado:

“O Senhor Secretário particular do Exmo. Sr. Governador do Estado solicita deste departamento jurídico sugestão de medidas que visem impedir que a firma HANNA CORPORATION prossiga em suas obras de pesquisa de minério de ferro nas proximidades da Serra do Curral, obras estas que, quando a dita firma obtiver autorização de lavra, importarão no desaparecimento da Serra. Alega S. Excia. que os trabalhos estão sendo realizados aproximadamente a 500 metros do Palácio das Mangabeiras e a 200 metros dos mananciais de água potável da Prefeitura local. Inexistem a favor do Estado medidas diretas que possam obstar os trabalhos das pesquisas (...) Toda a matéria pertinente ao direito mineralógico é regulada pela legislação federal, cabendo exclusivamente às autoridades da União a fiscalização da observância das normas do decreto de autorização de pesquisa e das constantes do Código de Minas. O pesquisador de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

minério só pode ser obstado em sua ação pelo governo federal (...) No caso em espécie, porém, como a pesquisa se realiza nas proximidades de manancial de água potável, faz-se mister o assentimento da Prefeitura para que a mesma prossiga. O Estado poderá indagar da Prefeitura se ela está a par dos trabalhos da Hanna Corporation e se consentiu neles, conforme disposição do art. 16, VI, do Código de Minas (...) A iniciativa que o governo mineiro poderia dar em favor da integridade da Serra do Curral será solicitar do senhor Ministro da Educação que ordene ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que a tombe como um bem do patrimônio artístico nacional (grifo no original) . Não pairam dúvidas sobre a possibilidade do tombamento da aludida Serra: os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens são susceptíveis de tal medida, quando dotados pela natureza de uma feição notável e inconfundível. Será desnecessário que nos percamos em considerações estéticas para acentuar a beleza da Serra do Curral, com sua silhueta inconfundível e bem característica, tão ligada à nossa Capital..." (Brasil, IPHAN)²¹

A Resolução do Conselho Consultivo do então denominado SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – de 26/01/1960, delimita as áreas a serem tombadas no maciço da Serra do Curral, baseando-se no parecer do relator Miran Latif, nos seguintes termos:

"(...) considerando que a cumeada da Serra do Curral é elemento altamente significativo para o conjunto paisagístico da cidade de Belo Horizonte, por servir de fundo de cena à avenida Afonso Pena, eixo da capital mineira."

"considerando que o minério ocorrente na parte mais alcantilada da referida Serra não é de teor elevado, a ponto de interessar fundamentalmente a exploração econômica das jazidas de ferro da

²¹ Citado por MATA-MACHADO, Bernardo Novais da (s/d). "O CASO HANNA/MBR: cronologia de uma investigação." Mimeo.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

região, sendo possível conciliar-se a preservação paisagística com os objetivos da mineração.

“RESOLVE, por unanimidade, de acordo com as conclusões do relator, conselheiro Miran Latif, e em face das informações prestadas pelo chefe do 3o distrito da DPHAN:

“deferir o requerimento do sr. Governador do Estado de Minas Gerais, para o efeito de proceder ao tombamento do morro Pico e da parte mais alcantilada da Serra do Curral, de um lado e de outro do eixo constituído por uma linha em prosseguimento à avenida Afonso Pena, delimitando-se a área tombada;

“recomendar que na referida área tombada se crie um parque natural, para a flora e principalmente a microflora típica da região.”
(Brasil, IPHAN)²²

O detalhamento da área tombada pelo SPHAN encontra-se na sequência do documento:

“nos termos do documento assinado pelo relator Miran Latif, detalha a delimitação da área tombada da Serra do Curral:

“1º) Uma faixa de 1800 m de largura, tendo por eixo o prolongamento do eixo da av. Afonso Pena, e delimitada, embaixo, pela linha do nível da cota 1.100 e, em cima, pela linha de cumeada da Serra do Curral, estendendo-se de um e de outro lado do eixo da avenida por duas retas paralelas cada qual correndo a 900 m de distância do referido eixo.

2º) Esta faixa se prolonga, no rumo este, por outra compreendida entre a citada linha de nível à cota de 1.100 m e outra à cota de 1.250 m, sem abranger a linha da cumeada, e estendo-se até a estaca 187.

²² MATA-MACHADO, op. cit. Vale dizer que as demais citações sobre o tombamento da Serra do Curral que remetem a documentos do SPHAN/IPHAN, quando não indicadas, são desse autor



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

3º) O Pico de Belo Horizonte está incluído no tombamento, desde o seu cume até a cota 1250, onde se junta com a faixa tombada supra descrita.” (Brasil, IPHAN)”

“Essa delimitação consta das notificações de tombamento encaminhadas ao Governo do Estado de Minas Gerais (Notificação n.º 820) e à Prefeitura de Belo Horizonte (Notificação n.º 821), bem como do Edital publicado nos principais jornais da cidade.””

Devido a alguns pedidos de impugnações e dificuldades técnicas para uma demarcação mais precisa à época, ficou decidido que o tombamento atingiria apenas terrenos de propriedade do Estado e da Prefeitura Municipal e a área do Pico acima da cota 1.260. Cabe destacar que a revisão do perímetro tombado por meio de Resolução do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional datada de 13 de junho de 1961, apesar de reduzir a área da aba da serra correspondente à cumeada e situada no Município de Belo Horizonte, não alterou a área do tombamento referente ao Pico, como fica explícito in verbis:

“Resolução: considerando o resultado da verificação feita ‘in loco’ pelo relator, conselheiro Miran Latif, e nos termos de sua conclusão, resolveu-se, por unanimidade, esclarecer:

“1º) o tombamento do conjunto paisagístico da Serra do Curral, no Estado de Minas Gerais, abrange uma área de mil e oitocentos metros e compreende a cumeada e a aba correspondente da serra, **além do trecho em que está situado o Pico de Belo Horizonte até a cota já fixada;**

“2º) a referida área é delimitada por paralelos que correm de um e de outro lado do prolongamento da Avenida Afonso Pena, na cidade de Belo Horizonte, constituindo uma linha que liga os dois marcos assinalados na planta anexada ao processo de tombamento n. 591-T-58.” (Brasil, IPHAN)”.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Como nos mostra Mata-Machado (s/d), essa Resolução não chegou a ser publicada no Diário Oficial da União e só foi incorporada ao Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 21 de maio de 1973.

Cabe registrar, como podemos ver na figura abaixo, que nesse primeiro tombamento a área tombada se dividia em duas porções, sendo uma situada inteiramente no Município de Belo Horizonte (aquela referente ao chamado “paredão da serra”, ou nos termos técnicos aludidos, à parte mais alcantilada da Serra Do Curral), sendo a outra, referente ao Pico de Belo Horizonte, compartilhada entre os municípios de Nova Lima e BH.



7

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

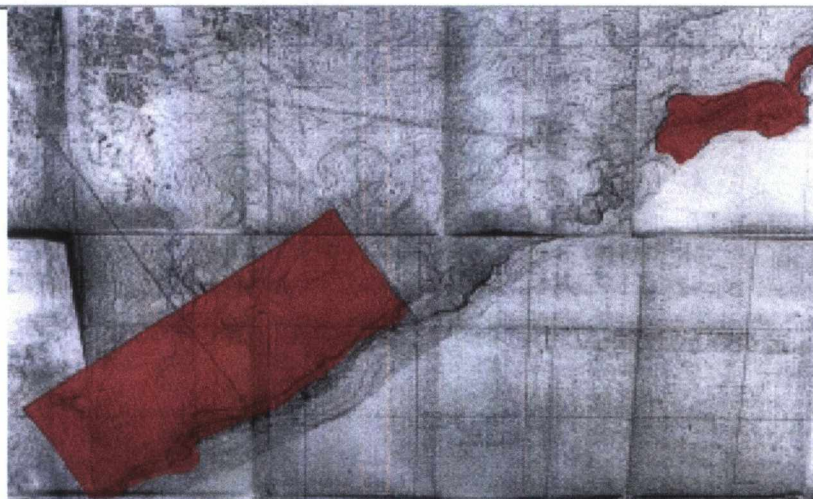


Figura 08 - Figura 04: Croqui da revisão Perímetro de Tombamento 1961 - Fonte: Processo de Tombamento IPHAN - No. 591. T-58

A abrangência de parcela do Município de Nova Lima é fato incontestável, uma vez que a delimitação da área de tombamento foi estabelecida como sendo toda a extensão do Pico até a cota altimétrica de 1.260 metros, a qual se espraiava em direção ao município vizinho, uma vez sendo o Pico o marco fronteiro. Tal percepção é consubstanciada pelo Relatório Técnico de Georreferenciamento das



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

áreas de tombamento referentes a poligonais da Serra do Curral e Pico de Belo Horizonte, produzido a partir de uma consultoria contratada pelo Iphan em 2012. Segundo Novais e Guimarães (cit., p. 7) os trabalhos de georreferenciamento dos polígonos das áreas tombadas foram realizados com os objetivos de caracterizar a

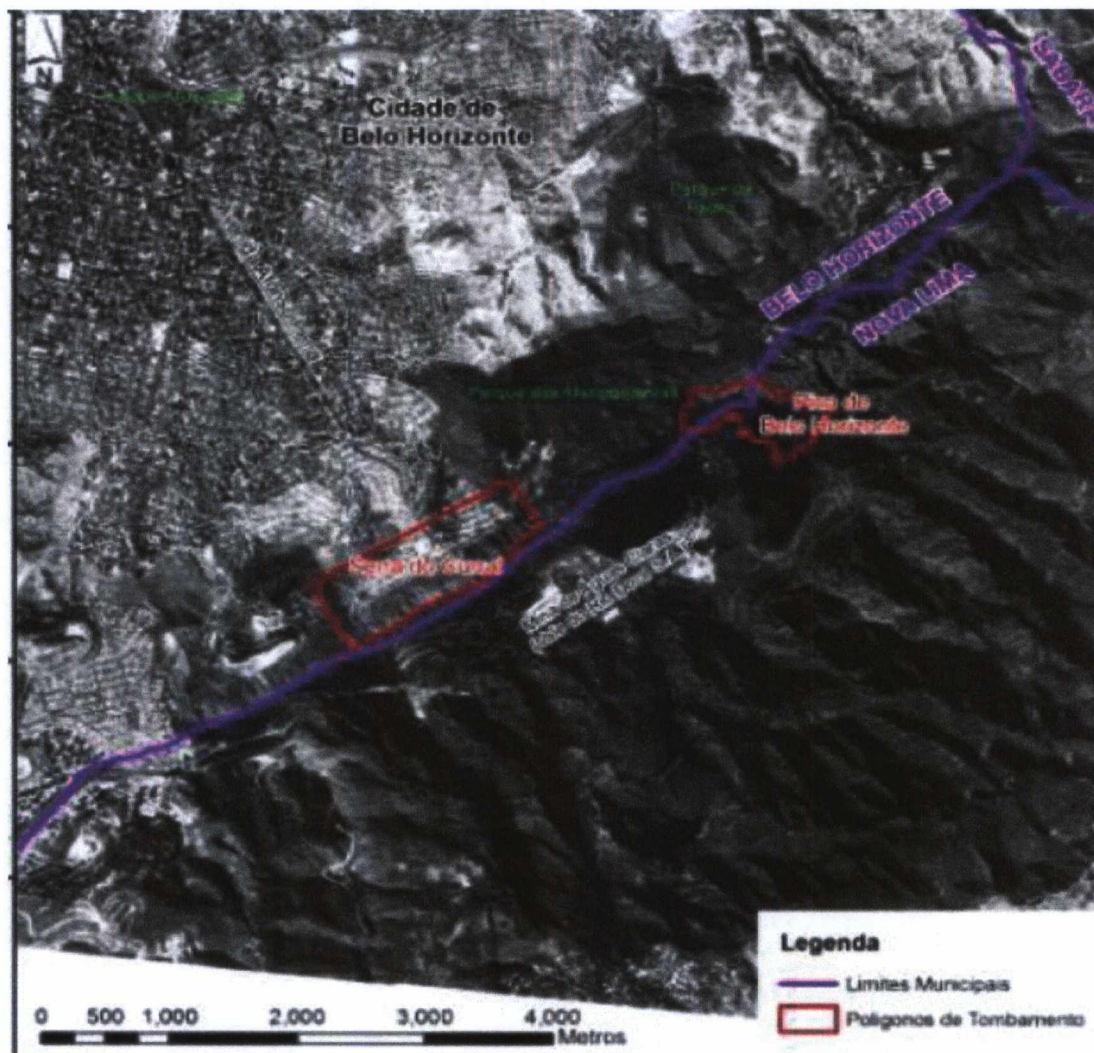
“materialização de seus limites legais, feições, atributos associados e garantir ao Iphan confiabilidade na geometria descritiva deste perímetro, de forma a dirimir quaisquer possibilidades de conflitos ou dúvidas decorrentes de sobreposição de limites dos imóveis lindeiros. Além do trabalho de campo, houve um minucioso estudo dos documentos existentes, inclusive o processo de tombamento, resultando em plantas, memoriais descritivos e relatório técnico.”

Nesse relatório foram produzidos mapas que mostram de forma inequívoca que o polígono do tombamento referente ao Pico de Belo Horizonte possuía terrenos nos dois municípios dos quais é fronteira, como pode-se ver claramente no mapa a seguir:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Figura 02 – Mapa de localização das áreas tombadas



Fonte: Relatório Técnico de Georreferenciamento das áreas de tombamento referentes a poligonais da Serra do Curral e Pico de Belo Horizonte, contratado pelo Iphan, apud Novais e Guimarães (cit., p. 8)

Já na década de 1970, foram promovidas no Município de Belo Horizonte, alterações no perímetro pelos decretos municipais de números 2.820 de 02/12/1975, 2895/76, tendo esse último promovido um recorte na área tombada aos pés do paredão da Serra do Curral para permitir que ali fosse instalado o Instituto Hilton Rocha.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Já em 1996, o IPHAN, ciente das ameaças e danos já causados ao bem tombado (como especulação imobiliária, extração mineral além de limites permitidos, instalação de torres de antenas de telecomunicações, dentre outros) instaurou um processo a pedido do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município – CDPCM-BH – para a “re-ratificação do Tombamento do Conjunto Paisagístico da Serra do Curral, objetivando ampliar os limites do perímetro protegido” (Novais e Guimarães, 2014, pp 6, 7), o que não ocorreu, mantendo-se os perímetros inalterados.

Segundo Laudo Técnico produzido pelo MPMG acerca do tombamento da Serra do Curral em 2014, a Superintendência do Iphan em Minas Gerais elaborou a Nota Técnica nº 01/2014-MGC/Iphan/MG contendo a demarcação das áreas de tombamento e entorno para o Conjunto Paisagístico da Serra do Curral, que foi encaminhada para aprovação do Iphan em Brasília. Informam que as áreas foram classificadas por setores de acordo com as suas características, o que irá nortear a definição de critérios e diretrizes específicos para cada área, bem como a elaboração de minuta de portaria regulamentando intervenções no conjunto protegido (cf. Novais e Guimarães, op. cit. p. 9)

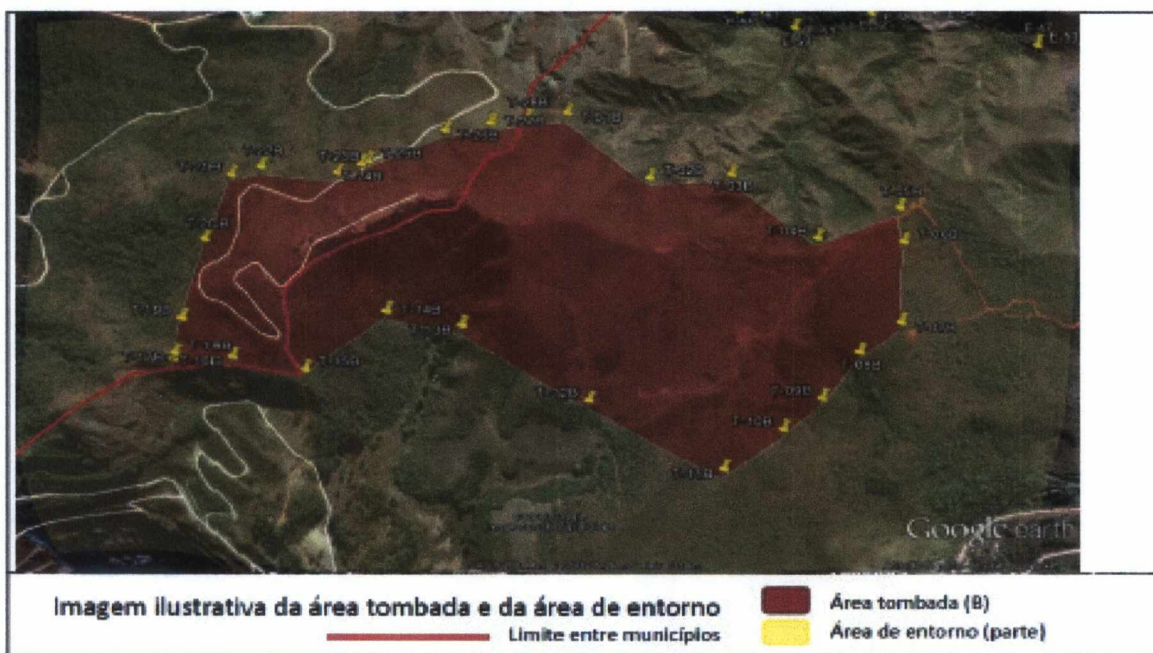
Nesse diapasão, foi emitida em 18 de maio de 2016 a Portaria 198 do IPHAN que trazia o detalhamento das áreas tombadas e mantinha o perímetro definido para aquela que se refere ao Pico de Belo Horizonte, como podemos verificar no artigo 2º e nos mapas que se seguem, produzidos pelo MPMG e pelo próprio IPHAN:

“Art. 2º A área tombada do Conjunto paisagístico do pico e da parte mais alcantilada da Serra do Curral é formada por duas porções territoriais, uma no Município de Belo Horizonte e outra no Município de Nova Lima, no Estado de Minas Gerais, consoante descrições das poligonais contidas no ANEXO I desta Portaria.”



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O mapa referente ao ANEXO I é condizente com aquele apresentado acima e mantém o perímetro praticamente na linha da cota altimétrica estabelecida na década de 1960:



Rua Timbiras, n.º 2941 - Barro Preto - Belo Horizonte - MG - CEP 30140-062
Telefax (31) 3250-4620 - E-mail: cppc@mp.mg.gov.br

Fonte: Laudo Técnico nº16/2016 MPMG - Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



Fonte: IPHAN, em apresentação feita a esta CPI

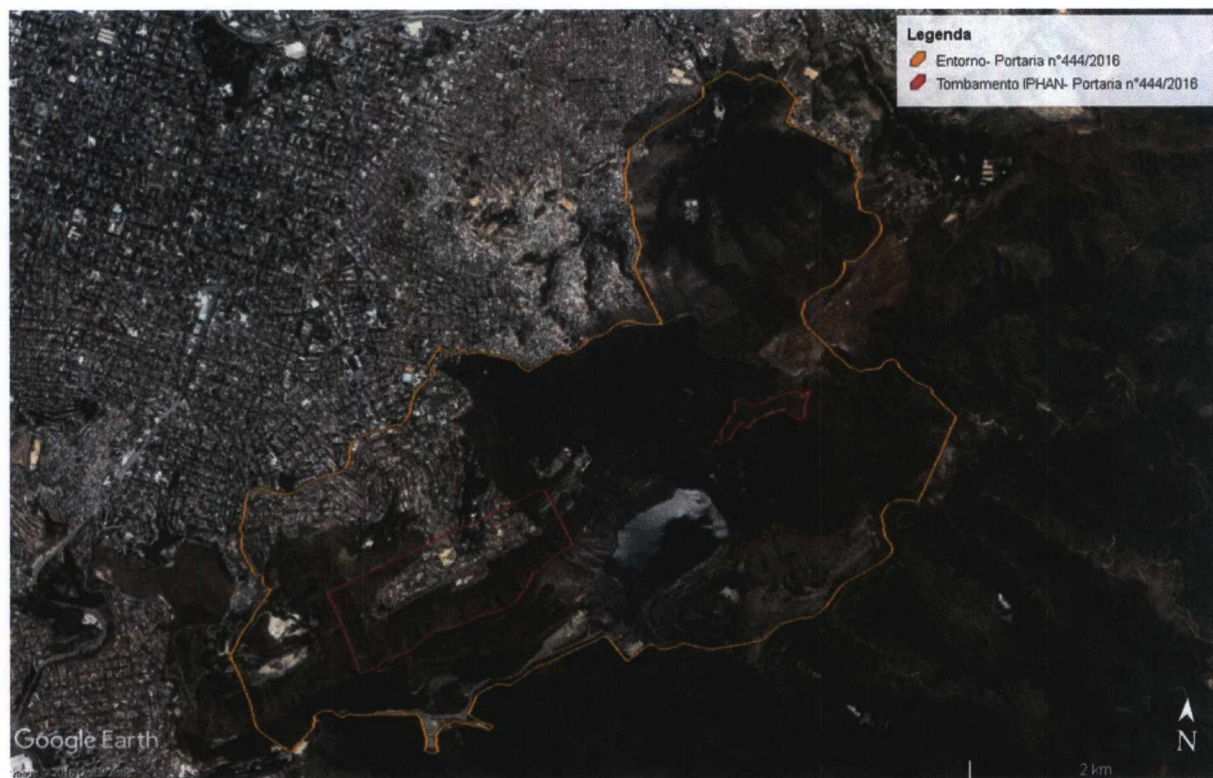
Já a Portaria nº 444 do IPHAN, publicada menos de seis meses após a de número 198, em 27 de outubro de 2016, traz alterações significativas na área do tombamento referente ao Pico de Belo Horizonte. Isso porque, primeiramente, ela exclui a área pertencente ao Município de Nova Lima:

“Art. 2º- A área tombada do Conjunto Paisagístico do Pico e da parte mais alcantilada da Serra do Curral é formada por duas porções territoriais, ambas no Município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, consoante descrições das poligonais descritas no ANEXO I.”

Além dessa importante alteração que deixou a área do Pico de Belo Horizonte vulnerável a eventuais atividades que viessem a ser implantadas no município de Nova Lima, essa portaria trouxe também como inovação o estabelecimento de um perímetro de entorno, como pode-se ver no mapa a seguir:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



O perímetro de entorno mostra-se importante pois é uma forma de controlar usos, atividades e ocupações que possam vir a interferir na integridade do bem tombado e também de sua visibilidade. Importante notar que no mapa acima mostrado, esse perímetro abrange a área do Parque Estadual da Baleia e os terrenos da Fundação Benjamin Guimarães (a porção superior da área tombada), no interior dos quais encontram-se importantes nascentes para a manutenção do regime hídrico dos córregos Baleia e Navio. Nota-se ainda que dentro do perímetro, encontra-se também uma parte da área minerada pela EMPABRA, justamente aquela que faz fronteira com as unidades de conservação ali existentes, o Parque Municipal das Mangabeiras e o Parque Estadual da Baleia.

Por fim, no que se refere ao tombamento federal da Serra do Curral, em 19 de novembro de 2018, foi editada nova Portaria do IPHAN sobre o objeto, a qual recebeu o nº 437/2018. De forma resumida, pode-se dizer que essa Portaria mantém o perímetro de tombamento da Portaria 444 e reduz o perímetro do entorno, excluindo do mesmo as áreas do Parque da Baleia e Fundação Benjamin Guimarães, além da parcela da Mina Corumi que ela anteriormente englobava e

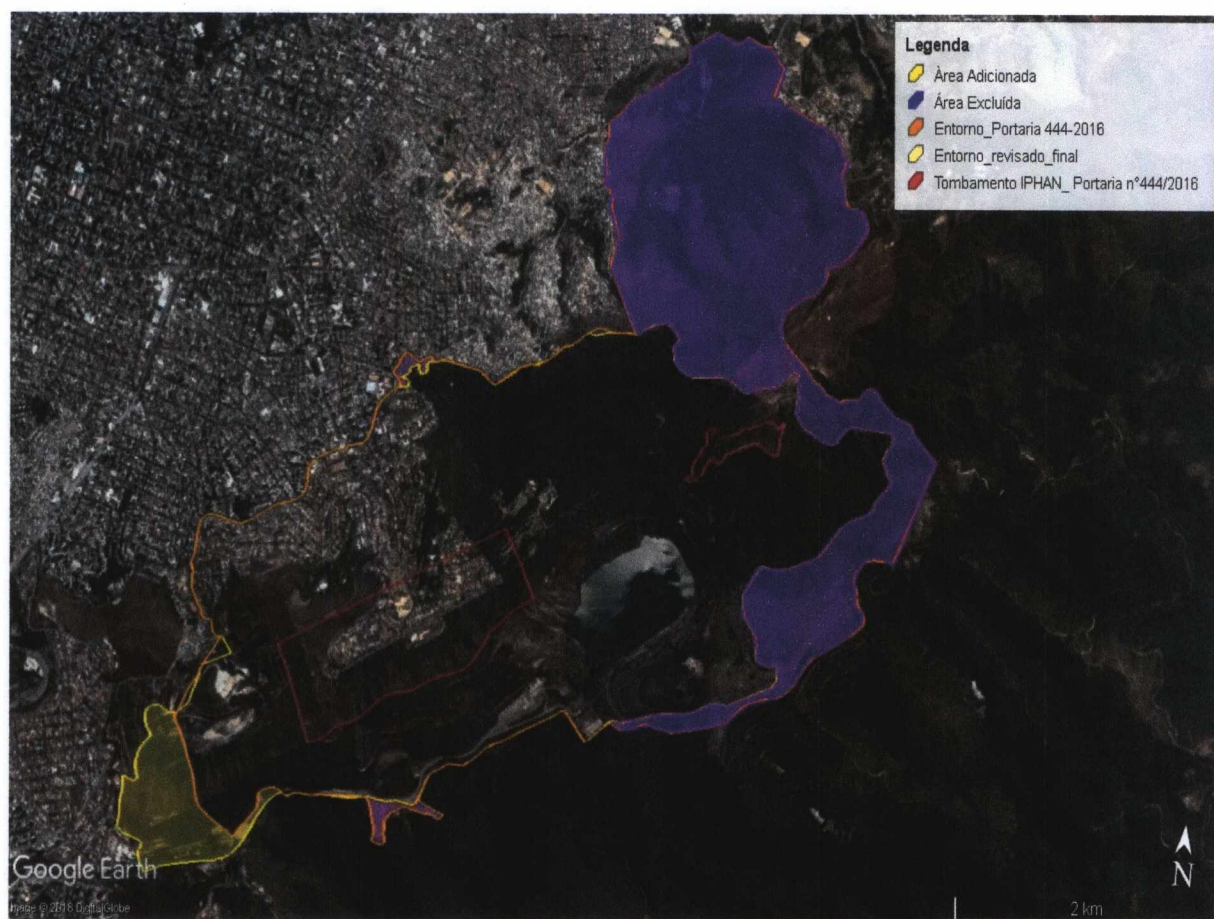


CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

porções do mesmo situados no Município de Nova Lima, como podemos ver no mapa que se segue.

Apenas a título de ilustração, cabe dizer que a porção excluída pertencente ao Município de Nova Lima integra parte dos terrenos nos quais se pretende implantar o Complexo Minerário da Serra do Taquaril, como veremos mais à frente neste Relatório.

Além das alterações promovidas no perímetro do entorno da Serra do Curral, a Portaria 437/18 também dividiu a área e estabeleceu diretrizes para cada um dos segmentos.





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

3.4.2 – Tombamento Municipal

Na esfera municipal, após a indicação constitucional do tombamento do conjunto da Serra do Curral acima referida, o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município – CDPCM-BH – estabeleceu em 04 de abril de 1991, quando da realização de uma Reunião Extraordinária, as Diretrizes Gerais de Proteção para o conjunto da área e o “tombamento e o perímetro de proteção do Alinhamento Montanhoso da Serra do Curral”, (Processo nº 011 007 449 564, Deliberação de 04/04/1991. Publicação no Minas Gerais de 11/04/91 e 22/06/91)²³. Um traço do tombamento municipal que demonstra o reconhecimento da Serra do Curral como um bem de importância ímpar para Belo Horizonte é a extensão da área tombada, a qual, perfazendo aproximadamente 31.808.961 m² (trinta e um milhões, oitocentos e oito mil e novecentos e sessenta e um metros quadrados) corresponde a cerca de 10% da área total do Município.

A entrada em vigor da Lei Municipal 8.137, de 21 de dezembro de 2000, a qual promove alterações no Plano Diretor da cidade, determina à Prefeitura de Belo Horizonte, através do Art. 16-A incluído na Lei do Plano Diretor (Lei 7.165/96) a elaboração de “um plano de recuperação, preservação, conservação, ocupação e uso da Serra do Curral, que servirá como base para a criação da respectiva Área de Diretrizes Especiais – ADE”, além de promover a integração entre os municípios de sua área de abrangência (cf. Parágrafo único).

Mais ainda, a Lei 8.137/200 também indicava que as diretrizes de proteção da memória e do patrimônio cultural (Art. 15 da Lei 7.165/96), deveriam ser aplicadas à Serra do Curral e que também qualquer intervenção em seu perímetro de tombamento deveria ser objeto de análise prévia análise pela então Secretaria municipal de Cultura (cf. §§ 1º e 2º). Outro ponto refere-se à obrigação do Executivo em, doravante, “identificar, por meio de estudo técnico, os ângulos de visada

²³ NOVAIS, Andrea Lanna Mendes; GUIMARÃES, Gerusa Gontijo (2014)
79



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

privilegiados de trechos de significativa beleza cênica da Serra do Curral, definindo as áreas de interferência nestas visadas” (Art. 16-B da Lei 7.165/96).

Nesse diapasão, em 2002, o CDPCM-BH procedeu a uma reformulação do perímetro²⁴, procurando abranger especificidades de diferentes porções do território ocupado pela serra na capital, no que concerne a preservação de suas características ambientais, paisagísticas e urbanas específicas, acabando por dividir a extensão da Serra do Curral em 4 (quatro) sub-áreas com características e diretrizes de proteção próprias. As quatro sub-áreas definidas são: a) Subárea 1 : Bacias dos córregos Barreiro e Jatobá; b) Subárea 2 : Bacias dos córregos Bom Sucesso e Cercadinho; c) Subárea 3 : Bacias dos córregos Acaba Mundo, Serra e Cardoso; d) Subárea 4 : Bacias dos córregos Taquaril, Olaria e Navio. Obviamente, nosso interesse imediato no âmbito deste relatório, recai sobre a Sub-área 4 (tratada no Processo Administrativo nº 01.045036.02.93 da Secretaria Municipal de Cultura). No entanto, como estaremos nos reportando a outras atividades minerárias (ou correlatas) ocorrentes na Serra, inclusive inscritas na própria região tombada, poderemos eventualmente fazer referências às demais.

Em uma da Diretrizes de Proteção definidas para a Sub-área 4 fica explícito a intenção de não mais permitir novas atividades relacionadas à mineração na área:

“Diretriz nº 04 – Das restrições às novas atividades minerárias

“O órgão executivo de proteção do patrimônio cultural deve comunicar ao DNPM que as áreas da Serra do Curral, objeto do

²⁴ Conforme Laudo Técnico do MPMG emitido em 18 de dezembro de 2007, foram realizados pela Prefeitura de Belo Horizonte os “estudos para definição do tombamento e das respectivas diretrizes de proteção da Serra foram desenvolvidos pela antiga Gerência de Patrimônio Histórico Urbano (GEPH), hoje Diretoria de Patrimônio ligada à Secretaria de Cultura, e a Secretaria Municipal de Regulação Urbana (SMRU), sendo apresentados ao CDPCM-BH em março de 2002. A área tombada acabou redimensionada para 30,06 km², mas foi criada uma região de entorno do bem tombado de 20,71 km², ficando protegidos 50,77 km². Este entorno já apresentava uma ocupação consolidada e bastante heterogênea, conformando um cenário urbano variado onde se localizavam ambiências e eixos de visada formados pela interação da paisagem construída e da paisagem natural. O tombamento definitivo foi aprovado, pelo CDPCM/BH, em 16 de dezembro de 2003, quando também se determinou as diretrizes de proteção do Perímetro de Entorno/Vizinhança das referidas Subáreas, resultando nas Deliberações nºs 23/2002, 24/2002, 25/2002, 26/2002 e nº 147/2003, publicadas Diário Oficial do Município em 29/06/2002 e 07/01/2004. (MPMG – Laudo técnico 18/12/2007)



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

presente tombamento, não estão sujeitas a novas autorizações para pesquisa ou lavra mineral.”

Outras medidas de proteção à Serra do Curral, além daquelas definidas pelo tombamento, foram sendo tomadas ao longo dos anos pelo Município.

Em 2010, como resultado de nova alteração na Lei do Plano Diretor pela Lei 9.959 de 20 de julho, fica instituída a Área de Diretrizes Especiais Serra do Curral – ADE Serra do Curral, a qual incluía tanto a área tombada, quanto a área do entorno, ambas segundo a Deliberação do CDPCM-BH e também sujeitas às diretrizes já estabelecidas por esse órgão (reforçadas pela Lei) além de novas impostas pela Lei.

Também no âmbito do Município, verificamos, através de resposta da Fundação Municipal de Cultura à Indicação nº 89/2018, de autoria do vereador Gilson Reis, a realização, em andamento, de um estudo visando o tombamento da estrutura conhecida como Muro de Pedras, definido pela Deliberação nº 77 do CDPCM-BH, de 20 de julho de 2011, o qual vem sendo realizado sob a coordenação da Diretoria de Patrimônio Cultural, Arquivo Público e Conjunto Moderno da Pampulha/DPAM, dessa Fundação.

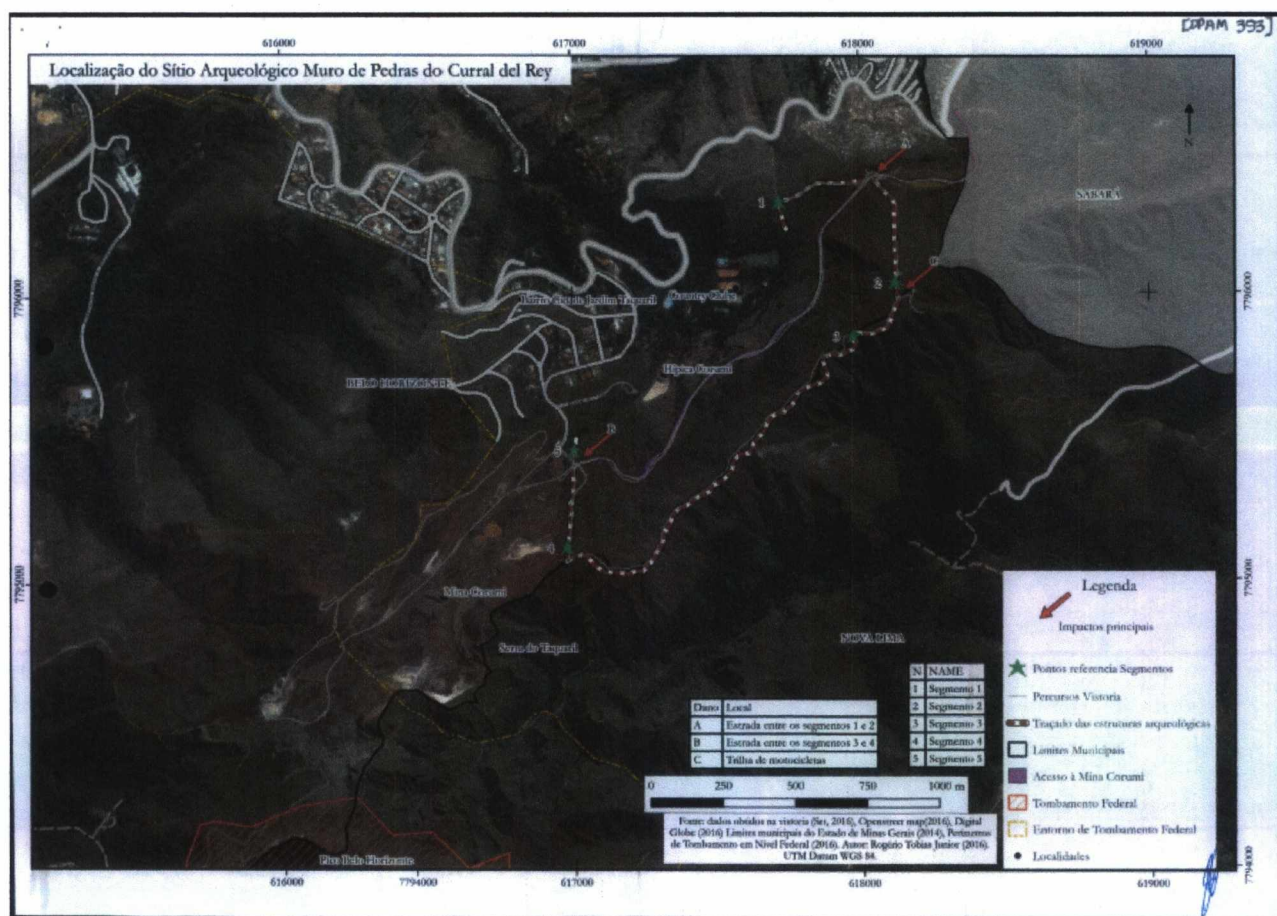
Os muros de pedras eram uma técnica de delimitação de propriedades utilizada desde o período colonial e também servia para impedir a passagem de gado de um território a outro. O Muro de Pedras específico aqui referido consiste em um remanescente de um antigo marco de divisa de propriedades e é constituído por um conjunto de valas e muros que correm em uma cumeeira da Serra do Curral, na região do Taquaril, sendo em parte coincidente à atual fronteira entre os municípios de Belo Horizonte e Nova Lima.

O processo referente ao tombamento, inscrito sob o nº 01-110.147-11-01, do qual consta estudos e pareceres de especialistas do Departamento de Arqueologia da UFMG, além de minucioso estudo técnico elaborado pelo Instituto Prístino e apresentado em Laudo Técnico do MPMG e NUCAM – Núcleo de Resolução de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Conflitos Ambientais, de 30 de novembro de 2016, está em fase final de tramitação. Pelas diversas manifestações técnicas favoráveis ao tombamento do bem e pelo estabelecimento de outras medidas de proteção, espera-se que esse venha a ser efetivado como patrimônio cultural oficial do Município de Belo Horizonte em um futuro próximo.



Fonte: Instituto Prístino (via PA nº 01-110.147-11-01)

Vale lembrar que o fato de ser um objeto em fase de estudos pelo órgão responsável pela realização de tombamentos na esfera municipal já confere a esse bem cultural um grau de proteção, ainda que de forma precária. Isso significa que qualquer dano que venha a ser causado na sua estrutura até a conclusão do processo é passível de punição aos responsáveis.

3.4.3 – Tombamento Estadual



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O tombamento da Serra do Curral por um instrumento estadual é ainda inexistente. No entanto, foi informado por ofício da Sra. Michele Abreu Arroyo, Presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG – em resposta ao Requerimento de Comissão 1.051/18 desta CPI, que um processo visando o tombamento do conjunto histórico e paisagístico da Serra do Curral havia sido lavrado em 29 de junho de 2018.

Segundo informações presentes no ofício, os estudos técnicos necessários à identificação dos valores culturais, à delimitação das áreas de proteção e à definição das diretrizes para intervenção encontram-se em licitação, com expectativa de contratação ainda no ano de 2018. Consta do projeto básico do edital o prazo de 360 dias para completa execução do objeto contratado.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

4 – A Mina Corumi

Após o encerramento das atividades minerárias da Emitaq na Serra do Curral pela Lei Orgânica, os proprietários do terreno buscavam novas possibilidades de uso econômico para a área.

Sendo assim, em 13/01/1999, o COMAM emitiu Licença Prévia para implantação do empreendimento denominado "Condomínio Residencial Village Serra do Curral", como forma de viabilizar financeiramente a reabilitação da área degradada. O terreno é de propriedade da Família Navantino Alves e da Empabra – Empresa de Mineração Pau Branco Ltda. A Emitaq Mineração e Construção Ltda. celebrou contrato com os proprietários definindo as participações de cada um. Coube à Emitaq a responsabilidade pela parte administrativa-operacional necessária à proposição, aprovação e execução do empreendimento e, aos proprietários, a participação em unidades imobiliárias aprovadas e implantadas.

No entanto, em virtude da desistência expressa dos proprietários do terreno, a Secretaria Municipal de Regulação Urbana indeferiu, em 26.07.01, o processo de Diretrizes de Parcelamento do Solo referente à proposta de implantação do Condomínio Village Serra do Curral

De toda forma, essas tentativas acabaram por serem interditadas em 2001 pela Prefeitura de Belo Horizonte, levando-se em conta a então recente demarcação do perímetro de tombamento da Serra do Curral.

No entanto, a área e o passivo ambiental (em especial as pilhas de finos de minério, os taludes instáveis e o solo exposto pela retirada da vegetação) resultante das atividades até então ali realizadas ficaram sujeitas às intempéries e abrindo a possibilidade de novos impactos ambientais, principalmente no período chuvoso, pelo carreamento de sedimentos até os cursos d'água da região, notadamente o Córrego Taquaril.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

As tentativas de resolver as pendências resultantes dos processos anteriores de atividades minerárias na Mina Corumi, no tocante à recuperação ambiental da área, foram retomadas já em 2001 através de um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta elaborado e proposto pela Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, com a participação das empresas EMITAQ Mineração e Construções Ltda e EMPABRA – Empresa de Mineração Pau Branco Ltda como partes compromissárias e cujo objeto, descrito em sua Cláusula Primeira é “a recuperação da área degradada em virtude da exploração mineral por parte dos COMPROMISSÁRIOS, em local situado na região do taquaril, nesta Capital”. Entre as obrigações que se pretendiam estabelecer encontravam-se medidas emergenciais, “destinadas à contenção de sólidos dentro do empreendimento, para que seja reduzido o aporte de sedimentos para o curso d’água no período chuvoso” e a elaboração de um PRAD – Plano de Recuperação de Área Degradada – em um prazo de 60 dias. Entretanto, na audiência realizada em 26 de novembro de 2001, ficou decidido que as empresas apenas apresentariam “projeto para obras emergenciais de contenção de sólidos na cabeceira da barragem, no leito do talvegue, inserida na área de exploração mineral na região do Taquaril, e para desobstrução da galeria do Córrego Taquaril, próxima ao Country Club, devendo a Secretaria Municipal do Meio Ambiente apreciar o mesmo, no prazo de sete dias, remetendo a cópia da decisão a esta Promotoria, imediatamente após a apreciação, para fins de celebração de possível termo de ajustamento de conduta, caso aprovado o projeto apresentado”, como podemos ver abaixo reproduzido:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL

TERMO DE AUDIENCIA

(INQUÉRITO CIVIL 04 de 1996, anexos 06, 08 e 10)

Aos vinte e seis dias do mês de novembro de 2001, compareceram à sede desta Promotoria, representando a empresa EMITAQ MINERAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA, o Sr. Ricardo Lima Bento, representando a EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO LTDA, o Sr. André Mauricio Ferreira, representando a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, a Sra. Luciane Souza Cunha Melo, presentes os Promotores de Justiça José Maria dos Santos Júnior, Shirley Fenzi Bertão, Fernando Antonio Nogueira Galvão da Rocha e Eduardo Nepomuceno de Souza, sendo proposto e aceito que, no prazo de cinco dias, as empresas aqui representadas apresentarão à Gerência de Fiscalização Ambiental da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, aos cuidados da Sra. Luciane Souza Cunha Melo ou do Gerente Geral Marco Antônio Batista, com cópia para esta Promotoria, projeto para obras emergenciais de contenção de sólidos na cabeceira da barragem, no leito do talvegue, inserida na área de exploração mineral na região do Taquaril, e para desobstrução da galeria do Córrego Taquaril, próxima ao Country Club, devendo a Secretaria Municipal do Meio Ambiente apreciar o mesmo, no prazo de sete dias, remetendo a cópia da decisão a esta Promotoria, imediatamente após a apreciação, para fins de celebração de possível termo de ajustamento de conduta, caso aprovado o projeto apresentado. Esclarecem os proponentes que não assumem outras obrigações referentes a contenção de sólidos ou qualquer outra obra de recuperação, tão pouco reconhecem qualquer responsabilidade sobre os danos ocorridos ou que venham a ocorrer na área. Nestes termos, fica encerrada a reunião.

Presentes

Jose Maria dos Santos Junior
Promotor de Justiça

Luciane Souza Cunha Melo - S.M.A.S

André Mauricio Ferreira

EMITAQ

Emp. Pádua

10/11/01

MOD. MP - 4



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Cabe ressaltar que as empresas envolvidas não assumiram qualquer obrigação em relação à “retenção de sólidos ou qualquer outra obra de recuperação”, além de não reconhecerem “qualquer responsabilidade sobre os danos ocorridos ou que venham a ocorrer na área”. Aparentemente, essas declarações parecem não levar em conta alguns ditames da Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998), que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Finalmente o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta foi firmado em 21 de dezembro de 2001, ficando restrito “**exclusivamente a estipulação de medidas de caráter emergencial** a serem adotadas em área degradada por exploração mineral, na região do Taquaril, nesta Capital”, tanto em relação à retenção de sedimentos para o curso d'água, como para desobstrução de galeria do Córrego Taquaril.

Dessa tentativa inicial de superação dos passivos ambientais resultantes da exploração minerária precedente, ressalta-se a recusa inicial, por parte das empresas envolvidas, em promover a recuperação ambiental da área, contrariando o que preconizam os parágrafos 2º e 3º do art. 225 da Carta Magna de 1988, *in verbis*:

Art. 225.

(...)

§ 2º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Por sua vez o parágrafo 4º do art. 214 da Constituição do Estado de Minas Gerais assegura que “Quem explorar recurso ambiental fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, na forma da lei”. Enquanto que o parágrafo 5º do referido artigo estabelece:

Art. 214.

(...)

“§ 5º – A conduta e a atividade consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão o infrator, pessoa física ou jurídica, a sanções administrativas, sem prejuízo das obrigações de reparar o dano e das cominações penais cabíveis.”

Nessa direção, a responsabilidade objetiva pela reparação do dano, também encontra guarida no parágrafo 1º do art. 14 da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal n.º 6.938/81):

“Art 14 – (...)

§ 1º – Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente”.

Uma nova investida de retomar as atividades minerárias e comerciais da Mina Corumi, muito provavelmente em função de transformações tecnológicas no campo da siderurgia, que conferiram valor comercial aos finos de minério existentes no local e até então tratados como rejeito, se deu em meados de 2003, através de pedido da Empabra à Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural para que essa intermediasse junto a Prefeitura de Belo Horizonte uma autorização para a retirada de 23.000 toneladas de finos de minério ali existentes e uma consequente “viabilização



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

da recuperação ambiental no imóvel se constatadas degradações. Para tanto, deverá ser elaborado um plano de recuperação ambiental, previamente aprovado pelo Poder Público.” (fls 81 e 82 do processo administrativo).

Nesse documento, a empresa indica que as medidas por ela propostas não infligiriam os impedimentos colocados à atividade pelo tombamento da Serra do Curral e alega que as mesmas servirão “não apenas para elidir os danos ambientais acima especificados como para viabilizar a recuperação ambiental se, de fato, há degradação.” (fl 78 do processo 01-124854/03-49). Interessante notar que o mesmo documento deixa explícito que a intenção da mineradora não inclui a atividade de nova exploração de lavra, conforme indicado no item 35 na reprodução abaixo:

EMPABRA – Empresa de Mineração Pau Branco Ltda.

compromissos para a realização da medida. Evidentemente que sob duas principais condicionantes:

- a) Anuência do Poder Público competente para autorização das medidas e procedimentos;
- b) O minério a ser retirado possuir qualidade técnica para sua utilização técnica e econômica pelas referidas companhias.

34) Assim, ficou determinado que:

a) A AÇOMINAS S.A., se aprovada a medida pelos órgãos públicos, adquirirá, por sua conta e risco, 3.000 (três mil) toneladas de rejeitos de minério depositados nas pilhas e nas barragens para testes preliminares de caracterização química, física e de sinterabilidade dos rejeitos minerais. Sendo a qualidade adequada, será firmado novo contrato para aquisição do mineral. (V. Doc. nº 1 anexo)

b) A COMPANHIA VALE DO RIO DOCE adquirirá, preliminarmente, por sua conta e risco, 20.000 (vinte mil) toneladas do mesmo material que a AÇOMINAS S.A. e para o mesmo fim, desde que o Poder Público anua. Sendo-lhe adequado o mineral, será firmado um novo contrato posterior. (V. Doc. nº 02 e 03 anexos)

35) O procedimento de retirada dos rejeitos em nada afetarão o meio ambiente. Não se trata de nova exploração de lavra em sua acepção técnica. Significa dizer que o material a ser retirado já foi explorado. A medida se traduz apenas na remoção do minério das barragens e das pilhas. O único impacto que se possa aventar será promovido pelo carregamento e tráfego de caminhões, que não deve caracterizar impedimento para a medida.

36) Hoje isto é possível. Primeiro porque as condições geológicas do imóvel permitem. Segundo porque existe o interesse do mercado nos rejeitos minerais, o que não se poderá dizer em pouco tempo, haja vista a crescente oferta deste minério. E, principalmente, o meio ambiente e a comunidade da região reclamam a medida urgente.

37) Como se demonstrará no item seguinte, o procedimento não encontra impedimentos nas diretrizes do tombamento imposto. Requer, contudo, a aprovação do poder municipal, já que é uma intervenção em bem especialmente protegido por lei.

38) A participação do Ministério Público é imprescindível, já que, além de versar sobre bem tombado e de valor ambiental, discute-se um pretenso dano ambiental, neste inquérito.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Interessante também notar que a empresa já indicava então os possíveis compradores do produto finos de minério, o que seria fundamental para o financiamento das ações emergenciais.

Esse pedido feito pela empresa foi a base para a elaboração e assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC – em audiência realizada em 18 de agosto de 2003 entre a Empabrá, na condição de compromissária e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e que teve por objeto “as providências urgentes necessárias à mitigação dos riscos de acidente ambiental em área tombada na Serra do Curral e seu entorno, situada na localidade Taquaril, Fazenda Corumi, município de Belo Horizonte, entre o Parque Estadual da Baleia e o municipal Mangabeiras, onde houve no passado exploração de minério e de canga.” Mais uma vez, percebemos que as ações de recuperação ambiental foram desconsideradas enquanto obrigações a serem imputadas à empresa.

O cumprimento do TAC não se deu de forma satisfatória pela Empabrá devido justificativas apresentadas de diversas naturezas, em especial a não concretização do acordo de venda dos finos de minério para as empresas acima mencionadas. Nova audiência foi então chamada pelo Ministério Público, em 03/06/04, para discutir o andamento do cumprimento das cláusulas estipuladas e ainda “questões acerca da implementação de medidas de recuperação” (Ata de Audiência MPMG, fl. 293 do processo 01-124854/03-49). Nessa audiência ficou decidido a celebração de um Termo Aditivo de Ajustamento de Conduta, no qual, pela primeira vez, fica estipulado que a Empabrá será “obrigada a recuperar a área degradada, objeto deste, com medidas consubstanciadas em Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD, a ser apresentado ao COMAM – Conselho Municipal do Meio Ambiente”, com a empresa se comprometendo ainda, “a promover as adequações no PRAD, conforme as determinações do órgão ambiental



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

municipal, sempre respeitando o cronograma da forma aprovada.” (Cláusula Segunda – Das Obrigações, itens 2.1 e 2.2, fl. 297 do PA 01-124854/03-49)

Nova audiência no Ministério Público foi realizada em 09 de setembro de 2004 e nela foi informado pela empresa que “não foi possível continuar as obras emergenciais que estavam previstas nos itens 2.2 e 2.3, bem como a apresentação do PRAD para a recuperação da área.” Foi ainda dado o prazo até 31 de outubro pelos Promotores de Justiça do MP para a conclusão das obras emergenciais propostas, sendo que após essa data foi informado que “serão intentadas as ações judiciais cabíveis.” (MPMG - Ata de Audiência, fl. 313 do PA 01-124854/03-49)

Não obstante, vistorias realizadas pela então denominada Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Urbano, *ex-ante* e *ex-post* à última audiência citada constataram em várias oportunidades (19/12/03, 25/08/04, 07/10/04, 28/11/04, 10/03/05) que as medidas anunciadas como emergenciais, as quais a Empabra assumiu o compromisso de execução, não vinham sendo cumpridas, como atestam os relatórios de vistoria reproduzidos abaixo:

Sobre esse aspecto, cabe perguntar se o descumprimento das obrigações acordadas no Termo Aditivo de Ajuste de Conduta de 03/06/04 supracitado vieram a ser justificadas e, em caso negativo, deve-se ainda questionar se as multas previstas vieram a ser devidamente recolhidas aos cofres públicos, como previsto na em sua Cláusula Terceira:

“CLÁUSULA TERCEIRA

3-DAS COMINACÕES

3.1- O descumprimento injustificado por parte da COMPROMISSÁRIA de qualquer das obrigações previstas neste termo acarretará imposição de multa no valor de R\$ 1.000.00 (um



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

mil reais) por cada dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação.

3.2- A multa prevista no presente termo será aplicada sem prejuízo das demais sanções penais, civis e administrativas que forem cabíveis, devendo ainda ser atualizada monetariamente no momento de seu pagamento judicial ou extrajudicial e destinada ao Fundo Municipal de Defesa Ambiental, C/C, AG, Banco do Brasil." (fl. 298 do PA 01-124854/03-49)

 PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE	RELATÓRIO DE VISTORIA	DATA 25/08/04	NÚMERO 309 1751
RAZÃO SOCIAL EMPRESA ENDERECO CONTATO	Cadastramento - Cadastro nº: 20259 18 Data Recebimento SMMA: 12/12/2003 Ass: [Assinatura]		
01 - RELATÓRIO (1 - INTRODUÇÃO, 2 - DISCUSSÃO - RESULTADO, 3 - CONCLUSÕES E ASSINATURA / BM)			
<p>1) A SMMA compareceu à área de mineração da empresa acima no bairro Taquaral para verificar a situação ambiental.</p> <p>2) Observamos a mesma situação da visita anterior. Os bacais ainda se encontram totalmente associados sem que qualquer trabalho no sentido de retirada do material tenha iniciado, a não ser as pequenas bacais na encosta do lado esquerdo da entrada da mina, o que no nosso entender não tem qualquer funcionalidade até o momento. Verificamos ainda que a encosta do lado direito (mesmo sentido anterior) também se encontram com os terrenos expostos em barrancos e consideramos que também para esta área deverão ser previstos mecanismos de direcionamento dos materiais carreados para as barragens (primeiras) de contenção.</p> <p>3) Verificamos pois que não foram iniciados os trabalhos de desassoreamento propostos e acordados com a empresa. (Anexo 39806)</p> <p>Gratuito no verso</p>			



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

354
Taquarias

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO	RELATÓRIO DE VISTORIA	DATA	NÚMERO
		07/10/09	4427

RAZÃO SOCIAL: EMPABRA- Minerações

ENDEREÇO: Taquarias

CONTATO:

RELATÓRIO: (1-INTRODUÇÃO, 2- DISCUSSÃO - RESULTADOS, 3- CONCLUSÕES E ASSIN/ BM,
4- CROQUI, 5- FOTOS)

01- A S.M.M.A.S. compareceu em área de mineração no Bairro Taquaril para verificar a situação ambiental.

02- Constatamos que os trabalhos de desassoreamento das bacias não se iniciaram. Verificamos apenas pontos de sondagem na bacia superior.

03- Para anexar ao processo da empresa.


Luciene Conceição Pedrosa

BM: 39806

Fiscal Municipal do Meio Ambiente



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

316
H. Maria

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO	RELATÓRIO DE VISTORIA	DATA	NÚMERO
		28/11/04	4443

RAZÃO SOCIAL: EMPABRA/ Empresa de mineração Pau Branco Ltda

ENDEREÇO: Taquaril/Mineração
Processo 01.124.854/03-49

CONTATO:

RELATÓRIO: (1-INTRODUÇÃO, 2- DISCUSSÃO - RESULTADOS, 3- CONCLUSÕES E ASSIN/ BM,
4- CROQUI, 5- FOTOS)

01- A S.M.M.A.S. compareceu a área da mineração embargada no Bairro Taquaril para verificar a situação ambiental.

02- Verificamos que nenhuma providência veio a ser tomada para o desassoreamento das bacias de contenção, estando elas saturadas e assoreadas, o que propicia o intenso carreamento de materiais oriundos das áreas degradadas da antiga mineração.

03- Verificamos que não houve evolução para a resolução dos problemas ambientais, estando a área nas mesmas condições detectadas na vistoria anterior.

Luciene Conceição Pedrosa
Luciene Conceição Pedrosa

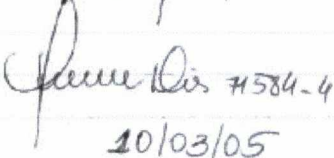
BM: 39806

Fiscal Municipal do Meio Ambiente

BM, 28 de novembro 2004



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE		RELATÓRIO DE VISTORIA	DATA	NÚMERO
RAZÃO SOCIAL	EMPABRA / Empresa de mineração Pau Branco Ltda		10/03/05	319 1154
ENDEREÇO	Taquaril / mineração			
CONTATO	n			
01 - RELATÓRIO (1 - INTRODUÇÃO, 2 - DISCUSSÃO - RESULTADO, 3 - CONCLUSÕES E ASSINATURA / BM)				
01. A SMMPs compareceu a área embargada no bairro Taquaril para verificar a situação ambiental.				
02. Não verificamos quaisquer atividades no local, tendo sido tiradas fotos, anexas.				
				
10/03/05				

Como pudemos constatar acima, várias oportunidades foram sancionadas à Empabra para que ela resolvesse os problemas ambientais de caráter



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

emergencial presentes no local e sanasse os riscos que poderiam daí advir, sem que a empresa realizasse qualquer ação efetiva, como podemos depreender do Relatório de Vistoria nº 1.154, de 10/03/05, acima reproduzido.

Continuando a tentativa de reativação da Mina Corumi, após nova audiência junto ao MPMG em 04/07/2006, foi firmado um Termo de Transação Civil no qual a Empabra se compromete à “implementação de medidas de recuperação, bem como de medidas emergenciais, e ainda pagamento de indenização pelos danos ambientais irreparáveis, da área localizada na Fazenda Corumi, localidade do Taquaril, no município de Belo Horizonte”

Um primeiro ponto a ser indicado em relação ao Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD – da Mina Corumi, originário dessa nova proposta (documento que, não obstante ser outra sua intenção, acaba permitindo a efetiva retomada das atividades no local) é que, como pudemos ver acima, ele é apresentado para procurar solucionar problemas que vinham se agravando em função de não cumprimento de acordos anteriores e obrigações entre a Empabra e demais empresas que ali atuaram e o Ministério Público e a PBH.

Elaborado em 2006 pela empresa de consultoria Brandt Meio Ambiente, o PRAD da Mina Corumi foi apresentado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente em 19 de julho de 2006. Em linhas gerais, essa proposta também consistiria na retirada e venda das pilhas de finos de minério resultantes das atividades pretéritas desenvolvidas no local e a estabilização dos taludes ali existentes para adequar a área ao uso futuro inicialmente proposto, a saber, a instalação de um empreendimento imobiliário chamado Condomínio Village Serra do Curral (conforme indicado no Processo nº 01-087.096/99-24)

Após algumas alterações e imposição de condicionantes pela secretaria de Meio Ambiente e pelo COMAM, a proposta de PRAD teve a sua execução autorizada através do Certificado de Autorização nº 128/08 expedido por




CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

esse Conselho em decorrência da aprovação do mesmo em sua reunião ordinária realizada em 10 de dezembro de 2008.

Vale ressaltar que um despacho do COMAM, de 07/01/2009, referente ao Certificado de Autorização supracitado, indica a inclusão de uma "nota 3" que dizia da necessidade do requerente de proceder ao devido licenciamento e outros dispositivos legais, independentemente da aprovação do PRAD (como podemos ver na figura abaixo), o que não foi feito no âmbito municipal.

1475



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE**

À GELAI/ Sra. Gerente,

SMMA - Cadastro nº: 20325/16
Data Recebimento: ____/____/____
Ass: _____ **BM:** _____

Processo Administrativo: 01.124854/03-49
Interessado: Empresa de Mineração Pau Branco -EMPABRA
Objeto: Autorização para Recuperação de Área Degradada – PRAD
Endereço: Área de Mineração da antiga Mina Fazenda Corumi - bairro Taquari

Encaminhamos o presente processo para o devido prosseguimento, uma vez que o Certificado nº 128/08, (fls. a), emitido em decorrência de decisão do COMAM proferida na reunião ordinária ocorrida em 10/12/2008 por 09 (nove) votos favoráveis, unanimidade, ao relatório apresentado pelo conselheiro Maurity Sieiro Neves (fls a) foi recebido pelo interessado em 05/01/2009.

Registramos:

- inclusão da condicionante nº 3: " Apresentar projeto de drenagem referente à etapa de retirada de minério, compatibilizando o mesmo com o sistema de drenagem emergencial já implantado."
- alteração na redação da condicionante nº 5: " Apresentar a proposta de uso futuro, que contemple na cláusula segunda do Termo e Transação Civil as informações: o cronograma atualizado, as propostas de mudanças de conformação dos platôs, a comprovação da eficácia das medidas adotadas para recuperação da área e ainda a descrição de todas as medidas mitigadoras implantadas, em especial aquelas relacionadas com o benefício e retirada do minério."
- inclusão da nota 3: A autorização do PRAD pelo COMAM, não dispensa nem substitui a obtenção pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças e autorizações de qualquer natureza, exigidos pela Legislação Federal, Estadual e Municipal.

Gerência Executiva do COMAM – GEXMA
07/01/2009



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

No dia 06 de março de 2009, foi firmado entre a Empabra e a SMMA, com intermediação do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG, um Termo de Transação Civil – TCC – com a finalidade de comercializar os produtos obtidos com a retirada dos finos existentes no local, podendo ainda, retirar e comercializar, tão somente, o minério necessário ao retaludamento e reconformação topográfica da área, conforme previsto no PRAD aprovado pelo COMAM.

Neste mesmo ano, a empresa solicitou junto a Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Histórico-Cultural e Habitação e Urbanismo, a comercialização do minério resultado da implantação do PRAD, uma vez que sem essa comercialização a recuperação ambiental da área se tornaria inviável economicamente.

Em 17 de julho de 2014 a SMMA BH, solicita por meio do ofício EXTER/GELA 2025/14, a apresentação de projetos para subsidiar a execução do PRAD inicialmente autorizado na área impactada da Antiga Mina Granja Corumí. Dentre eles, foram solicitados o modelo geológico do corpo de minério, os projetos executivos de retaludamento e de drenagem e um plano para retirada de minério "in situ". A EMPABRA elaborou os estudos solicitados e protocolou junto a SMMA BH.

Em 04 de março de 2015, através do Ofício GAB-SMMA/EXTER/648-15, a SMMA BH responde a EMPABRA se posicionando, a priori, favorável aos novos projetos apresentados.

Em 06 de março de 2015, o MPMG pela Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça de Defesa das Bacias do Rios das Velhas e Paraopeba, encaminhou ao Subsecretário de Controle e Fiscalização Ambiental Integrada, Ofício 024/2015/CRVP, a Recomendação Conjunta nº 03/2015 MPMG, "relativa a adoção de medidas para suspensão de atividades



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

minerárias irregulares exercidas na Serra do Curral, em Belo Horizonte, e para convocação ao licenciamento ambiental corretivo em nível estadual”.

Cabe ressaltar Auto de Fiscalização nº 60879/2015 realizado pela equipe da Fundação Estadual de Meio Ambiente – FEAM, informanda a atividade de lavra a céu aberto com tratamento a seco – minério de ferro”, datado de 10 de março, que verificou que “a atividade encontra-se em desacordo com a Legislação Ambiental vigente”, conforme descrito no OF.DFHAS.SUFAI.SUCFIS.SEMAD.SISEMA.Nº77/15, de 30 de junho de 2015.

Em 13 de março de 2015 a SMMA BH envia ao empreendedor a declaração GAB-SMMA/EXTER/0794-15 informando que vinha realizando vistorias e reuniões periódicas e que, conforme vistoria realizada em 10 de março de 2015, o empreendedor vinha cumprindo as obrigações ambientais assumidas, contrariando o auto de fiscalização acima citado.

Mostra-se curioso que fiscalizações realizadas no mesmo dia possam ter encontrado resultados tão díspares. Infelizmente, a verificação da documentação produzida pela fiscalização da Gerência de Licenciamento Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura de Belo Horizonte ficou prejudicada pelo fato de a PBH ter protelado a resposta a requerimentos de informação por essa CPI, notadamente àqueles de números 852/18, 906/18 e 1.128/18. Cabe informar que a resposta a esse último foi protocolada apenas em 23 de janeiro de 2019 (sendo que o prazo para resposta era na data de 11 de dezembro de 2018) e sem que fosse enviado a essa CPI o material requerido, ainda que em formato digitalizado. Cabe também dizer que devido ao grande número de documentos que constam do site (onde a PBH informou que os documentos estariam disponíveis), aliado à data tardia de resposta, tornou-se inviável uma análise aprofundada de algumas etapas do processo.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Conforme Deliberação Normativa DN COPAM 74/2004 vigente à época, a atividade de recuperação ambiental relacionada a um PRAD não era passível de licenciamento ambiental, porém a retirada do minério “in situ” concomitante a recuperação caracterizava lavra que era passível de licenciamento ambiental conforme código “A-02-03-8 Lavra a céu aberto sem tratamento ou com tratamento a seco – minério de ferro”.

Conforme AF supracitado o material “in situ” era retirado apenas na poligonal DNPM 7227/1957. Na poligonal DNPM 3099/1958 ocorria reconformação topográfica utilizando o próprio material, sem haver comercialização. O empreendimento foi autuado conforme Decreto Estadual 44.844/2008 vigente à época por operar sem a devida licença ambiental, por meio do Auto de Infração nº 005553/2015.

Em 08 de julho de 2015, a SMMA BH envia ao Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável o ofício GAB-SMMA/EXTER nº 2161/15 informando que houve aditivo ao Termo de Transação incluindo a possibilidade de retirada e comercialização de finos de minério e do minério “in situ” resultante da mobilização desses materiais necessária ao retaludamento e reconformação da área conforme aprovado pela SMMA BH.

Consta ainda nos autos do processo, ata de reunião datada de 28 de agosto de 2015, elaborada pelo MPMG, onde fica acordado com o empreendimento que devido ao fato de causar impactos a mais de um município, a competência do licenciamento é estadual. Consta também o entendimento que se trata de situação irregular a exploração de minérios uma vez que isso não estava previsto no PRAD.

A passagem do processo relacionado à Mina Corumi do âmbito do Município de Belo Horizonte para o governo do Estado de Minas Gerais ocorreu em 2015 e os relatos sobre a iniciativa dessa operação guardam algumas divergências.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O superintendente da Supram-CM registrou que, em 2015, a PBH notificou a Empabra S.A. para apresentar adequação aos estudos do PRAD, o que foi atendido pela mineradora e aprovado pelo Município. Relatou que, nesse mesmo ano, o MPMG apurou que as obras de recuperação da mineradora estavam causando impacto a mais de um Município. Afirmou que foi a partir desse momento que o Estado de Minas Gerais passou a atuar.

O representante da EMPABRA, em depoimento a essa CPI em 12/02/2019, informou que o Estado, ao ser informado de que ali estava se desenvolvendo uma atividade minerária, de lavra a céu aberto, evocou para si o processo de licenciamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

5 – Outras atividades minerárias na Serra do Curral e na sua cadeia montanhosa

A porção da Serra do Curral contida no Município de Belo Horizonte, além de conter o seu símbolo oficial (o Pico de Belo Horizonte) e de ser o marco fronteiro em seus limites a sudeste, faz parte de um maciço montanhoso que se estende desde a Serra de Ouro Branco ao sul, no Município homônimo, até a Serra da Piedade, nos municípios de Sabará e Caeté. Além disso, ao possuir junções com a Serra da Moeda e com a Serra do Gandarela, faz parte de um complexo montanhoso de grande importância regional, uma vez que contém grande parte das nascentes do Alto Rio das Velhas e do Rio Paraopeba. Cabe ressaltar que o abastecimento hídrico da Região Metropolitana de Belo Horizonte, a qual, segundo o último censo comporta uma população de aproximadamente 6,5 milhões de habitantes, advém em sua totalidade das porções superiores dessas duas bacias hidrográficas.

Mais ainda esse maciço insere-se na Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço. A reserva da Biosfera é uma categoria de Unidade de Conservação instituída em função de características endêmicas presentes a uma determinada região do planeta visando conferir valor à biodiversidade ali existente. Ela é definida como “um modelo, adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, com os objetivos básicos de preservação da diversidade biológica, o desenvolvimento de atividades de pesquisa, o monitoramento ambiental, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações.” (Art. 41 da Lei do SNUC)

Dessa forma, quando tratamos da atividade minerária na Serra do Curral, devemos privilegiar uma perspectiva que procure contemplar o conjunto dos empreendimentos que aí se localizam no sentido de buscarmos compreender a abrangência dos impactos que esses podem produzir em uma escala regional. Sendo assim, abordaremos nessa parte do relatório, ainda que de forma indicativa/descritiva, algumas outras minas presentes na região, sejam aquelas já



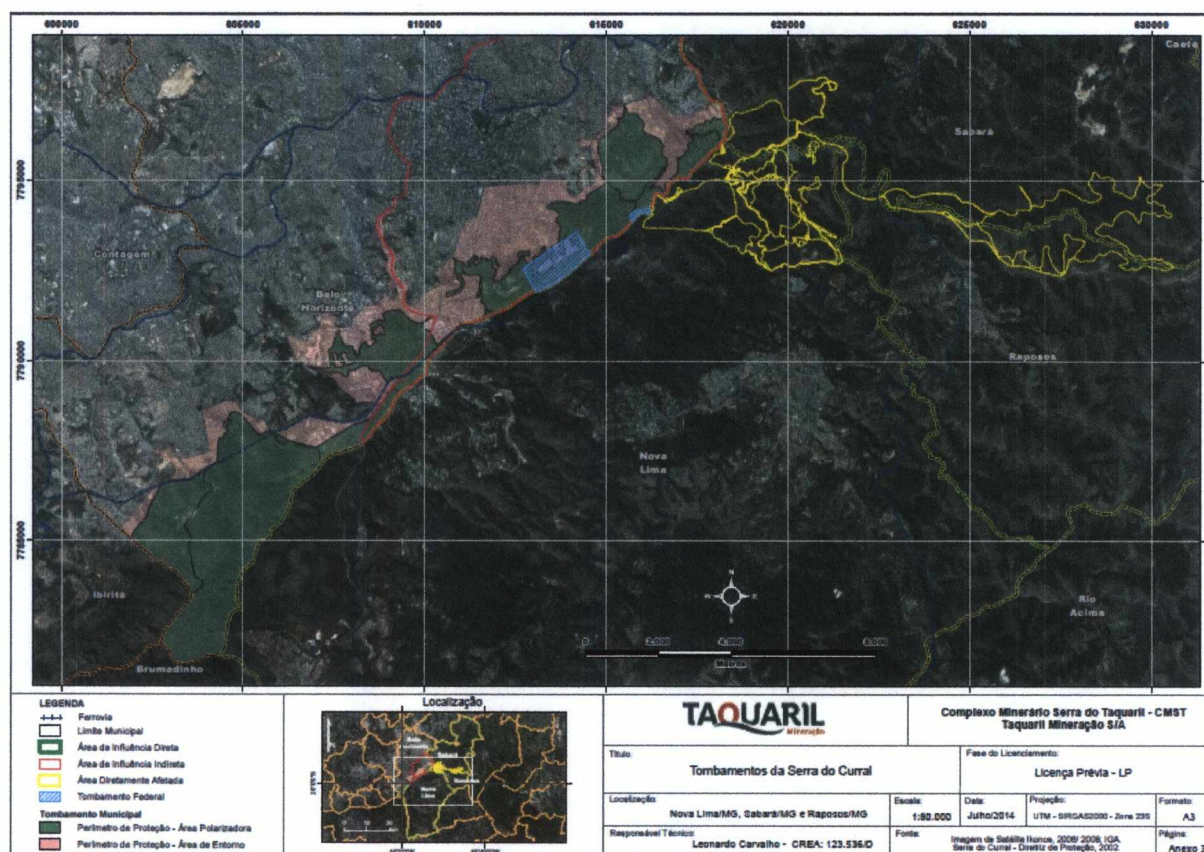
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

em atividade ou aquelas em processo de licenciamento para efetivar sua operação e/ou reativação.

5.1 – Complexo Minerário Serra do Taquaril

O Complexo Minerário Serra do Taquaril é um grande empreendimento proposto pela Taquaril Mineração S/A (empresa que tem entre seu corpo de acionistas a COWAN Engenharia) que pretende ser instalado em uma área que ocupa parte dos territórios dos municípios de Nova Lima, Sabará e Raposos, além de ser limitrofe à porção leste do território do Município de Belo Horizonte, justamente junto ao Pico de Belo Horizonte.

Como podemos ver no mapa abaixo, a área de uma de suas cavas situa-se exatamente na porção que foi excluída do perímetro de tombamento do Pico Belo Horizonte pela Portaria IPHAN nº 444 de 27/10/2016.

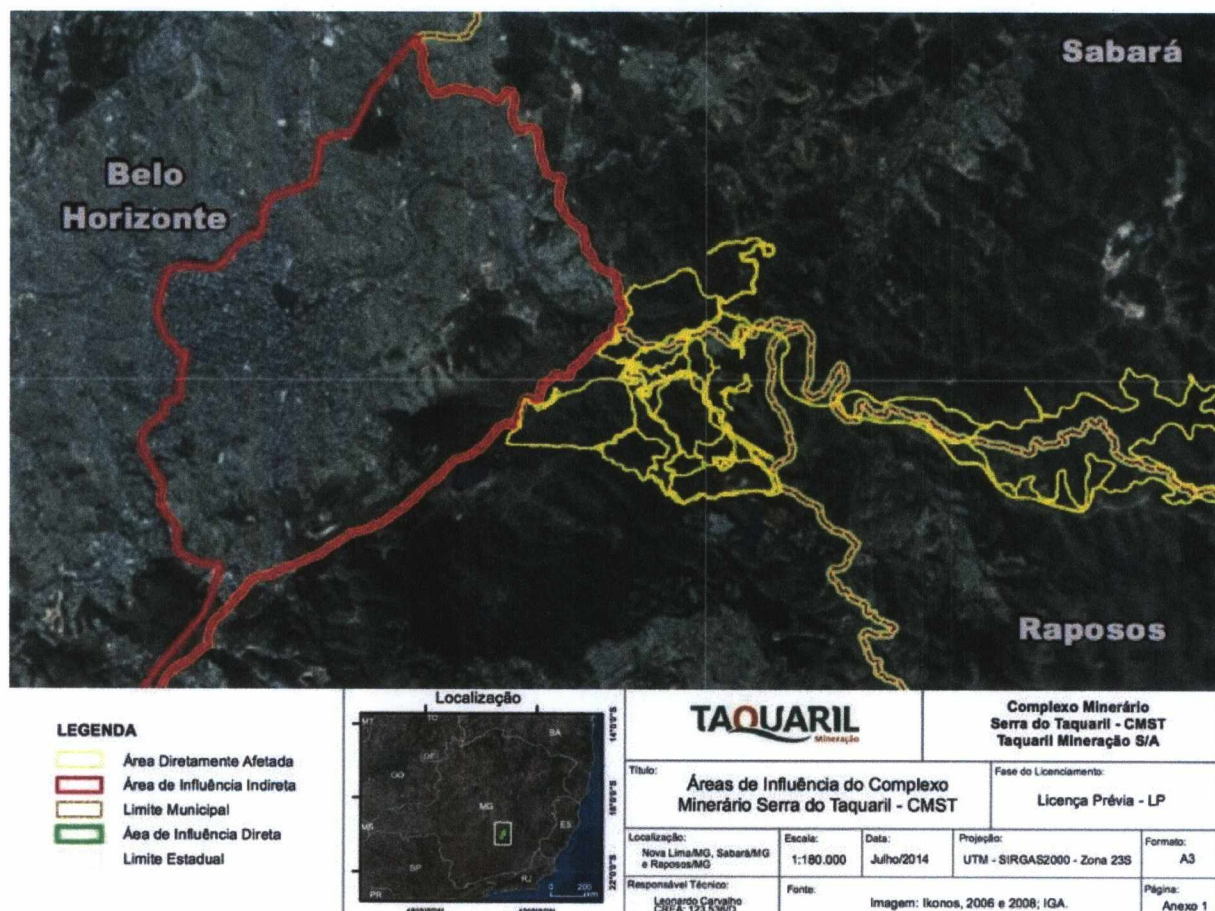




CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Cabe também esclarecer que a parte do contorno amarelo (Área Diretamente Afetada) no canto superior direito do mapa é o projeto de uma barragem de rejeitos que teria uma extensão 7 vezes maior que o núcleo urbano do Município de Raposos situado a jusante. Nesse ponto, deve-se louvar a iniciativa de Raposos ao incluir em sua Lei Orgânica do Município a proibição de instalação desse tipo de barragem de rejeitos em todo seu território.

Segundo o projeto inicialmente proposto, além de ameaças claras à integridade do Pico de Belo Horizonte, dada a proximidade da cava a ser instalada, vemos ainda que esse projeto produziria impactos em toda a extensão das regionais Centro-Sul e Leste de Belo Horizonte, provavelmente em função de material particulado em dispersão pelo vento, como indicado no mapa abaixo.





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Como dissemos no início deste Relatório, durante a visita técnica realizada pela Comissão de Meio Ambiente da CMBH em 02 maio de 2018, foram levantadas suspeitas de que a área hoje ocupada pela Mina Corumi da Empabrá, poderia vir a ser utilizada como apoio à implantação desse empreendimento, especialmente pelo fato da abertura de uma passagem em uma cumeada da Serra do Curral, justamente no ponto de encontro com a área do projeto de implantação do CMST. Essa suspeita foi incitada também pela percepção de uma inscrição com a palavra “COWAN” no talude abaixo dessa passagem aberta pela Serra, como podemos ver nas fotos que se seguem.





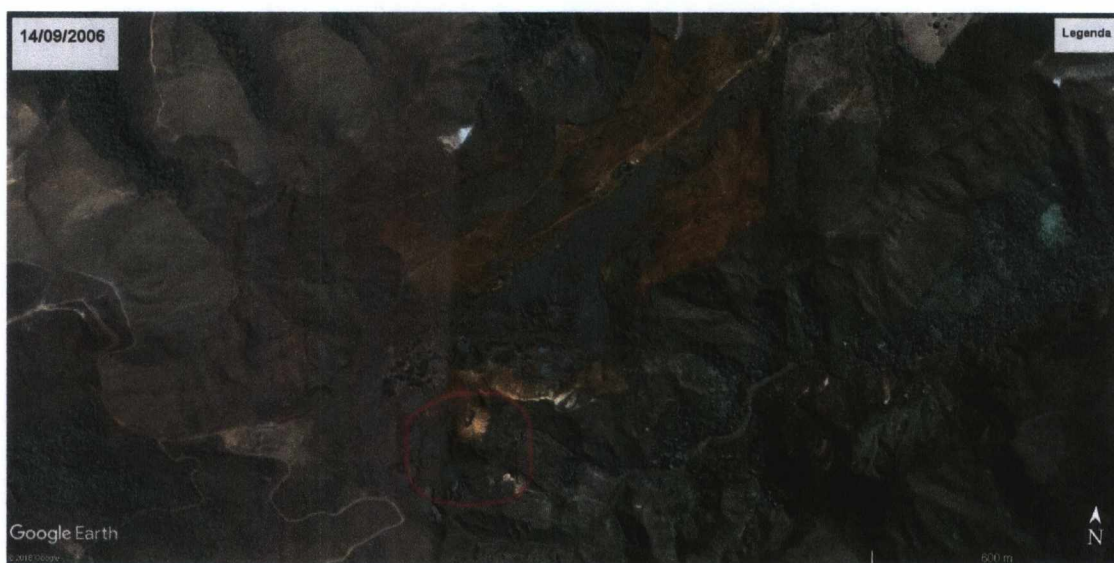
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE





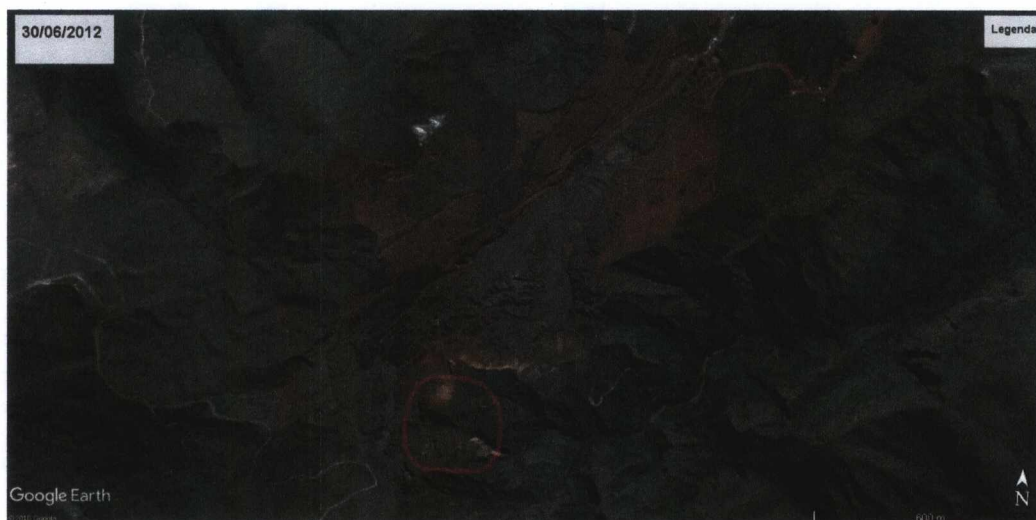
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

As imagens a seguir mostram, em sua parte central inferior na área com contorno vermelho, a evolução cronológica do “portal” aberto na Serra do Curral, o qual se situa, inclusive, no interior da área do entorno do perímetro de tombamento definido pelo IPHAN:





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



5.2 – Mina do Brumado (Serra da Piedade)

A atividade de mineração na Mina do Brumado, situada no sopé da Serra da Piedade, teve início na década de 50 e, após a constatação de vários danos ambientais e ao patrimônio cultural, elas foram suspensas em 2005 por decisão judicial.

Desde 2011, no entanto, vem ocorrendo a tentativa de retomar a atividade da mina por parte da empresa AVG Empreendimentos Minerários, utilizando-se da justificativa de promover um processo de recuperação ambiental da área degradada.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Para tanto, alegava ser necessário a retomada da atividade de lavra, para deixar o terreno apto a receber as ações de recuperação.

Mais recentemente, a partir de 2017, a empresa intensifica suas ações no sentido de reestabelecer no local a atividade minerária. Sendo assim, valendo-se da possibilidade aberta pelo Decreto nº 44.844/2008 de que licenças ambientais de empreendimentos de grande porte pudessem ser demandadas de forma concomitante, solicita “a reorientação do processo de licenciamento” para que fossem fosse concedida a “Licença Prévia juntamente com Licença de Instalação, ultrapassando a etapa que deveria ser de avaliação da viabilidade ambiental do empreendimento.”²⁵

A votação que decidiria sobre a concessão das licenças demandadas seria realizada em reunião da Câmara Técnica de Atividades Minerárias do COPAM em 25 de janeiro de 2019, coincidentemente o dia da tragédia ocorrida em Brumadinho em função de negligência da Vale na fiscalização da segurança da barragem de rejeitos.

Cabe ainda ressaltar que a área na qual se insere a Serra da Piedade é sujeita a diversos instrumentos de proteção patrimonial e ambiental das três esferas de governo e isso implicaria, *a priori*, na concessão de anuências de cada uma delas para que possa ser autorizada a instalação do empreendimento no local.

No caso do governo federal, existe o tombamento do Conjunto Paisagístico e Arquitetônico da Serra da Piedade, instituído pelo IPHAN em 1956, além do reconhecimento do Mosaico de Unidades de Conservação da Serra do Espinhaço – Quadrilátero Ferrífero pela Portaria nº 473 do Ministério do Meio Ambiente, de 28 de dezembro de 2018. No âmbito do governo do Estado, existe desde 2005, o tombamento do sítio pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – IEPHA, incluídos o santuário que encima o maciço montanhoso e o observatório da UFMG e ainda, o Monumento Natural da Serra da Piedade, unidade de conservação categorizada como de proteção integral. Já no que diz respeito ao Município de

²⁵ <http://blog.leia.org.br/santuاريو-da-serra-da-piedade-corre-risco-e-entra-na-mira-da-mineracao/> consultado em 12 de fevereiro de 2019.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Caeté, esse instituiu uma APA – Área de Proteção Ambiental Águas da Serra da Piedade – que prevê restrições de ocupação visando o uso sustentável. Além disso a região também compõe a Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, uma categoria de conservação internacional instituída pela ONU, em função do reconhecimento da riqueza do patrimônio ambiental de uma determinada região do planeta, inclusive pela ocorrência de espécies endêmicas.

5.3 – Mina Casa Branca (Parque Rola Moça)

Situada em um recorte no território do Parque Estadual da Serra do Rola Moça – PESRM – essa mina está desativada desde 2001, pelo fato da implantação do empreendimento ter sido realizado à época sem submissão ao processo de licenciamento. Em 2015, foi apresentado um Plano de Reabilitação Ambiental, com base em laudo técnico da UFMG, para que a mesma pudesse voltar à operação. Dando prosseguimento à tentativa de reabertura da mina, os proprietários entraram com pedido de licenciamento ambiental em 2018 e conseguiram a anuência do Conselho Consultivo do PESRM em 11 de dezembro do mesmo ano. Nessa mesma data, também foram concedidas as anuências para a reativação da Mina do Corrego do Feijão e para a ampliação da Mina da Jangada.

Cabe destacar que a mina é cercada por todos os lados pelo PESRM e, portanto, a retirada da produção mineral deverá ser feita pelo interior da unidade de conservação que é, ressalta-se, classificada como sendo de proteção integral, segundo o SNUC.

O tráfego de caminhões pesados pelo interior da unidade de conservação, seja pela estrada já existente, seja através da construção de uma estrada de escoamento exclusiva para esses veículos é proibido, uma vez que tratar-se-ia de uma atividade de uso direto, não afeita às ações de preservação e conservação.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

5.4 – Mina Lagoa Seca

A mineração na área conhecida como Lagoa Seca, entre a Vila Acaba Mundo e os bairros Sion e Belvedere, no Município de Belo Horizonte, está em processo de encerramento de suas atividades conforme aprovadas pelo COMAM em 2005, através da Licença de Operação nº 949/05, na qual constavam duas condicionantes acerca do uso futuro da área:

“Condicionante 29: Apresentar diretrizes e escopo de projeto para a área da mineração a céu aberto, de propriedade dos empreendedores, para destinação de uso coletivo público futuro da citada área, a ser implementada imediatamente ao descomissionamento da cada lavra.

Condicionante 30: Apresentar projetos básicos e executivo final, no que for aplicável, acompanhado de cronograma de execução para a área da mineração a céu aberto e subterrânea, de propriedade dos empreendedores, para destinação de uso coletivo público futuro da citada área, a ser implementada imediatamente ao descomissionamento da cada lavra.”

Mais recentemente, em 2017, os empreendedores protocolaram uma nova proposta para o PAFEM – Plano Ambiental de Fechamento de Empreendimento Minerário – na qual partes da área minerada seriam excluídas do escopo das condicionantes citadas. Essas áreas excluídas seriam então destinadas à construção de um centro comercial e de prédios de apartamento.

Entende-se que o não cumprimento integral das condicionantes aprovadas em 2015 para a implantação do pretendido uso comercial e/ou residencial de uso privado, além de contrariar o anteriormente aprovado, ainda podem gerar uma série de impactos em nível local e até mesmo na própria Regional Centro-Sul de BH. Dentre os impactos daí advindos, além da descaracterização de parte da Serra do Curral, com modificações no



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

equilíbrio ecológico local, podemos certamente indicar a impermeabilização de centenas de milhares de metros quadrados, sobrecarregando a estrutura de escoamento pluvial da bacia do Córrego Acaba Mundo. Também serão afetados o trânsito em uma região já saturada, além de sobrecarregar a infraestrutura urbana de saneamento, o que poderá requerer o aporte de investimentos públicos em futuro próximo.

5.5 – Conexões empresariais e estratégias do setor

O caso da Mina Corumi aparece como um marco do renovado interesse por antigas minas desativadas e iniciou-se em 2008, quando foi autorizado pela Prefeitura de Belo Horizonte, a realização de um PRAD – Projeto de Recuperação de Área Degradada no local.

A intermediação das ações da empresa responsável pela mina perante o DNPM pedindo a disponibilidade da área para fins de lavra no regime de concessão, assim como a operacionalização da própria Mina (como atestado no Auto de Fiscalização nº 60879/2015 da FEAM, de 10 de março de 2015) foi realizado pela empresa Green Metals Soluções Ambientais LTDA. Análises preliminares dos quadros societários mostram que essas empresas caracterizam-se como integrantes de um mesmo grupo econômico, não obstante a possibilidade dessa última de se associar a outros empreendedores. Os estudos têm apontado que essa empresa, a Green Metals, seria a operadora responsável pela realização dos estudos que embasariam os pedidos de retomada de atividades de mineração nas antigas minas existentes na RMBH e pelos encaminhamentos junto aos órgãos públicos competentes²⁶.

Um elemento que chama a atenção nos processos nos quais ela aparece como operadora é a presença de unidades de conservação ou elementos tombados nas proximidades do empreendimento que deseja ver viabilizado. No entanto, mesmo sendo notórios os impedimentos legais daí advindos, esses não parecem se constituir em elementos dificultadores do processo, sendo que, para suplanta-los, a

²⁶ Pelas informações que nos chegaram, a Green Metals esteve envolvida, além da Mina Corumi (BH), com a Mina Casa Branca (Brumadinho), a Mina Santa Paulina (Ibirité) e a Mina do Brumado (Sabara), todas próximas a unidades de conservação.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

anuência dos conselhos das Unidades de Conservação torna-se essencial, pois sem elas, o empreendimento é descartado.

O que se pôde presenciar quando do acompanhamento das reuniões do Conselho Consultivo do Parque Estadual da Serra do Rola Moça, nas quais, ao fim do processo, foram concedidas as anuências para a reativação das minas de Casa Branca, Córrego do Feijão e Jangada (ampliação), foi o uso deliberado da deformação de conceitos básicos relacionados aos processos de avaliação de impacto ambiental (como por exemplo, o uso direto ou indireto de uma unidade de conservação), inclusive por integrantes do SISEMA - MG. E isso passa a ser o mote pelo qual membros de conselhos de unidades de conservação relativizam – ou são levados a relativizar – como por exemplo no caso do Parque Estadual da Serra do Rola Moça, onde o transporte de minério de ferro por caminhões no interior do parque, mesmo que seja necessário a construção de novas estruturas de transporte, tenha sido classificado como “uso indireto”.

Outra tônica da atuação dessa empresa parece ser usar a justificativa da recuperação ambiental para promover a atividade minerária. Aqui também podemos identificar um tipo de chicana conceitual utilizado: a justificativa se inverte e passa a ser propugnado que, para proceder à recuperação ambiental, seria necessário continuar com as atividades minerárias até praticamente a exaustão do terreno (!).

Sendo assim, nos parece interessante que órgãos de controle possam aprofundar as investigações sobre as práticas dessa empresa, especialmente naqueles empreendimentos que necessitam de anuência especial de unidades de conservação.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

6 – Desenvolvimento dos trabalhos da CPI

Como indicado acima, o desenvolvimento dos trabalhos da CPI foi pautado em reuniões ordinárias que tinham por objetivo requerer, junto a órgãos pertinentes, e analisar a documentação concernente ao(s) empreendimento(s), assim como realizar oitivas de atores institucionais, testemunhas, representantes de trabalhadores da empresa, representantes de moradores do entorno, além de representantes de movimentos sociais e ambientalistas. Dessa forma, faremos a seguir uma retrospectiva cronológica das reuniões realizadas.

Requerimento 130/2018 (07/08/2018) fundamentado nos artigos 57 e 58 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte (Resolução 1.480/1990) e no artigo 82, parágrafo 3º da Lei Orgânica Municipal que solicitou a criação o desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Designação de membros para composição da CPI em **17/07/2018** através do Presidente da CMBH.

1ª Reunião – 27/07/2018 – 14h - Plenário Camil Caram

- Eleição e posse do Presidente e Relator

. Realizada com a presença dos vereadores Catatau, Carlos Henrique, Edmar Branco, Gilson Reis, Pedro Lula Patrus, Rafael Martins e Jair Di Gregório.

. A Comissão elegeu o Vereador Gilson Reis para presidente e o Vereador Carlos Henrique para relator.

. A Comissão deliberou com local das reuniões, o Plenário Helvécio Arantes, às terças-feiras, às 10 horas.

2ª Reunião – 31/07/2018 – 10:05h - Plenário Helvécio Arantes



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

. Realizada com a presença dos vereadores Gilson Reis, Carlos Henrique, Pedro Lula Patrus, Rafael Martins e Jair Di Gregório.

. O Presidente informou que as reuniões da comissão agendadas para 7/8 e 11/9/18 serão realizadas no Hall da Presidência; e para 14/8/18, no Plenário Paulo Portugal.

. A Comissão decidiu pela aprovação do Requerimento de Comissão nº **818/18**, "Realização de visita técnica a Granja Corumi, localizada a Rua Cel. João Custódio Veiga, Serra do Curral, Bairro Taquaril, com a finalidade de averiguar suspeita de atividade mineradora em área protegida como patrimônio cultural do município", a ser realizada em 9/8/18, às 10 horas.

. Foi aprovado o Requerimento de Comissão nº **819/18** - "Pedido de informação à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG, com a finalidade de obter os seguintes documentos e/ou atos pertinentes a Empresa de Mineração Pau Branco S/A - EMPABRA: - certidão de inteiro teor dos atos constitutivos; - sociedades das quais participam os senhores André Maurício Ferreira e Eduardo Alves Ferreira, sócios da EMPABRA".

RESPOSTA: "A Junta Comercial do Estado de Minas Gerais encaminha documentação inclusa, alusiva à empresa EMPABRA - EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO S/A - CNPJ 17. 1 57.082/0001-85". Remetente do ofício: Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral. A Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG – entregou os documentos solicitados pela CPI em 31 de agosto de 2018 (protocolo DIRLEG 4065-1)– especial atenção a "Ata da Assembleia Geral realizada em 16 de junho de 2016 - .

3ª Reunião – 07/08/2018 – 10:10h – Hall da Presidência



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

. Realizada com a presença dos vereadores Gilson Reis, Carlos Henrique, Catatau, Pedro Lula Patrus, Rafael Martins, Juliano Lopes e Jair Di Gregório.

. A Comissão aprovou os seguintes requerimentos:

1) 839/18: solicitar a 9ª Vara Cível de Belo Horizonte, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, cópia de todos os processos referente a Empabra.

Resposta: "O Juízo da 9ª Vara Cível desta Comarca informou que existem três processos em trâmite referentes à Empresa de Mineração Pau Branco (EMPABRA). Esclareceu, ainda, que o processo mais antigo, de nº0024.05.778.262-5, possui 6 volumes de aproximadamente 250 folhas, estando apenso aos processos também físicos nºs 00234.06.974.514-9 e 0024.05.778.263-3, de modo que os outros 2 processos são eletrônicos, de nºs 5058583-22.2016.8.13.0024 e 5065524-51.2017.8.13.0024. Por fim, comunicou que podem ser obtidas as cópias necessárias dos autos físicos pela própria Comissão na Secretaria da referida Vara, sendo que os autos eletrônicos podem ser consultados por qualquer advogado ou cidadão, devidamente habilitados, no Sistema PJe via internet". Remetente do Ofício: Moema Miranda Gonçalves - Juíza de Direito.

2) 840/18: solicitar ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais cópia de todos os documentos referentes à Empabra.

3) 851/18: solicitando o convite "ao senhor Arthur Nicolato, representante da AMOJAT - Associação dos Moradores do Bairro Jardim Taquaril e o Sr. Marcus Polignano, presidente do Comitê Bahcia Hidrográfica do Rio das Velhas, para discorrerem sobre o tema, na data de 14 de agosto de 2018".



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

4) 852/18: solicitar ao prefeito e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente copia do Processo Administrativo que gerou a autorização para que a Empabra pudesse realizar o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – Prad – na área da Mina Corumi.

Resposta: Consultada, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente informou que o referido processo possui 30 volumes, se tornando inviável a cópia de todo o processo. Sendo assim, esclareceu que o processo encontra-se disponível para vista na referida Secretaria. Remetente do ofício: Caio Barros Cordeiro, Diretor Técnico-Legislativo em exercício - Gabinete do Prefeito

5) 850/18: solicitando que "seja determinada a expedição de ofício circunstanciado a todas as IES da Capital e RMBH, para que informem quais os cursos que possuem com conteúdos pertinentes ao meio ambiente tais como Geologia, Engenharia Ambiental, Engenharia Florestal, Gestão Ambiental, Ecologia e outros afins, bem como os nomes de seus respectivos coordenadores com telefone e e-mail".

6) Foi aprovado por unanimidade o adiamento da apreciação dos requerimentos de comissão n°s 840, 841, 842, 843 e 844/18.

7) Foi lido e aprovado o Plano de Trabalho da Comissão.

1ª Reunião Ad Referendum – 08/08/2018 – 15:26h - Plenário Amyntas de Barros

. Realizada com a presença dos vereadores Gilson Reis, Carlos Henrique, Edmar Branco, Gilson Reis e Rafael Martins.

. A Comissão decidiu pelo cancelamento Requerimento de Comissão n° 851/18 e pela aprovação do Requerimento de Comissão n° 867/18, que



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

solicita "Convidar o Sr. Arthur Nicolato, representante da Associação dos Moradores do Bairro Jardim Taquaril - AMOJAT e o Sr. Marcus Polignano, presidente do Comitê Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, para discorrerem sobre o tema, na data de 14/8/2018", proposto pelos vereadores Gilson Reis e Carlos Henrique, para oitiva a ser realizada no dia 14/8/18, às 10:00, durante a reunião desta Comissão.

. A Comissão decidiu pela aprovação do Requerimento de Comissão nº 818/18, que solicita a "Realização de visita técnica a Granja Corumi, localizada a Rua Cel. João Custódio Veiga, Serra do Curral, Bairro Taquaril, com a finalidade de averiguar suspeita de atividade mineradora em área protegida como patrimônio cultural do município, em 13/8/18, às 10 horas.

2ª Reunião Ad Referendum – 09/08/2018 – 13:06h - Plenário Helvécio Arantes

. Realizada com a presença dos vereadores Gilson Reis, Carlos Henrique, Rafael Martins, Pedro Lula Patrus e Catatau.

. A Comissão decidiu pela aprovação do Requerimento de Comissão nº 869/18, que solicita que seja apresentada indicação ao Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM, Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto com a finalidade de "Sugerir a realização de audiência pública referente a licença de operação corretiva, requerida pela Empresa Pau Branco S.A. - Empabra.

Resposta: "Considerando a legislação vigente, que dispõe sobre o prazo para solicitação de audiência pública (art. 3º da Deliberação Normativa Copam nº 225/2018), bem como que a publicação dos estudos ambientais do referido empreendimento aconteceu em 27/06/2018, solicita-se a comprovação da tempestividade do requerimento, conforme parágrafo único do art. 4º da



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Deliberação Normativa Copam nº 225/2018, que dispõe o seguinte: “Para solicitar Audiência Pública, as partes mencionadas nos incisos I a V do caput, deverão se manifestar por meio de ofício dirigido ao Secretário do Executivo do Copam dentro do prazo estipulado no Edital a que se refere o artigo anterior, valendo para efeitos de verificação da tempestividade da solicitação a data da postagem do ofício nos correios ou sua data de protocolo na unidade administrativa da Semad responsável pela análise do processo de licenciamento. A SUPRAM-CM reforça que o processo administrativo encontra-se disponível na unidade, para análise dos interessados, mediante procedimento de visitas, o qual deverá ser requerido via e-mail: visitas@meioambiente.mg.gov.br”. Remetente do ofício: Hidelbando Canabrava Rodrigues Neto - superintendente Regional de Meio Ambiente - Central Metropolitana.

Visita Técnica – 13/08/2018 – 10h - Empresa de Mineração Pau Branco - Empabra

Em cumprimento ao Requerimento de Comissão 818/2018 ao Requerimento 130/2018, foi realizada com a presença dos vereadores Gilson Reis, Carlos Henrique, Catatau, Rafael Martins e Jair Di Gregório, a visita técnica iniciou-se com uma recepção preparada pela Empabra, em que foram feitas recomendações de segurança aos visitantes da Mina Curumi, com distribuição de cartilha. Em seguida, o Sr. Fernando Cláudio, fez uma apresentação de um histórico sobre a atividade da empresa, desde a época do tombamento da Serra do Curral, até a recente suspensão das Atividades pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e desenvolvimento Sustentável (Semad), o que resultou na presença de 20 dos 250 funcionários trabalhando no local, além de provocar algumas consequências sociais e econômicas. Foram citadas as modificações dos limites de extração mineral acordados e algumas intervenções previstas no Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD), que incluem a reconformação de taludes, a limpeza de vias e melhorias de drenagem, além do replantio de vegetação. O representante da empresa afirmou que, uma vez reconhecido o exercício da atividade minerária por meio



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de vistorias, houve submissão ao licenciamento ambiental no âmbito estadual em 2015, porém não foi dado andamento ao processo, passando a Embrapa a operar por meio de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Entre outras informações, foram mencionadas algumas vistorias já realizadas e algumas providências emergenciais na área de limite com o Parque Estadual da Baleia as quais, segundo o Sr. Fernando Cláudio, já estão em vias de conclusão.

Ao final da apresentação, o Vereador Gilson Reis destacou os objetivos da CPI e da visita técnica, bem como a importância da Serra do Curral para o município e para o país.

Durante o percurso e nos pontos de observação da Mina Curumi foi possível perceber extensas áreas impactadas pelas atividades de mineração na Serra do Curral.

Durante os esclarecimentos prestados pela Empabra percebeu-se o desconhecimento ou imprecisão das informações quantos aos limites dos parques do entorno, bem como a falta de prazo ou data para a conclusão da recuperação ambiental e da exploração mineral, sabendo-se que o último volume acordado para a retirada de minério foi o montante de 1 milhão e meio de toneladas ao ano, contra o limite de 4 milhões de toneladas autorizado na esfera municipal à época do PRAD.

Relevante observar que o Vereador Gilson Reis demonstrou um local onde uma cumeeira de Serra foi cortada para, ao que parece, dar acesso a outra mina ainda em processo de licenciamento, denominada Complexo Minerário Serra do Taquaril / Mina Taquaril. Tendo sido alegado pelos representantes da Empabra o desconhecimento de informações e a ausência de relação dessa empresa com a Mina Taquaril, esses foram questionados pelo Presidente sobre uma inscrição em um talude abaixo do corte, onde se lia COWAN (como mostrado em fotos na seção anterior deste Relatório), a proprietária da mina que se pretende instalar no vale limítrofe ao local onde foi realizado o corte. As fotos a seguir mostram a localização do corte e a extensão



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

do mesmo, o que nos faz pensar em uma via de acesso à mina que se pretende ali instalar.





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

4ª Reunião – 14/08/2018 – 10:25h - Plenário Paulo Portugal

. Realizada com a presença dos vereadores Gilson Reis, Carlos Henrique, Rafael Martins, Pedro Lula Patrus, Edmar Branco, Catatau.

. A Comissão aprovou os seguintes requerimentos:

1) 819/18: Pedido de informação a Secretaria Municipal do Meio Ambiente com a finalidade de "solicitar todas as versões do PRAD - Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – realizado entre o Município e a Empabrá, referente a atuação da empresa na Mina Corumi, região do Taquaril, Serra do Curral".

Resposta: A Junta Comercial do Estado de Minas Gerais encaminha documentação inclusa, alusiva à empresa EMPABRÁ EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO S/A - CNPJ 17.157.082/0001-85. Remetente do ofício: Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral

2) 883/18: Pedido de informação ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais com a finalidade de "solicitar todas as versões e atualizações do TAC - Termo de Ajustamento de Conduta - realizado entre esse órgão e a Empabrá, referente a atuação da empresa na Mina Corumi, região do Taquaril, Serra do Curral".

Resposta: Foi informada a impossibilidade de atendimento, considerando que os Termos de Ajustamento de Conduta solicitados instruem ação judicial proposta (autos nº 0024.05.778.262-5), nos termos da manifestação da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente. Remetente do ofício: Darcy de Souza Filho - Procurador Geral de Justiça - Ministério Público do Estado de Minas Gerais.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

3) 884/18: Pedido de informação a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável com a finalidade de "solicitar todas as versões e atualizações do TAC - Termo de Ajustamento de Conduta, realizado entre o Estado e a Empabra, referente a atuação da empresa na Mina Corumi, região do Taquaril, Serra do Curral"

Resposta: A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável encaminhou as cópias dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC's) celebrados entre o Estado e a empresa de Mineração Pau Branco Ltda (EMBRAPA). Remetente do ofício Daniela Diniz Faria - Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

4) 885/18: Pedido de informação a Empresa Pau Branco S.A - Empabra - com a finalidade de "obter documentos referentes aos últimos levantamentos topográficos/planialtimétricos, a partir de 2013, para que se possa acompanhar a evolução das atividades realizadas pela empresa na Mina Corumi, região do Taquaril, Serra do Curral".

Resposta: A EMPABRA - Empresa de Mineração Pau Branco Ltda. prestou as informações requeridas, por meio do Requerimento de Comissão 885/2018, o qual solicitou os últimos levantamentos topográficos/planialtimétricos, a partir de 2013, para que se possa acompanhar a evolução das atividades realizadas pela empresa na Mina Corumi. Remetente do ofício: EMPABRA - Empresa de Mineração Pau Branco Ltda.

5) 886/18: "Convidar o Sr. Arthur Nicolato, representante da Associação dos Moradores do Bairro Jardim Taquaril - AMOJAT, e Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, representante do Movimento pelas Serras e Águas de Minas - MOVSAM, para a reunião desta Comissão a, ser realizada no dia 21/8/2018, às 10h".



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

. **Oitiva:** Os primeiros ouvidos, representantes da sociedade civil e de movimentos ambientalistas, foram Marcus Polignano, presidente do Comitê Bacia Hidrográfica Rio das Velhas, e Maria Teresa Corujo, do Movimento pelas Serras e Águas de Minas e membro do Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais (Copam). Nesta reunião, também foram aprovados o cronograma geral de oitivas e pedidos de informações às Secretarias Municipal e Estadual do Meio Ambiente, ao Ministério Público e à Empresa de Mineração Pau Branco S.A (Empabra).

Na abertura das oitivas, o presidente da CPI afirmou que a visita à Mina Corumi, localizada no Bairro Taquaril, região Leste de BH, realizada no dia anterior, foi importante para a constatação da situação “aterrorizante” da Serra do Curral, que já se encontra com uma cratera de mais de 70 metros de profundidade.

Marcus Polignano, o primeiro a ser ouvido, demonstrou com fotos e dados sua indignação com o descaso do poder público com relação à destruição da Serra, e ressaltou que, apesar de haver vários documentos comprovando a devastação desse patrimônio municipal e federal, inclusive um processo judicial em andamento, nada ainda foi feito para barrar efetivamente a ação das mineradoras e garantir a recuperação da área degradada. “Há um passivo da Mina Corumi, da década de 1990, que deveria ser recuperado pela empresa, mas nada ainda foi feito”.

Descumprimento de normas

No histórico da situação, levantado pelo ambientalista, o descumprimento das normas pela Empabra ainda não conseguiu ser impedido pelo Ministério Público, que entrou no processo e determinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), nem pelo governo do estado, que assumiu a responsabilidade pela fiscalização da atividade na Serra do Curral, em 2014. O que ocorreu recentemente foi o embargo da extração de minério pela Secretaria



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), como medida emergencial. “Como cidadão, professor e militante, acredito que temos que tomar providências para impedir a falta de fiscalização, negligência e omissão do poder público. A Serra foi explorada para além do estabelecido e está absolutamente ameaçada”, acredita Marcus.

Além de ratificar a opinião de que graves situações relacionadas à mineração não foram bem tratadas pelos governos municipal e estadual, Maria Teresa Corujo, segunda representante da sociedade civil ouvida, afirmou que está tramitando na Superintendência Regional de Meio Ambiente (Supram Central) da Semad processo de Licença de Operação Corretiva para corrigir a atividade minerária realizada pela empresa. “Com isso, está se pretendendo legalizar esse absurdo. Se isso for aprovado, todas as coisas erradas passam a ser legalizadas. O que tem que se pensar é em um plano de fechamento da mina e de recuperação ambiental”.

A ativista sugeriu também que seja investigada a relação entre a Empabra e a Mina Taquaril que possui pedido de licenciamento na Superintendência de Projetos Prioritários (Supri) da Semad. Destacou ainda que deve ser apurada a existência de decreto que modifica os limites da área da Serra do Curral tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e os motivos porque ele foi aprovado.

Marcus Polignano ainda afirmou que a destruição da Serra do Curral causa grave insegurança hídrica. Segundo com ele, a história mostra que Belo Horizonte conseguiu resolver o problema da demanda por água, construindo um túnel na região do Taquaril. “Esse túnel seria afetado por essa atividade. Como já existem outorgas acima da capacidade do Rio das Velhas, qualquer impacto será desastroso”. Maria Teresa completou dizendo que a CPI deve fazer um levantamento de todas as outorgas na área da Serra do Curral, sua localização e vazão, e procurar informações do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) sobre o impacto causado pela destruição da Serra.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Cronograma de oitivas. No início da reunião, foi apresentado pelo presidente da CPI e aprovado por todos os membros presentes, o cronograma de oitivas. De acordo com ele, primeiro serão ouvidos os representantes da sociedade civil, depois comparecerão para dar informações representantes de órgãos governamentais e, em seguida, representantes de órgãos de controle. Por fim, prestarão esclarecimentos representantes do setor empresarial, como a Companhia do Vale do Rio Doce – Vale (CVRD), o Sindicato das empresas de mineração e a Empabra.

De acordo com o presidente da CPI, além dos nomes relacionados, outros poderão surgir e ser incorporados às oitivas no decorrer da investigação. Também foi informado pelo presidente que, após as oitivas de todos representantes da sociedade civil, será agendada uma audiência pública para que o maior número de movimentos ambientalistas, que trabalham em prol da causa, seja ouvido e possa contribuir com a discussão e investigação.

5ª Reunião – 21/08/2018 – 10:25h - Plenário Helvécio Arantes

. Realizada com a presença dos vereadores Gilson Reis, Carlos Henrique, Rafael Martins, Juliano Lopes, Edmar Branco e Catatau.

. A Comissão aprovou os seguintes requerimentos:

1) 894/18: "Convidar o Sr. Leandro de Aguiar e Souza, professor do IFMG, para oitiva a ser realizada no dia 28 de agosto de 2018, às 10h, durante reunião desta Comissão, para apresentar a situação em que se encontra a mineração realizada pela Empabra na Serra do Curral e suas implicações ao município".

2) 902/18: Pedido de informação a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad, à Superintendência



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Regional de Meio Ambiente Central-Metropolitana -Supram - e à Central e à Superintendência de Projetos Prioritários - Supri, com a finalidade de "obter informações acerca do processo de Licença de Operação Corretiva demandado pela Empabra para a continuidade das atividades minerárias na Mina Corumi, na região do Taquaril, Sana do Curral, neste Município. Requer a cópia do referido processo".

Resposta: A Superintendência Regional de Meio Ambiente Central Metropolitana encaminhou cópia digital do processo da Empresa de Mineração Pau Branco – EMPABRA. Remetente do ofício: Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto – Superintendente Regional de Meio Ambiente Central Metropolitana (Masp 1.372.848-0).

Resposta: O empreendimento Empabra Empresa de Mineração Pau Branco Ltda. pertence à jurisdição da Superintendência Regional de Meio Ambiente Central Metropolitana. A Superintendência de Projetos Prioritários analisa somente os processos deliberados pelo Grupo de Coordenação de Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável como prioritários, o que não se aplica ao processo em questão. Dessa forma, o pleito foi encaminhado à Superintendência Regional de Meio Ambiente Central Metropolitana, para conhecimento e providências. Remetente do ofício: Rodrigo Ribas - Superintendente de Projetos Prioritários

3) 903/18: Pedido de informação ao Instituto Patrimônio Histórico Artístico Nacional - Iphan, com a finalidade de "obter informações sobre o parecer técnico que justificou a alteração do polígono de tombamento do Pico de Belo Horizonte, conforme Portaria nº 444, de 27 de outubro de 2016, do Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Requer a cópia do referido parecer".

Resposta: A remetente informa que a Portaria nº 444, de 27 de outubro de 2016, que mudou o perímetro de tombamento do Pico de Belo



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Horizonte, na realidade, somente retornou o perímetro para sua configuração inicial. Afirmou a Superintendente do IPHAN que em 30/11/2018 foi publicada Portaria que substitui a Portaria nº 444 que estabelece além da delimitação, as diretrizes para cada um dos setores da área tombada e do entorno da Serra do Curral e Pico Belo Horizonte. Em atenção ao Requerimento 130/2018 que trata de atividade minerária da Empresa EMPABRA, informou que a mesma não se encontra no perímetro tombado por este Instituto. Remetente do ofício: Célia Corsino - Superintendente do IPHAN em Minas Gerais

4) 904/18: Pedido de informação ao Instituto de Gestão das Águas de Minas - Igam, com a finalidade de "obter informações sobre a relação de outorgas de uso de águas subterrâneas e superficiais, incluídas as respectivas vazões outorgadas, concedidas e em vigor para os Municípios de Belo Horizonte, Sabará, Nova Lima, Raposos, Caeté e Brumadinho e informação de existência de outorga para a Mina Corumi, região do Taquaril, Serra do Curral, neste Município".

Resposta: O Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM informou que em nome da Empresa de Mineração Pau Branco S/A - EMPABRA foi identificado apenas uma Certidão de Registro de Uso Insignificante de Recurso Hídrico vigente, que autoriza uma captação de 1,0 L/s para finalidade de Umetação de Vias, no ponto de coordenadas geográficas de latitude 19°55'40,0 S e de longitude 43°51'27,0 W, conforme a certidão no Anexo A. No Anexo B encontra-se a relação das outorgas dos direitos de uso de recursos hídricos concedidas e em vigor para os municípios de Belo Horizonte, Sabará, Nova Lima, Raposos, Caeté e Brumadinho, com suas respectivas vazões outorgadas. Informou, ainda, que a relação de outorgas deferidas e indeferidas são publicadas no sítio eletrônico do IGAM, a saber: <http://www.igam.mg.gov.br/igam/outorga>, e que os processos de outorgas podem ser consultados no Sistema Integrado de Informação Ambiental - SIAM, através do acesso de visitante, no sítio eletrônico <http://www.siam.mg.gov.br>.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Remetente do ofício: Thiago Figueiredo Santana – Diretor; Marcelo da Fonseca - Chefe de Gabinete.

5. 905/18: "Convite ao Padre João, da Paróquia São Gabriel, localizada no Bairro Taquaril, e a Sra. Aida, responsável pela Associação Beneficente Cantinho da Paz, também localizada no Bairro Taquaril, para oitiva durante a reunião da Comissão, a ser realizada dia 28 de agosto de 2018, às 10 horas".

Oitiva: A Comissão ouviu o depoimento do ambientalista Arthur Nicolato, que apresentou imagens que comparam o mesmo ponto da serra entre 1996 e 2017, as quais atestam a mudança no perfil da montanha, dando fortes indícios de extração na área tombada. Ainda de acordo com Nicolato, laudo produzido pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF) aponta que a Empresa Mineradora de Pau Branco (Empabra) utilizaria como pretexto a prática de recuperação ambiental, quando na verdade vem ampliando o perímetro de mineração, inclusive no entorno dos parques da Baleia e das Mangabeiras.

Conforme esclareceu o ambientalista e representante da Associação dos Moradores do Bairro Cidade Jardim Taquaril (Amojat), Arthur Nicolato, em 1990, a Lei Orgânica do Município determinou o tombamento de todo o perímetro da Serra do Curral e todo o processo de mineração do território foi interditado. Nicolato afirma que a Empabra tem executado lavra de minério de ferro na região, não se limitando ao que lhe fora determinado pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), em 2003, quando foi ajuizada uma Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer, instando a empresa a implantar o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) com retaludamento das superfícies, implantação do sistema de drenagem e revegetação.

Licença de Operação



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ainda de acordo com Nicolato, em 2015, a Empabrá formalizou um processo de regularização ambiental para obtenção da Licença de Operação Corretiva (LOC) e, desde então, opera por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), o que permite, em quantidades limitadas, a atividade de lavra e a comercialização de minério de ferro. No entanto, conforme imagens de satélite, visitas à região e laudo técnico emitido pelo IEF, o Prad estaria sendo descumprido e a área minerada seria, supostamente, maior que a anteriormente definida, atingindo inclusive o entorno dos parques da Baleia e das Mangabeiras. O tipo de mineração praticado também seria mais profundo e com volumes superiores aos inicialmente acordados.

Arthur Nicolato afirma que não tem dúvidas de que a solicitação do plano de recuperação faz parte de uma manobra utilizada pela empresa para entrar no perímetro tombado e retirar o minério sem a devida licença. “Com a extração ilegal e desordenada praticada por esta empresa, dois cursos d’água da região foram extintos e outros dois tiveram seus cursos bastante reduzidos”, denunciou. Nicolato também advertiu sobre os prejuízos e transtornos causados pela circulação diária de cerca de 400 caminhões carregados de minério de ferro pela rodovia MG-30, que liga BH a Nova Lima. “Além de danificar a rodovia, por causa do peso, os caminhões pioram as condições do tráfego aumentando o risco de acidentes e também contribuem para a degradação da Serra do Curral, com a depressão dos lençóis freáticos e a destruição de sua paisagem, flora e fauna”, concluiu o ambientalista.

De acordo com o presidente da CPI, os trabalhos ainda estão na primeira fase das oitivas, que consiste em ouvir representantes da sociedade civil. Em seguida comparecerão representantes de órgãos governamentais e de controle e, por fim, prestarão esclarecimentos as empresas vinculadas à mineração. Ainda de acordo com o presidente, a expectativa é de que o local seja transformado em parque, no intuito de criar uma grande área de lazer para a sociedade de Belo Horizonte.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

6ª Reunião – 28/08/2018 – 10:10h - Plenário Helvécio Arantes

. Realizada com a presença dos vereadores Gilson Reis, Carlos Henrique, Rafael Martins e Catatau.

. A Comissão aprovou os seguintes requerimentos:

1) 924/18: Envio de ofício a Agência Nacional de Mineração com a finalidade de "oficiar a Agência Nacional de Mineração para que tome conhecimento sobre a instauração desta Comissão Parlamentar de Inquérito, cujos motivos se encontram na cópia do requerimento anexo".

2) 928/18: Envio de ofício ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais com a finalidade de "oficiar a Agência Nacional de Mineração para que tome conhecimento sobre a instauração desta Comissão Parlamentar de Inquérito, cujos motivos se encontram na cópia do requerimento anexo".

3) 929/18: Envio de ofício ao Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente - Caoma - com a finalidade de "oficiar a Agência Nacional de Mineração para que tome conhecimento sobre a instauração desta Comissão Parlamentar de Inquérito, cujos motivos se encontram na cópia do requerimento anexo".

4) 930/18: "Convidar o Sr. Aloísio Alves Melo, Conselheiro Fiscal da AMOVILLE - Associação dos Moradores do Bairro Ville de Montagne e representante dessa associação junto à ECO-Jambreiro e ao Movimento SOS Nova Lima, para a reunião desta Comissão, a ser realizada no dia 4 de setembro de 2018, às 10h. O convidado deverá apresentar quais as consequências do transporte de minério na região".



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

5) 931/18: "Convidar o Sr. Jurandir Persechini Cunha, representante da Associação de Moradores e Sitiantes Ecológicos do Entorno da Estrada Real, Rio Acima a Itabirito e o Sr. Benedito Ferreira Rocha, representante do Movimento Contra a Barragem de Rejeitos de Raposos, para a reunião desta Comissão, a ser realizada no dia 4 de setembro de 2018, às 10h. Os convidados deverão apresentar quais as consequências do transporte de minério na região".

6) 932/18: Envio de ofício ao Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM - com a finalidade de "oficiar o DNPM para que tome conhecimento sobre a instauração desta Comissão Parlamentar de Inquérito, cujos motivos se encontram na cópia do requerimento anexo".

7) 933/18: Pedido de informação à Secretaria Municipal de Fazenda de Belo Horizonte com a finalidade de "obter informações sobre o montante arrecadado de tributos da Empresa de Mineração Pau Branco S.A - Empabra, referente ao período de 2012 a 2018".

8) 934/18: Pedido de informação à Secretaria de Estado da fazenda de Minas Gerais com a finalidade de "obter informações sobre o montante arrecadado de tributos da Empresa de Mineração Pau Branco S.A - Empabra, referente ao período de 2012 a 2018".

9) 935/18: Envio de ofício à Empresa de Mineração Pau Branco S.A com a finalidade de "oficiar a Empresa de Mineração Pau Branco S.A para que tome conhecimento sobre a instauração desta Comissão Parlamentar de Inquérito, cujos motivos se encontram na cópia do requerimento anexo".

10) 936/18: Pedido de informação ao Instituto Estadual de Floresta do Estado de Minas Gerais - IEF – com a finalidade de "obter informações, para esclarecer, via documentos e mapas nos quais constem as coordenadas geográficas, quais são os limites territoriais do Parque Estadual da Baleia".



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Resposta: "O Instituto Estadual de Florestas (IEF) encaminhou layout/mapa elaborado pela Gerência de regularização Fundiária - GEREFE - deste Instituto, com tabela de coordenadas do limite do Parque Estadual Baleia".
Remetente do ofício: Henri Dubois Collet - diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas (IEF).

11) 937/18: Envio de ofício ao Ministério Público Federal com a finalidade de "oficiar ao Ministério Público Federal para que tome conhecimento sobre a instauração desta Comissão Parlamentar de Inquérito, cujos motivos se encontram na cópia do requerimento anexo".

Oitiva: O arquiteto urbanista e doutor em geografia, Leandro Aguiar de Souza, apresentou, à CPI da Mineração, na manhã desta terça-feira (28/8), relatório técnico que atesta os avanços e os impactos da exploração de minério na Granja Corumi, localizada na Serra do Curral. Segundo o especialista, a atividade minerária poderá trazer danos irreversíveis aos recursos hídricos da região, considerados de extrema importância para o abastecimento da Região Metropolitana e municípios vizinhos.

Com base em relatório técnico-científico produzido a partir de estudos sobre o tema por cerca de uma década, o professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, Leandro de Aguiar e Souza assegura que as atividades desenvolvidas pela Empresa de Pau Branco (Empabra) apontam para um cenário de efetiva e intensiva exploração minerária, sem apresentar nenhum dado consistente que justifique a retirada de material nesta magnitude.

Mineração e hidrografia

De acordo com Leandro de Aguiar e Souza, a mineração na Serra do Curral tem causado sérios impactos, pois quase sempre o desenvolvimento da atividade implica na supressão de vegetação, na exposição do solo aos



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

processos erosivos, provocando alterações na quantidade e na qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Dentro da área que abrange os limites da Granja Corumi, estudos apontam que a mineração alterou o perfil do solo e reduziu a capacidade de armazenamento de água de um afluente de grande importância hídrica, responsável pela recarga de todas as nascentes do Córrego do Baleia. Além disso, a intervenção também teria impactado o Córrego do Taquaril, com significativa alteração do volume de água.

Conforme explica o especialista, o avanço da mineração ameaça o abastecimento de água da Região Metropolitana de Belo Horizonte e de várias cidades do entorno. “A preservação de toda esta área é fundamental para proteger esses mananciais e, quando a mineração atingir o lençol freático, várias comunidades ficarão sem água, ocasionando danos irreversíveis para toda a sociedade”, afirmou Souza.

O especialista disse ainda que a Mina Corumi é um empreendimento irregular e que possui pelo menos quatro problemas que não podem ser sanados. Apresentou imagens tiradas em 2014 e em 2018 e comentou que houve um rebaixamento do terreno da ordem de 30 e 40 metros nas faces sul e norte da cava de mineração. Negou que esse rebaixamento seja justificado para a realização de ações de recuperação de áreas degradadas.

Como exemplo, afirmou que a Empabra atuou, durante determinado período, com base em Termo de Ajustamento de Conduta - TAC - e que não existe justificativa técnica para que um TAC substitua um licenciamento ambiental.

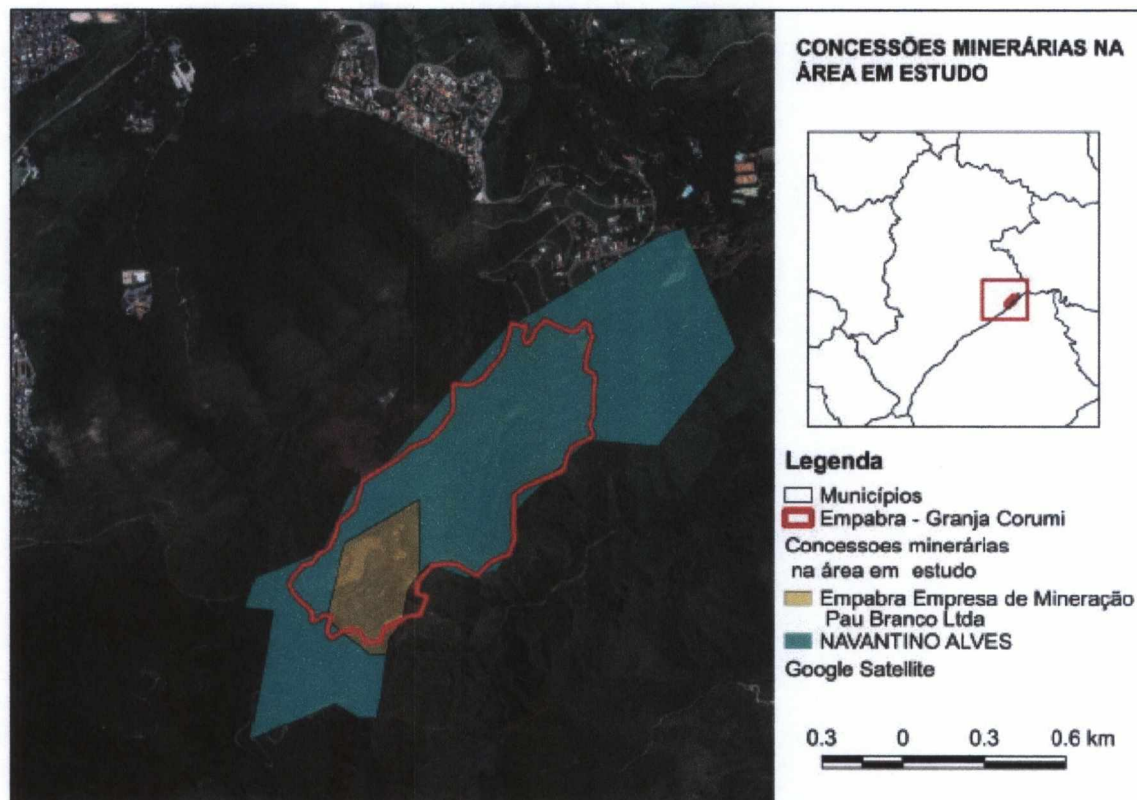
Disse que o argumento da empresa é de que a concessão de lavra é anterior ao tombamento e afirmou que a concessão não garante o direito a operação da atividade minerária e que esta depende dos devidos licenciamentos. Sobre os direitos minerários, afirmou que há indícios de que a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

empresa esteja minerando fora do polígono aprovado pelo DNPM, conforme indicado no mapa por ele apresentado que reproduzimos a seguir:

Figura 4: Concessões minerárias na área em estudo



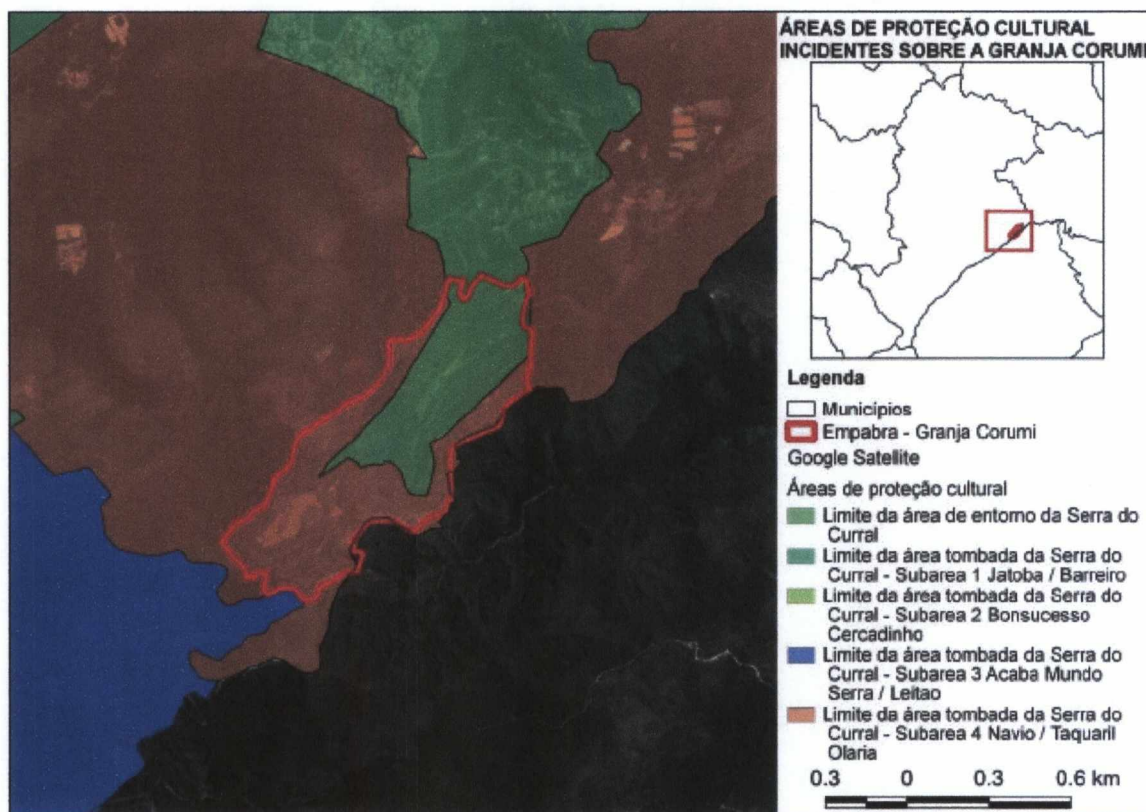
Fonte: elaboração própria a partir de SIGMINE, 2018.

O professor ainda apresentou imagens de satélite indicando os limites das áreas de proteção cultural incidentes sobre a Serra do Curral. Disse que a atividade da Empabrá está dentro da área tombada pelo Município, na denominada Sub-área 4, e que deveria ser integralmente preservada.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Figura 6: Áreas de proteção cultural incidentes sobre a Granja Corumi



Fonte: elaboração própria a partir de CDPCM-BH, 2003.

Plano de recuperação

A Empabra atua na região e é responsável pelo Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) executado desde 2013. A atividade consistia em revegetar e revitalizar o local, que conviveu com exploração de minério de ferro por quatro décadas. Leandro de Aguiar e Souza explica que, recentemente, a área foi objeto de um novo PRAD, o que permitiu um tipo específico de mineração, de forma a reverter o recurso financeiro arrecadado na própria recuperação. Entretanto, Souza esclarece que a empresa tem explorado acima da quantia estabelecida, além de ter degradado ainda mais a paisagem e estar em processo de expansão de sua atuação para além do perímetro estabelecido no plano.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Diante das irregularidades, a empresa teria sido multada em 2015, tendo todas as suas atividades paralisadas. Nesse período, a mineradora iniciou o processo de licenciamento ambiental junto ao poder público estadual, com a solicitação da Licença de Operação Corretiva (LOC) e, enquanto aguardava que o documento fosse emitido, conseguiu autorização para continuar lavrando a área com a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) junto ao Ministério Público de Minas Gerais. Souza considera que esta seria “outra grave irregularidade, pois o TAC não poderia substituir a licença ambiental exigida junto à instância competente”.

O presidente da comissão afirmou que a forma de extração irresponsável que vem sendo praticada por estas minerações traz uma grande responsabilidade para a CPI, já que os primeiros depoimentos apontam que as irregularidades cometidas pela Empabra podem ser ainda maiores. Além disso, os membros da CPI puderam atestar que a maior parte da área sob responsabilidade da Empabra não estaria sendo recuperada e que sua degradação estaria se ampliando com as atividades minerárias.

O presidente agradeceu a presença de Leandro de Aguiar e Souza e lembrou que foi realizada na última semana uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - ALMG - em que o Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam - informou que não existe um plano hídrico da Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH - e que esse estudo está sem previsão de conclusão. Disse que a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa - informou que a RMBH vive seis anos de poucas chuvas e ressaltou que o Igam informou que as licenças de captação de água na região estio acima da capacidade existente.

7ª Reunião – 04/09/2018 – 10:20h - Plenário Helvécio Arantes

. Realizada com a presença dos vereadores Gilson Reis, Carlos Henrique, Edmar Branco, Fernando Borja, Rafael Martins e Catatau.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

. A Comissão aprovou os seguintes requerimentos:

1) 951/18: "Convidar o Sr. Laerte Gonçalves, Presidente da Associação dos Moradores da Vila Acaba Mundo, para a reunião a ser realizada no dia 11 de setembro de 2018, às 10h, para que apresente as consequências que a atividade minerária traz para os moradores da região.

2) 952/18: "Convidar o Sr. Wathos Moll Santos, representante dos empregados da Mina Corumi, para a reunião a ser realizada no dia 18 de setembro de 2018, às 10h, para que apresente a situação de empregabilidade da empresa e das comunidades diretamente atingidas pelo empreendimento".

3) 953/18: "Convidar o Sr. Sebastião Alves de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Empregados – Metabase-BH, para a reunião a ser realizada no dia 18 de setembro de 2018, às 10h, para que apresente a situação de empregabilidade da empresa e das comunidades diretamente atingidas pelo empreendimento".

4) 954/18: "Convidar o Sr. Geraldo Vieira dos Santos, Presidente da Associação Comunitária Castanheiras, para a oitiva a ser realizada no dia 11 de setembro de 2018, às 10h, para discorrer sobre o impacto da mineração nas comunidades do entorno dela, durante a reunião desta Comissão".

Oitiva: Com características de avenida urbana, a MG-030, rodovia que liga Belo Horizonte a Nova Lima, recebe diariamente centenas de carretas carregadas de minério escoado da Mina Granja Corumi, localizada no Bairro Taquaril, Região Leste. Ambientalistas afirmam que a Empresa de Mineração Pau Branco (Empabre) ignorou a proibição do transporte da carga neste percurso que, além de danificar a rodovia, piora as condições do tráfego local e aumenta o risco de acidentes na região.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Conforme explica o representante da Associação dos Moradores do Bairro Ville de Montagne, Aloísio Alves Melo, o itinerário inicialmente proposto pela Empresa de Mineração Pau Branco (Empabra) para o escoamento de minério da Mina Corumi, referente a um Programa de Recuperação de Área Degradada (Prad), foi alterado unilateralmente pela empresa, que passou a utilizar a rodovia MG-030, que liga Belo Horizonte a Nova Lima. Em 2016, por determinação da Justiça, a Empabra ficou impedida de utilizar a rodovia, sob a alegação de que o tráfego desses caminhões no trecho em questão causam impactos ao meio ambiente e à mobilidade urbana, sendo preciso licença, autorização e estudo de impacto ambiental para atestar ou não a viabilidade do transporte da carga no percurso.

No entanto, de acordo com Melo, as carretas continuam a trafegar não somente durante o dia, mas principalmente à noite, em verdadeiros comboios de cerca de 240 veículos por dia, carregados com 25 toneladas de minério, em velocidade incompatível com a rodovia. “Além de danificar a rodovia, este tráfego excessivo de carretas carregadas traz riscos iminentes de acidentes na pista que é íngreme, estreita e sem acostamento” concluiu Aloísio Melo.

Danos às residências

Representante do Movimento Contra a Barragem de Rejeitos de Raposos, Benedito Ferreira Rocha considera que a Rodovia MG-030 já se tornou uma grande via urbana em razão da diversidade de ocupação adjacente à estrada. Rocha conta que o peso dos caminhões carregados provoca trepidações, que causam rachaduras e danificam a estrutura das residências e demais construções que estão à beira da rodovia.

Com a expansão urbana na região, Rocha também apontou outros perigos inerentes ao trânsito de carretas de minério na via, como o alto risco de atropelamentos e o nível de poluição. Além das residências, também estão localizadas às margens da rodovia escolas, centro de saúde e estabelecimentos



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

comerciais, que contribuem para o aumento da circulação de pedestres e de outros veículos. “A condição de termos que conviver com carretas carregadas e em alta velocidade torna a rodovia altamente perigosa, o que realmente é uma tragédia anunciada”, defendeu Rocha.

Em defesa da Estrada Real

Representante da Associação de Moradores e Sitiantes Ecológicos do Entorno da Estrada Real, Rio Acima e Itabirito, Jurandir Persichinni Cunha relatou aos membros da comissão que teve, recentemente, sua propriedade roubada e incendiada. Cunha explicou que vive no local há mais de 40 anos e que os atos criminosos podem estar ligados ao fato de ser defensor de trecho da Estrada Real que corta região, área que estaria na mira de empresas mineradoras. O ambientalista ainda informou que tem enviado ao Ministério Público, à Ouvidoria da Polícia Militar, à Secretaria de Estado de Defesa Social e às Delegacias de Polícia locais, pedidos de investigação quanto às invasões, registrados em inúmeros de boletins de ocorrência.

“Toda aquela região sofre com a especulação imobiliária e a exploração minerária. Há ambientalistas que já foram assaltados mais de sete vezes. O setor minerário quer legalizar como locais de lavra todo o território de Rio Acima”, declarou. Cunha também denunciou que algumas empresas pretendem construir uma barragem de rejeitos muito maior que a de Fundão, que se rompeu no município de Mariana, há quase três anos.

8ª Reunião – 11/09/2018 – 10:23h – Hall da Presidência

. Realizada com a presença dos vereadores Gilson Reis, Carlos Henrique, Edmar Branco, Irlan Malo e Catatau.

. A Comissão aprovou os seguintes requerimentos:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1) 976/18: Pedido de informação à Empresa Pau Branco - Empabra - com a finalidade de “obter informações sobre as medidas mitigadoras ou compensatórias adotadas por esta, no que se refere ao transporte de minério na região de Nova Lima, Raposos, Rio Acima e Belo Horizonte”.

Resposta: Foram prestadas as informações solicitadas, tendo sido elencadas, ponto a ponto, as medidas mitigatórias ou compensatórias adotadas no que se refere ao transporte de minério realizado na região de Belo Horizonte, Nova Lima, Rio Acima e Raposos. Remetente do ofício: Empabra - Empresa de Mineração Pau Branco Ltda.

2) 977/18: “Solicitar parecer da Procuradoria desta Câmara que contenha orientações sobre o procedimento a ser adotado com relação aos documentos sigilosos que chegarão à CPI e que estarão sob esta rubrica”.

Resposta: A Procuradoria da Câmara Municipal de Belo Horizonte encaminhou o Parecer PROLEG n.º 58/2017, exarado em razão de requerimento semelhante formulado no seio da CPI PBH Ativos, em que a PROLEG já se manifestou quanto à questão objeto de consulta. Remetente do ofício: Cláudio Hamilton Lara Meirelles - Procurador-Geral Adjunto

3) 980/18: Pedido de informação à Secretaria de Saúde do Município de Raposos, Secretaria de Saúde do Município de Rio Acima e Secretaria de Saúde do Município de Nova Lima com a finalidade de “obter informações sobre a incidência de doenças cuja origem tenha relação com o transporte de minério realizado nas vias que atendem aos respectivos municípios, principalmente a partir do ano de 2012, tendo em vista o início da atividade minerária da Empresa de Mineração Pau Branco S.A - Embrapa. Na resposta enviada pela Secretaria de Saúde do Município de Raposos devem vir especificados os dados relativos à região do Galo Velho”.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

RESPOSTA: A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Lima informou que o município possui como única atividade extrativista o minério, desta forma, a Divisão em Saúde do Trabalhador, conjuntamente com o Centro de Pneumologia, situado no Hospital Nossa Senhora de Lourdes, realiza o levantamento dos trabalhadores da mineração diagnosticados com problemas respiratórios e, posteriormente, notificados como portadores de pneumoconiose, sendo trabalhadores residentes do município de Nova Lima. Apresentou o seguinte quantitativo de notificações de pneumoconiose entre os anos de 2012 a 19 de setembro de 2018:

ANO	QUANTITATIVO DE NOTIFICAÇÕES
2012	19
2013	03
2014	43
2015	99
2016	32
2017	212
2018	183

Ressaltou ainda que estes casos envolvem doenças respiratórias com diagnóstico de pneumoconiose, doença diretamente relacionada a inalações de poeiras inorgânicas, e que não é possível distinguir se a origem se deu por força do trabalho em mineração, ou pelo contato próximo e diário com os caminhões responsáveis pelo transporte do minério. Remetente do ofício: José Roberto Lintz Machado - Secretário Municipal de Saúde de Nova Lima

Resposta: O transporte de minério a que se refere o requerimento não transita no núcleo urbano do município. Não consta, na Secretaria Municipal de Saúde, estatística indicando o aumento do número de doenças cuja origem possa ter relação com o transporte de minério. Remetente do ofício: Márcio Flávio Barbosa - Secretário Municipal de Saúde - Prefeitura de Rio Acima



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

4) 981/18: Pedido de informação ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT - e ao Departamento de Edificações de Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DEERMG - com a finalidade de “obter informações sobre o número de acidentes envolvendo caminhões de transporte de minério, a partir do ano de 2012, nas estradas que ligam Belo Horizonte a Raposos, Rio Acima e Nova Lima. Na resposta deve vir discriminado o número de mortes e de lesão corporal decorrentes dos acidentes”.

Resposta: O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) informa que as rodovias que ligam os Municípios de Belo Horizonte, Nova Lima, Rio Acima e Raposos são, respectivamente, a MG-030 e a AMG-150. As referidas rodovias estão sob responsabilidade do Governo de Minas Gerais e são administradas pelo Departamento Estadual de Edificação de Estradas de Rodagem DEER/MG. Por se tratar de estatísticas de acidentes, o DNIT sugere que a presente demanda seja encaminhada à Polícia Rodoviária Estadual do Estado de Minas Gerais. Remetente do ofício: Fabiano Martins Cunha - Superintendente Regional do Estado de Minas Gerais.

Resposta: Os trechos rodoviários sob a responsabilidade do Estado de Minas Gerais que ligam os municípios de Belo Horizonte, Nova Lima, Raposos e Rio Acima são a MG0150 (km 0,0 ao km 6,2) e a MG030 (km 10 ao km 39,0). Para os segmentos em questão, constam do banco de dados de acidentes do DEER-MG somente registros para o trecho da MG030, sendo que o sistema não possui informações específicas sobre o número de acidentes relacionados a caminhões de transporte de minério. Há no sistema o relatório "Distribuição dos acidentes por gravidade", no qual as ocorrências são divididas por tipo de veículo (motos, ônibus, automóveis, veículos de carga e outros). Constam anexos ao ofício de resposta os relatórios com as estatísticas de acidentes referentes à rodovia MG030. Remetente do ofício: Engº Davidsson Canesso de Oliveira - Diretor Geral do DEER-MG



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

5) 982/18: Pedido de informação à Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - com a finalidade de “esclarecer à Comissão sobre os riscos físicos que podem ser trazidos pela atividade minerária ao Túnel do Taquaril onde passa uma adutora em canal aberto, além de informar também sobre os riscos de contaminação por esta atividade que podem incidir sobre as águas nascentes dentro do túnel e que precipitam sobre a adutora”.

Resposta: A COPASA informou que qualquer tipo de atividade a ser desenvolvida no entorno do Túnel do Taquaril, município de Belo Horizonte, onde está implantada a adutora de água tratada responsável pelo abastecimento de água de 63% do município de Belo Horizonte e, ainda, de 100% de Raposos, Nova Lima, Sabará e Santa Luzia, deve ser analisada com muita cautela. No entanto, esclareceu que a Mineração Pau Branco (EMPABRA) está localizada geograficamente no município de Belo Horizonte e suas atividades minerárias estão fora da área de servidão da adutora. Remetente do ofício: Rômulo Thomaz Perilli - Diretor de Operação Metropolitana

Oitiva: O Padre João, que atua há 24 anos na Paróquia São Gabriel, explicou que não defende todas as mineradoras, mas chamou atenção para os impactos negativos da paralisação das atividades: “Eu acho que mandaram desligar os motores de um avião em pleno voo, decidiram parar a mineradora, mais de 300 pessoas perderam o emprego, e agora? Devem investigar se (a mineradora) está dentro da lei para depois decidir. Mineradoras geram empregos também”. Padre João contou que a igreja tem vários projetos sociais, como duas creches em tempo integral (totalizando mais de 265 crianças atendidas), uma escola integral para estudantes de 6 a 14 anos e o Projeto Arte na Saúde, de artesanato para pessoas com deficiência. Segundo ele, a Pau Branco ajuda nos projetos – inclusive a reforma de uma das creches, localizada no Bairro Sagrada Família, teria sido paga por ela, com R\$ 6 mil em recursos. Embora salientando que “a empresa tem muitas propostas, mas está impedida”, ele defendeu a responsabilização em relação a possíveis erros da mineradora.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Projetos sociais

Aída de Jesus, que há 12 anos atua no Taquaril, em uma creche e uma pré-escola, ambas de ensino integral, concordou com o padre em relação à perda de empregos e de apoio a projetos. Ela afirmou que a entidade onde trabalha é assistida por doações, e que a Pau Branco é a única parceria atual. Questionada se a empresa tem feito contato com ela, respondeu: “Tenho uma boa relação com a empresa e eles têm nos dado suporte. Eles têm contato comigo sempre. Mas nos últimos dias não fazem contatos, porque foram impedidos”. A convidada salientou, assim como Padre João, que não está defendendo mineradoras e não pode opinar em relação a questões técnicas, por não entender de mineração. “Mas não precisa ser técnico para saber que toda mineração causa impacto. Causa impacto, mas traz emprego”, afirmou, salientando que devem ser tomadas medidas cabíveis caso a mineradora esteja cometendo irregularidades.

Os convidados foram informados, no âmbito da CPI, que existem três ações na Justiça contra a Empabra, um delas de autoria do Ministério Público, e que os parlamentares estão investigando todas as questões envolvidas antes de tomar quaisquer posicionamentos. “A CPI não fechou a empresa. Estamos investigando, não estamos condenando ninguém ainda. Quem fechou a empresa até o momento foi o Governo do Estado”, lembrou o vereador e relator da CPI, Carlos Henrique.

9ª Reunião – 18/09/2018 – 10:23h – Plenário Helvécio Arantes

. Realizada com a presença dos vereadores Gilson Reis, Carlos Henrique, Edmar Branco e Rafael Martins.

. A Comissão aprovou os seguintes requerimentos:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1) 999/18: “Convidar a Sra. Marta de Freitas, representante da Ação Sindical Mineral, e o Sr. Lourival Araújo Andrade, representante do Instituto Brasileiro de Educação, Integração e Desenvolvimento Social - Rede Ibeids, para oitiva a ser realizada no dia 18 de setembro de 2018, às 10 horas, durante a reunião desta comissão. Os convidados deverão apresentar para os presentes quais os resultados produzidos pela mineração no que tange aos empregados e empregabilidade nas cidades onde atua”.

2) 1.000/18: Juntada de documentos na Comissão Parlamentar de Inquérito - Mineração na Serra do Curral, com a finalidade de juntar cópia da Carta Encíclica Laudato Si, do Papa Francisco, sobre o Cuidado da Casa Comum.

Oitiva: O representante dos empregados da Mina Corumi, Wathos Moll Santos não soube precisar quantos empregados diretos estão lotados no empreendimento e nem o número de demitidos, nem tampouco os terceirizados ou prestadores de serviço ligados à empresa.

Já o presidente do Sindicato dos Empregados - Metabase-BH, Sebastião Alves de Oliveira disse que dos cerca de 400 trabalhadores diretos e terceirizados da Empresa de Mineração Pau-Branco (Empabra), que atuavam na área conhecida como Granja Corumi, na região do Taquaril, cerca de 375 foram demitidos após as atividades minerárias terem sido suspensas. Para ouvir os representantes dos trabalhadores acerca da situação dos funcionários desligados e em atividade, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Mineração na Serra do Curral realizou oitivas na manhã da terça-feira (18/9). Diante da informação prestada pelo presidente do Sindicato de que a organização dos trabalhadores não acionou o Ministério Público do Trabalho (MPT), mesmo com a demissão em massa na Granja Corumi, a CPI solicitou que seja agendada uma reunião com o MPT para assegurar os direitos dos trabalhadores. O presidente da CPI afirmou que demissões em massa no Brasil podem ser consideradas ilegais.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O presidente do Sindicato dos Empregados - Metabase-BH, quando questionado sobre por que não acionou o Ministério Público do Trabalho diante da dispensa coletiva de trabalhadores, afirmou considerar que a obrigação de garantir a sobrevivência dos demitidos é do Estado e não dos empregadores. Ele, que está há 30 anos na atividade sindical e há 14 é presidente do Sindicato, alegou, ainda, que na iniciativa privada não existe estabilidade no emprego. O presidente da CPI afirmou, diante dessas declarações, que irá agendar uma reunião com o Ministério Público do Trabalho com vistas a garantir os direitos dos trabalhadores e afirmou que, no Brasil, a demissão em massa pode ser considerada arbitrária e que, portanto, deve-se buscar alternativas às dispensas promovidas pela Empabrah, de modo a que seja garantida a manutenção dos empregos. O presidente da CPI lembrou, ainda, que a mineradora demitiu os empregados mesmo tendo lucrado milhões com suas atividades extrativistas.

Doenças do trabalho

Os trabalhadores da mineração são os que mais adoecem no Brasil. Durante a reunião da CPI, foi informado que cerca de 25% das doenças do trabalho no Brasil acontecem no setor da mineração. Diante desses dados, a CPI irá solicitar ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Ministério do Trabalho e ao Centro de Referência Regional de Saúde do Trabalhador dados acerca do adoecimento de trabalhadores na Mina Corumi.

O representante da Rede Instituto Brasileiro de Educação, Integração e Desenvolvimento Social (IBEIDS), Lourival Araújo Andrade, afirmou que, por diversas vezes, as mineradoras sonegam informações acerca da riqueza mineral que efetivamente extraem. Além disso, ele afirma que apenas uma pequena parcela dos ganhos das empresas é revertida para pagamento das remunerações dos trabalhadores. De acordo com o Metabase – BH, o piso salarial dos trabalhadores da mineração atualmente é de R\$1.314,00.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Crise econômica

De acordo com o representante da Rede IBEIDS, a crise econômica fez com que das cerca de 30 mil minas existentes no Brasil, 8.500 fossem desativadas. Além disso, enquanto em 2015 havia 365 mil trabalhadores diretos contratados na mineração e 1 milhão de terceirizados, há, atualmente, 200 mil trabalhadores diretos e 600 mil terceirizados. Lourival Araújo Andrade também defendeu a existência de mais Comissões Parlamentares de Inquérito para tratar da questão da mineração. Segundo ele, iniciativas como a da Câmara Municipal de Belo Horizonte não prosperam em outras Casas Legislativas uma vez que campanhas políticas são financiadas pela mineração.

A representante da Ação Sindical Mineral, Marta de Freitas, defendeu a adoção de um novo modelo de mineração no país, que respeite os direitos sociais e humanos. Segundo ela, o clima de Belo Horizonte mudou em decorrência da “exploração sem limites” da mineração. Ela também chamou a atenção para a possibilidade de comprometimento do abastecimento de água da Região Metropolitana de Belo Horizonte em decorrência da mineração. A sindicalista também criticou as multas que incidem sobre as mineradoras em caso de descumprimento da legislação, pois, segundo ela, tais multas seriam irrisórias diante do lucro das empresas.

10ª Reunião – 25/09/2018 – 10:30h - Plenário Helvécio Arantes

. Reunião com a presença dos vereadores Gilson Reis e Carlos Henrique.

. Reunião encerrada por falta de quórum.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

. Deixaram de ser apreciados os seguintes assuntos pertinentes à comissão: Respostas a requerimentos e indicações da comissão: Ofícios em resposta aos requerimentos de comissão n°s 884 e 981/18.

11ª Reunião – 02/10/2018 – 10:30h - Plenário Helvécio Arantes

. Reunião com a presença dos vereadores Gilson Reis, Carlos Henrique e Irlan Melo.

. Reunião encerrada por falta de quórum.

. Deixaram ser apreciados os seguintes assuntos pertinentes à comissão: requerimentos de comissão n°s 1.033, 1.034, 1.035, 1.036, 1.037, 1.038, 1.039, 1.040 e 1.041/18; ofícios em resposta aos requerimentos de comissão n°s 884, 885, 902, 904 e 981/18; entrega de parecer elaborado pela Procuradoria da Câmara Municipal de Belo Horizonte referente ao Requerimento de Comissão n° 977/18.

12ª Reunião – 09/10/2018 – 10:30h - Plenário Helvécio Arantes

. Reunião com a presença dos vereadores Gilson Reis, Carlos Henrique e Rafael Martins.

. Reunião encerrada por falta de quórum.

. Deixaram de ser apreciados os seguintes assuntos pertinentes à comissão: requerimentos de comissão n°s 1.033, 1.034, 1.035, 1.039, 1.040, 1.041, 1.051 e 1.055/18; Respostas aos requerimentos de comissão n°s 884, 885, 902, 904, 936, 981/18; Entrega de parecer elaborado pela Procuradoria da Câmara Municipal de Belo Horizonte referente ao Requerimento de Comissão n° 977/18.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

3ª Reunião Ad Referendum – 09/10/2018 – 10:35h - Plenário Helvécio Arantes

. Realizada com a presença dos vereadores Gilson Reis, Carlos Henrique, Rafael Martins e Juliano Lopes.

. A Comissão decidiu pela aprovação dos Requerimentos de Comissão nsº:

1) 1033/18, que "Convida o Sr. Sérgio Augusto Domingues, Presidente da Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica, para a reunião desta Comissão, a ser realizada no dia 16 de outubro de 2018, às 10:00. O convidado deverá apresentar para os presentes os impactos causados pela mineração no Parque Municipal do Mangabeiras".

2) 1.034/18 - "Convidar a Sra. Kátia Bogéa, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, para a reunião desta Comissão, a ser realizada no dia 9 de Outubro de 2018, às 10:00. A convidada deverá apresentar para os presentes as razões pelas quais foram alterados o perímetro de tombamento da Serra do Curral e demais questões pertinentes ao caso".

3) 1035/18 - "Convidar o Sr. Rodrigo Ribas, Superintendente da Superintendência de Projetos Prioritários - Suppri, órgão da Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais, para a reunião desta Comissão, a ser realizada no dia 23 de outubro de 2018, às 10:00. O convidado deverá apresentar para os presentes os impactos causados pela mineração em Belo Horizonte e região metropolitana e a atuação do Estado de Minas Gerais no que se refere à fiscalização dessa atividade, em especial sobre a Empresa de Mineração Pau Branco S.A. - Empabrá".



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

4) 1039/18 - "Convidar o Sr. Mário Wemeck, Secretário do Meio Ambiente do Município de Belo Horizonte, para a reunião desta Comissão, a ser realizada no dia 09 de outubro de 2018, às 10h. para os presentes as razões para a realização do TAC realizado entre o Município e a Empresa de Mineração Pau Branco. S.A - Empabra, além de outros temas correlatos". Autoria: vereadores Carlos Henrique, Catatau, Gilson Reis e Rafael Mastins. Adiada a apreciação.

5) 1040/18 - "Convidar o Sr. Germano Luiz Gomos Vieira, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais - Semad, para reunião desta Comissão, a ser realizada no dia 30 de outubro de 2018, às 10h. O convidado deverá apresentar para os presentes os impactos causados pela mineração em Belo Horizonte e região Metropolitana e a atuação do Estado de Minas Gerais no que se refere à fiscalização dessa atividade, em especial sobre a Empresa de Mineração Pau Branco S.A – Empabra"

6) 1041/18 - Pedido de informação à Empresa de Mineração Pau Branco S.A. - Empabra com a finalidade de "obter informações sobre quantos empregados são contratados como terceirizados por ela, bem como informar quais as funções são exercidas pelos terceirizados".

Resposta: Foi apresentada tabela que relaciona a função exercida e a quantidade de funcionários terceirizados. No total, são doze funcionários terceirizados, sendo um pedreiro, um encarregado de meio ambiente, um encarregado de obra, um motorista operador, seis serventes, um ejetador e um engenheiro civil. Cabe destacar, ainda, que, após a paralisação das atividades na Empabra, restaram apenas os terceirizados que prestam serviços relacionados à recuperação ambiental. Remetente do ofício: Empabra - Empresa de Mineração Pau Branco Ltda.

7) 1051/18 - Pedido de informação ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de Minas Gerais - IEPHA com a finalidade de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

"obter esclarecimentos sobre o histórico das providências tomadas pelo instituto no que se refere ao tombamento da Serra do Curral, inclusive no que se refere ao processo iniciado em 2011".

Resposta: O termo de abertura e autuação do processo para tombamento do conjunto histórico e paisagístico da Serra do Curral foi lavrado no dia 29 de junho de 2018. Os estudos técnicos necessários à identificação dos valores culturais, à delimitação das áreas de proteção e à definição das diretrizes para intervenção encontram-se em licitação, com expectativa de contratação ainda este ano. Consta do projeto básico do edital o prazo de 360 dias para completa execução do objeto contratado. Remetente do ofício: Michele Abreu Arroyo - Presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

8) 1055/18 - "Cancelar a solicitação de envio de ofício a todas as Instituições de Ensino Superior da Capital e RMBH, aprovada pelo Requerimento de Comissão nº 850/18"

9) 1060/18 - Pedido de informação à Empresa de Mineração Pau Branco S.A - Empabra para "solicitar, em complemento à resposta do Requerimento nº 885/201 8, documentos referentes aos últimos levantamentos topográficos/planialtimétricos, a partir de 2013, para que se possa acompanhar a evolução das atividades realizadas pela empresa na Mina Corumi, Serra do Curral".

Resposta: As informações referentes aos levantamentos topográficos/planialtimétricos, a partir de 2013, foram prestadas, em meio digital. Remetente do ofício: Empabra - Empresa de Mineração Pau Branco Ltda.

10) 1061/18 - "Sugerir sejam convidados Jeanine Oliveira, representante do Instituto Guaicuy SOS Rio das Velhas; Rodrigo Salva Lemos, representante do Instituto Pé de Urucum; Paulo César Horta Rodrigues,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

representante do Centro de Desenvolvimento de Tecnologia de Energia Nuclear e Unidade Global, para a reunião da Comissão a se realizar em 15/10/18, às 10 horas, para que apresentem as consequências que a atividade minerária traz para o abastecimento de água em Belo Horizonte e região metropolitana"

13ª Reunião – 15/10/2018 – 10:23h - Plenário Helvécio Arantes

. Reunião com a presença do vereador Gilson Reis.

. Reunião encerrada por falta de quórum.

. Deixaram de ser realizadas as oitivas da representante do Instituto Guiaçuy SOS Rio das Velhas, Jeanine Oliveira; do representante do Instituto Pé de Urucum, Rodrigo Silva Lemos; e do representante do Centro de Desenvolvimento de Tecnologia de Energia Nuclear e Unidade Global, Paulo César Horta Rodrigues.

14ª Reunião – 16/10/2018 – 10:31h - Plenário Helvécio Arantes

. Reunião com a presença dos vereadores Gilson Reis, Edmar Branco e Juliano Lopes.

. Reunião encerrada por falta de quórum.

. Deixaram de ser apreciados os seguintes assuntos pertinentes à comissão: a) a oitiva do presidente da Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica, Sérgio Augusto Domingues; b) a oitiva da gerente do Parque Estadual da Baleia, Luísa Cristina de Almeida; c) a comunicação da resposta ao Requerimento de Comissão nº 980/18.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

4ª Reunião Ad Referendum – 16/10/2018 – 10:36h - Plenário Amynthas de Barros

. Realizada com a presença dos vereadores Gilson Reis, Carlos Henrique, Rafael Martins, Edmar Branco e Catatau.

. A Comissão decidiu pela aprovação do Requerimento de Comissão nº **1077/18**, que solicita à Empabra S.A. "informações sobre os dados de monitoramento de recursos hídricos superficiais (vertedouros) e subterrâneos(piezômetros) realizados na Serra do Curral desde o início da atividade minerária realizada neste local".

Resposta: A EMPABRA destacou que pelo fato do processo de beneficiamento do minério ser a seco e na área onde se localiza o empreendimento não haver nenhum afloramento hídrico, não se fez necessário monitoramentos subterrâneos de água. Sendo assim, os relatórios enviados em anexo referem-se somente aos pontos de monitoramento dos recursos hídricos superficiais (vertedouro). Remetente do ofício: EMPABRA - Empresa de Mineração Pau Branco.

. **Oitiva:** Com o presidente da Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica de Belo Horizonte, Sérgio Augusto Domingues. A oitiva ocorreu no Plenário Helvécio Arantes e enfocou os impactos da mineração sobre os parques urbanos vizinhos à atividade/mina. Durante o evento, foi aprovado requerimento que solicita à mineradora Pau Branco – Empabra S.A. dados sobre monitoramento de recursos hídricos superficiais e subterrâneos realizados na Serra do Curral desde o início da atividade minerária no local. O presidente da Fundação também falou sobre plano de manejo dos parques.

“Temos que lutar para que mineradoras deem garantia de recuperação e regeneração das áreas afetadas, mas não podemos evitar a atividade



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

mineradora”, afirmou Domingues. Ele apresentou um breve panorama da situação das minas/empresas e dos parques no chamado por ele de “cinturão verde”, uma área de 315 hectares que engloba os parques Mangabeiras, Parque da Serra do Curral e Parque Fort Lauderdale (em implantação), fazendo divisa com as empresas mineradoras Magnesita/Lagoa Seca (Oeste), Vale/MBR (Sul) e Empabro (Leste).

Domingues citou alguns impactos genéricos causados pela atividade minerária, como degradação visual, danos associados a ruídos, contaminação das águas e diminuição do volume de nascentes. “Esses impactos são reais, mas, para mensurá-los, dependemos de estudos mais específicos”, esclareceu. O trabalho conjunto com as empresas de mineração em ações de prevenção a incêndios também foi lembrado: “nosso maior esforço é dialogar com as mineradoras”, afirmou.

O representante da PBH disse não existir análise específica sobre danos ambientais relacionados aos parques municipais, mas, segundo ele, a Fundação prometeu à Prefeitura um plano de manejo para esses espaços. Sobre o planejamento, o presidente da Fundação explicou que uma das ideias é categorizar os parques com notas de 1 a 5 (em relação à relevância), levando em conta os critérios área, permeabilidade, uso público e serviços ambientais prestados. “Precisamos entender a vocação de cada parque. Cada um deles precisa de um roteiro diferente de manejo”, pontuou Domingues.

Mineradoras e minas

O convidado forneceu algumas informações sobre as empresas/minas em atividade ou em processo de descomissionamento (fechamento) na Serra do Curral. De acordo com ele, a Mina da Magnesita, ainda em atividade, necessita de recuperação ambiental, pois a mineração no local pode ocasionar problemas principalmente em épocas de chuvas (voçorocas). Já a Mina de Lagoa Seca está em processo de descomissionamento. Sobre a atividade no local,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Domingues acrescentou que o Parque Estadual da Baleia (que tem área abrangida pela mineração) foi o mais afetado. Para a recuperação ambiental na região, seria necessário fazer um talude, que avançaria sobre o Parque; um plano de preservação e combate a incêndios está em curso. A Vale/MBR também está em fase de descomissionamento e assinou, junto ao Ministério Público, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) de R\$ 2 milhões por desmoronamento de terra e gastou outros R\$ 9 milhões para fazer retaludamento. A empresa também está desenvolvendo projeto de prevenção de incêndios na Serra do Curral.

Domingues manifestou ainda sua preocupação com o Plano de Recuperação da Área Degradada - Prad, executado pela Empabra S.A., explicando que, para fazer os taludes, ela terá de destruir terreno que faz parte do Parque da Baleia. Disse que a atividade nessa mina atingiu o ecossistema do Parque das Mangabeiras, pois não houve, na área utilizada na mineração, um programa de resgate das espécies vegetais, como as canelas-de-ema, bromélias e orquídeas. Exibiu outra foto, identificando trecho de estrada que separa o Parque das Mangabeiras e a Mina Granja Corumi. Afirmou que a Empabra S.A. promove atividades naquele local sem indicar sinalização e sem promover obras de infraestrutura no local da extração minerária. Disse que a estrada estava sofrendo danos, o que foi informado aos representantes da Empabra S.A., ressaltando o fato de que essa estrada serve ao Parque das Mangabeiras como acesso para que os brigadistas cheguem ao Pico Belo Horizonte para apagar focos de incêndio. Disse que não foram realizadas obras pela mineradora no local, para compensar os danos que a atividade minerária estava causando à estrada. Informou que a Fundação não foi comunicada pela Empabra S.A. dessa atividade nos limites do Parque das Mangabeiras e que inexistiu consentimento da entidade para que houvesse intervenção da mineradora no local.

Domingues afirmou, ainda, que a mina localizada no Parque Mangabeiras foi desabilitada e o parque permaneceu intocado, mas a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

mineração se aproximou perigosamente da chamada “área de amortecimento” do local (3 km ao redor do parque). Também não houve, de acordo com ele, compensação ou cuidado para mitigar o impacto ambiental advindo da construção de estrada no limite do parque.

Fiscalização

Ao ser questionado pelo vereador e presidente da CPI, Gilson Reis, sobre questões envolvendo os parques, a seca de nascentes, a exploração minerária no entorno dos parques e o manejo das áreas, principalmente em relação à Mina Corumi (Empabra), o representante da PBH respondeu que a Fundação realiza apenas a gestão dos parques, não tendo viés fiscalizatório ou de licenciamento ambiental, funções que seriam da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, com a qual a Fundação trabalha de forma integrada. Quando a atividade envolve dois ou mais municípios, a responsabilidade de fiscalização/licenciamento é da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad).

O vereador Edmar Branco questionou ao presidente da Fundação sobre a existência de pedido da empresa Vale para construir condomínio no local onde está a Mina de Águas Claras. O convidado negou conhecer o projeto de construção e afirmou que a mineradora tem cumprido ações que integram o processo de descomissionamento.

Já o parlamentar Catatau questionou a atuação da Empabra na região da Serra do Curral, seguido pelo vereador Gilson Reis, que classificou como “crime ambiental”, a “destruição de parte importante da Serra do Curral” pelas mineradoras. O último também solicitou à Fundação documento que relate a questão da aproximação da atividade mineradora ao Parque Mangabeiras. O presidente da CPI propôs, ainda, resolução visando estender a área do Parque Mangabeiras aos limites ocupados pela Empabra e unir o “cinturão verde” da Serra do Curral.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

15ª Reunião – 22/10/2018 – 10:31h - Plenário Helvécio Arantes

. Reunião com a presença dos vereadores Gilson Reis, Carlos Henrique e Catatau.

. Reunião encerrada por falta de quórum.

. Deixaram de ser apreciados os seguintes assuntos pertinentes à comissão: a) a oitiva da Sra. Kátia Bogéa, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan; e b) oitiva do Sr. Mário Werneck, Secretário do Meio Ambiente do Município de Belo Horizonte.

16ª Reunião – 23/10/2018 – 10:25h - Plenário Helvécio Arantes

. Reunião com a presença dos vereadores Gilson Reis, Carlos Henrique, Catatau e Pedro Lula Patrus.

. A Comissão aprovou os seguintes requerimentos:

1) 1.087/18: solicitando a “convocação da gerente do Parque Estadual da Baleia, Luísa Cristina de Almeida Campos, para prestar informações, pessoalmente, sobre eventuais problemas ocasionados no Parque da Baleia em decorrência da atividade minerária da Empresa Mineração Pau Branco - Empabra S.A., a ser realizada em outubro, às 10 horas, no Plenário Helvécio Arantes”. Os vereadores, em consenso, sugeriram que a oitiva ocorresse no dia 6/11/18.

2) 1.094/18: solicitando a convocação do “senhor Mário Werneck, Secretário Municipal do Meio Ambiente de BH, para oitiva a ser realizada em



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

data a ser definida, às 10 horas, durante a reunião desta comissão. O convocado deverá explanar todo o processo de atuação do Município e setor privado referente à exploração minerária da Serra do Curral, em específico da Empresa de Mineração Pau Branco S.A - Empabrá". Os vereadores, em consenso, sugeriram que a oitiva ocorresse no dia 13/11/18.

. Outros Assuntos Tratados:

1) Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 902/18**. A comunicação dessa resposta foi transferida para a próxima reunião.

2) O presidente propôs aos membros a substituição da oitiva de Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos Prioritários - Supri, pela do superintendente regional de Meio Ambiente Central Metropolitana - Supram-CM, Hildebrando Canabrava Rodrigues Neto. A proposta foi aprovada por unanimidade.

Oitiva: O superintendente da Supram-CM, justificando sua presença, disse que a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad - indicou-o por ser o que representa o órgão competente para tratar do licenciamento. Declarou que representava, nesta ocasião, o superintendente da SUPPRI e o Secretário de Estado do Meio Ambiente de Minas Gerais, Germano Luiz Vieira, cuja oitiva está agendada para o dia 30/11/18.

O presidente disse que compreendia a justificativa do depoente, mas que não aceitava a representação do secretário, pois entende que a convocação de depoentes na CPI deve ser decidida por seus membros. Afirmou existirem questões inerentes à função exercida pelo secretário que não podem ser esclarecidas pelo representante, dada sua natureza política.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O superintendente da Supram-CM informou que o plano de recuperação de área degradada - Prad - da Mina Granja Corumi encontra-se com a Supram-CM. Afirmou conhecer bem o que está acontecendo nesse local, pois tem acompanhado esse Prad pessoalmente. Informou que a Supram-CM encaminhou à CPI, conforme documentos constantes na pág. 9162, um relatório técnico detalhado sobre o fato, desde o início da mineração. Explicou que a lavra da Mina Granja Corumi iniciou em 1950 e que, em 1990, houve paralisação das atividades em razão da intervenção do Ministério Público do Estado de Minas Gerais - MPMG, que, com a Prefeitura de Belo Horizonte - PBH, convocou a Empabra S.A. para proceder a adequações no Prad que fora assinado pelas partes. Informou que, desse encontro entre o MPMG, a PBH e a Empabra S.A. surgiu um termo de ajustamento de conduta - TAC. Informou que o Estado de Minas Gerais não participou dessa transação.

Lembrou que o Prad da Mina Granja Corumi fora aprovado em 2008 no Conselho Municipal do Meio Ambiente - Comam. Disse que em 2009, já com as obras de recuperação da mina, a Empabra S.A. contatou o MPMG para solicitar a inserção de um aditivo ao TAC: autorização para comercializar o minério que seria movimentado durante a recuperação da mina. O superintendente da Supram-CM registrou que, em 2015, a PBH notificou a Empabra S.A. para apresentar adequação aos estudos do Prad, o que foi atendido pela mineradora e aprovado pelo Município. Relatou que, nesse mesmo ano, o MPMG apurou que as obras de recuperação da mineradora estavam causando impacto a mais de um Município. Afirmou que foi a partir desse momento que o Estado de Minas Gerais passou a atuar. Informou que foram aplicadas as regras de recuperação previstas na Deliberação Normativa - DN - nº 74/2004, do Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam.

Disse que o Estado ingressou nesse momento do processo e não concedeu licenciamento ambiental, pois a área minerada já estava em fase de recuperação. Registrou que havia no Prad da Empabra S.A., feito com a PBH e o MPMG, uma solicitação para movimentar 1,5 milhão de toneladas de minério



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de ferro. Disse que essa movimentação de minério foi confirmada em documentos pela mineradora no TAC assinado com o Estado de Minas Gerais. Mencionou que as obras realizadas pela Empabra S.A. na recuperação da mina estavam sendo cumpridas conforme o TAC assinado com o Estado, o que foi constatado em visita de técnicos ao local. Disse que a Supram-CM recebeu, em 2017, ofício ao órgão municipal responsável pelo patrimônio histórico e também do Instituto Estadual de Florestas - IEF - denunciando que a Empabra S.A. não estava cumprindo as cláusulas do TAC assinado com o MPMG e a PBH e que a mineradora estaria invadindo área pertencente ao Parque da Baleia.

Informou que, diante da denúncia, contatou todos os órgãos e entidades envolvidos no caso para uma inspeção no local e disse que, nesse momento, constatou-se que a mineradora realizava algo distinto do que constava no TAC assinado com o MPMG e com o Estado de Minas Gerais. Explicou que, embora o TAC com o MPMG e a PBH e o TAC com o Estado fossem idênticos, havia divergência quanto à movimentação de minério necessária para a recuperação da área.

Relatou que, nos estudos que a mineradora apresentou à Supram-CM para recuperar a área, a mineradora precisaria extrair cerca de 5,5 milhões de toneladas de minério de ferro. Disse que, constatada a divergência, a Supram-CM abriu prazo de 10 dias para que a Empabra S.A. informasse a razão da divergência de toneladas e comprovasse a realização das condicionantes assinadas no TAC com o MPMG e a PBH. Declarou que a informação da mineradora de que o volume maior não gerava impacto não foi aceita pela Supram-CM.

Disse que o volume de minério excedente seria suficiente para encher 425 piscinas olímpicas. Informou que, em razão de irregularidades, o Estado cancelou o TAC. Enumerou quatro cláusulas que teriam sido descumpridas pela Empabra S.A. no TAC assinado com o Estado, ressaltando que essa situação consta do Ofício nº 49/18, que está anexado aos autos encaminhados pela



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Supram-CM à CPI: 1) “apresentar Programa Executivo de Monitoramento das possíveis interferências do escoamento do minério nas vias públicas, que contemple avaliação das condições estruturais da vias, dos possíveis danos causados pela mineração em análise, dos incômodos causados às comunidades (poeira, barulho, etc.), no prazo de 30 dias.

Após aprovação do programa citado pelo órgão ambiental, deverá ser realizado o monitoramento imediatamente com a apresentação de relatórios trimestrais a Supram-CM. Prazo: Projeto Executivo 30 dias/Relatórios de monitoramento: trimestral”; 2) “realizar reuniões trimestrais com ONGs, associações representantes de bairros, moradores pertencentes à área de influência direta - AID - do meio socioeconômico, etc. Informando sobre as características do empreendimento, os impactos causados e as medidas mitigadoras e programas adotados, com apresentação de relatórios técnico-fotográfico. Prazo: trimestral”; 3) “criar um canal de ouvidoria, com ampla divulgação do empreendimento junto à comunidade, no prazo de 20 dias.

Este canal deverá ser obrigatoriamente apresentado nas reuniões referidas na cláusula 5 deste TAC. Apresentar relatório identificando os autores e a data de entidades sociais, as respectivas demandas comunicadas e ações executadas pelo empreendedor em resposta direta às comunicações com seus prazos ou datas de realizações. Prazo: semestral”; 4) “instalar o sistema de limpeza de rodas de caminhões no empreendimento, com apresentação de relatório técnico fotográfico descrevendo a metodologia e eficiência alcançada. Prazo: 60 dias para instalação/Relatório semestral”.

Afirmou que descumprimentos pela empresa em uma licença podem ser reconsiderados, com aplicação de multa, mas que, em um TAC, o descumprimento de uma única cláusula é suficiente para o cancelamento. Informou que, em razão de a mineradora ter apresentado informações divergentes quanto à movimentação de terra no local da recuperação da área, foi-lhe aplicada multa administrativa. Informou que a Empabro S.A. foi notificada



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

em 13/7/18, Ofício nº 49/18 da Supram-CM, para cessar suas atividades, ficando proibida de comercializar o minério retirado da área de recuperação.

O superintendente da Supram-CM informou que, no decorrer desse processo da Mina Granja Corumi, foi publicada a DN nº 220, de 21 de março de 2018, do Copam, que previu a comercialização de lavra de mina que está sendo desativada. Disse que a Empabra S.A. citou essa DN a fim de voltar a comercializar o minério que extraíra durante o Prad. Informou que a Supram-CM negou a solicitação e autorizou apenas a realização de obras emergenciais no local. Explicou que o processo da Mina Granja Corumi encontra-se na fase em que a Supram-CM aguarda da Empabra S.A. a apresentação de novos estudos para o Prad e que o prazo para essa resposta terminará em 25/9/18, conforme a DN nº 220/18. Ressaltou que os documentos que o Estado enviou à CPI têm mais de 10 mil páginas e trazem todos os esclarecimentos necessários sobre a situação da Mina Granja Corumi. Informou que o fechamento final da mina necessita de aprovação pela Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam/MG. Afirmou ser convergente a interpretação dos órgãos públicos envolvidos nesse caso quanto ao processo de recuperação da área degradada. Disse colocar-se à disposição dos vereadores para quaisquer outros esclarecimentos.

O vereador Carlos Henrique indagou se a Supram-CM realiza fiscalizações diárias no local da mina. Hildebrando Neto disse não ser possível fazer isso, pois compete à Supram-CM a fiscalização de mais de 80 Municípios, e não há servidores em número suficiente para tal. Considerou que a atividade fiscalizatória não fica comprometida, pois outros órgãos acompanham, junto com a sociedade, o andamento do caso, podendo apresentar denúncias. Comunicou que a Empabra S.A. afirmava para a Supram-CM, até o final de 2017, que estava realizando o Prad aprovado no Comam, mas que a realidade mostrou divergências em relação aos documentos.

O presidente indagou se a transferência desse processo da PBH para o Estado ocorreu no final do governo do ex-prefeito Marcio Lacerda e por qual



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

motivo a PBH teria declinado de acompanhar a fiscalização. Hildebrando Neto explicou que a atuação do Estado decorreu de notificação do MPMG, que entendeu haver no local impacto regional e, por isso, conforme a Lei Complementar nº 140/2011, impõe-se a participação da Supram-CM. Explicou que Belo Horizonte pôde fazer o licenciamento daquela mina porque existe um convênio com o Estado que permite ao Município conceder o licenciamento quando a mineração se enquadra na classe 4. Apontou como característica da mineração de classe 4 o fato de a AID ficar restrita à área em que se encontra o minério. Esclareceu que, após a fiscalização do Estado, constatou-se que a Mina Granja Corumi gerava impacto a mais de um Município e que, portanto, Belo Horizonte não poderia ter autorizado o Prad daquela área. O presidente disse não compreender a resposta, pois, quando esteve no local, não percebeu que as obras de recuperação da mina invadiam área de outro Município.

Hildebrando Neto explicou que a área diretamente afetada - ADA - incide somente no Município de Belo Horizonte, mas a AID atinge outros Municípios da RMBH, conforme dispõe a DN nº 213/17. O presidente indagou a quem competia fiscalizar a quantidade de minério movimentado na mina. Hildebrando Neto disse que o volume é fiscalizado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, incumbido de aprovar o relatório anual de lavra - RAL. Esclareceu que a Empabrá S.A. não retirou as cerca de 5,8 mil toneladas de minério de ferro, devendo ter extraído cerca de 3 mil toneladas. O presidente informou que uma equipe da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - está realizando levantamento para apurar a quantidade exata movimentada pela Empabrá S.A., havendo estimativa de que tenham sido removidas 8 mil toneladas de minério de ferro.

O presidente disse que, nessas investigações, a CPI percebeu haver pouca comunicação entre os órgãos que acompanham a extração mineral, o que favorece o cometimento de irregularidades pelas mineradoras. Hildebrando Neto afirmou que todos os órgãos são competentes para fiscalizar a atividade minerária. O presidente disse que essas investigações buscam traçar



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

mecanismos que evitem a ocorrência de falhas na fiscalização do fechamento de minas e evitar possíveis danos ambientais. Declarou defender melhor atuação dos órgãos de controle e ressaltou a ação da sociedade, que estaria fazendo sua parte ao denunciar ações irregulares. Hildebrando Neto disse que o DNPM fiscaliza uma vez por ano e que, logo que recebeu a comunicação do fato, a Supram-CM convocou os demais órgãos que atuam na mineração para fiscalizarem o local. Afirmou que, constatada a remoção de minério em quantidade superior à que fora estabelecida no Prad, a Supram-CM interrompeu imediatamente as atividades da mineradora, aplicando-lhe as sanções administrativas. Lembrou que a Empabrá S.A ainda deve sujeitar-se às punições civil e penal. Disse que as empresas devem atuar respeitando os limites fixados pelos órgãos, constantes da legislação ambiental, como o de não remover mais do que a quantidade de 1,5 tonelada de minério fixada no TAC com o MPMG. O presidente indagou se as ações irregulares da Empabrá S.A. na Granja Corumi provocaram prejuízos às nascentes no Parque da Baleia e se a exoneração do gerente desse parque tem relação com essa questão.

Hildebrando Neto disse que desconhecia o motivo da exoneração do gerente, mas confirmou que ela ocorreu após a denúncia.

O presidente disse que proporá à CPI a convocação do ex-gerente do Parque da Baleia. Indagou ao superintendente da Supram-MC se o Estado sabe a quantidade de minério de ferro que a Empabrá S.A. extraiu da Mina Granja Corumi durante a recuperação da área, quanto foi revertido em receita tributária e se houve sonegação.

Hildebrando Neto respondeu que esse dimensionamento foge de sua competência, pois é gestor ambiental. Sugeriu que o questionamento fosse encaminhado ao DNPM e à Fazenda Estadual. Informou que a maior parte do tributo arrecadado com a comercialização do minério de ferro é destinada ao Município onde está localizada a mina e que percentual menor cabe ao Estado.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O presidente disse que irá sugerir a convocação do secretário da Fazenda Estadual para falar sobre esse assunto. Afirmou ser urgente uma melhor comunicação entre os órgãos públicos, pois fica notório o aumento na movimentação de caminhões de minério de ferro no local, que não passavam de cerca de 30 no final do ano de 2017 e chegavam a mais de 300 em fevereiro de 2018. O presidente indagou a Hildebrando Neto se poderia fazer uma sugestão à administração para evitar fatos irregulares como o da Mina Granja Corumi.

Hildebrando Neto afirmou que a Supram-CM tomou a iniciativa de fiscalizar e aplicar rapidamente as sanções administrativas quando soube das irregularidades. Afirmou ser mais comum as empresas mineradoras desejarem proceder de modo correto, porque sobre elas incide a responsabilidade do princípio poluidor-pagador. Explicou que existem muitas entidades civis e administrativas competentes para fiscalizar a atividade, como a Polícia Civil e o Ministério Público.

O presidente disse que irá sugerir aos membros da CPI a convocação do delegado civil responsável pela investigação dos fatos na Mina Granja Corumi.

Hildebrando Neto informou que imediatamente após tomar conhecimento das irregularidades a Supram-CM encaminhou cerca de oito ofícios a outras entidades reportando o fato. Ressaltou que essa conduta do órgão ocorreu antes de iniciar a apuração pela CPI.

O presidente considerou irrisórias as multas administrativas aplicadas pela Supram-CM referentes à extração de minério não autorizada à Empabro S.A., uma aplicada no valor de cerca de R\$6 mil e a outra de cerca de R\$11 mil. Afirmou que o processamento das toneladas de minério teria possibilitado à empresa ganhos exorbitantes. Disse entender que os valores da sanção administrativa poderiam indicar que o cometimento de infração é compensatório.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Hildebrando Neto esclareceu que os valores estão corretos, porém se referem às unidades fiscais do Estado de Minas Gerais - Ufemgs, o que resulta em um valor em real um pouco maior. Explicou que no auto de infração administrativa constam o valor das multas, o embargo da atividade e outras sanções referentes à recuperação da área degradada, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 47.383/18. Disse que a maior sanção para uma empresa de mineração não são as multas, mas o dia paralisado, pois a mineradora deixa de processar minério para comercializar. No caso da Mina Granja Corumi, o superintendente disse que a Empabra S.A. teve suspensão das atividades em 13/7/18.

O presidente perguntou ao depoente se tinha conhecimento de que, na semana passada, a Empabra S.A. teria feito o transporte de minério da Mina Granja Corumi para uma área de propriedade da empresa localizada em Nova Lima.

Hildebrando Neto disse ter conhecimento do fato e informou que a Empabra S.A. solicitou a comercialização do minério que já tinha extraído, cerca de 150 mil toneladas, que se encontravam em área a ser recuperada. Explicou que esse local não pode conter minério, pois é para onde a água escoar e, posteriormente, é absorvida pelo lençol freático. Disse que a Supram-CM autorizou a movimentação desse minério, mas negou à mineradora, além da comercialização, a utilização da rodovia MG-030 pelos caminhões de minério. Afirmou que, em razão de vários órgãos acompanharem o andamento desse caso, há sanções sendo aplicadas por todos eles. Esclareceu que, havendo superposição de sanções, o empreendedor deve adotar a que for mais restritiva à atividade minerária. Explicou que o processo administrativo de investigação precisa ser bem montado, para evitar que haja recurso à Justiça e que as medidas sancionatórias sejam suspensas por liminar. Disse que a Empabra S.A. não poderia ser lacrada, pois geraria um passivo ambiental, que necessita de intervenção com a realização de obras emergenciais. Disse que a Supram-CM lacrou a unidade de tratamento de minério - UTM - da Empabra S.A., o que



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

impede qualquer comercialização do minério. Disse que, pelo fato de ter prestado informações divergentes ao Estado e ao Município, a empresa deverá ser punida.

O presidente solicitou que o depoente expusesse sobre a licença de operação corretiva - LOC - da Empabra S.A. na Mina Granja Corumi.

Hidelbrando Neto disse que essa licença existe desde 2015, quando a PBH e o MPMG promoveram o TAC, a fim de que houvesse o Prad da área. Informou que a medida autorizava a extração de minério de local a ser recuperado. Disse que, quando a PBH autorizou o Prad à Empabra S.A., não foram realizados o Estudo de Impacto Ambiental - EIA - e o Relatório de Impacto Ambiental - Rima. Disse ser quase impossível que a mineradora obtenha a LOC, pois esta pressupõe a anuência das seguintes entidades: Estado de Minas Gerais, DNPM, Patrimônio Histórico Municipal, Estadual e Federal e as duas prefeituras que sofrem o impacto (Belo Horizonte e Nova Lima).

O presidente questionou o depoente sobre o fato de a Empabra S.A. ter removido cume de cerca de 30 metros de largura na Serra do Curral, para acessar a Mineração Taquaril, levando até o Vale do Cubango, e perguntou se a mineradora foi multada por isso.

Hildebrando Neto informou que esse fato constava na denúncia recebida pela Supram-CM. Disse que tem conhecimento de que a mineradora chegou próximo ao cume, mas não o teria removido. Explicou que a mineração de área no Taquaril não está autorizada e que é da competência do Supri. Afirmou que, se alguém tiver provas de que estão lavrando nesse local, elas devem ser-lhe encaminhadas.

O presidente solicitou ao depoente que abordasse a construção de taludes no local. Hidelbrando Neto disse que os taludes estão previstos para a área que está na divisa do Parque da Baleia e que a construção nessa área



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

conta com o apoio de técnicos da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, citando a professora Maria Rita Scotti Muzzi, que acompanha o programa de recuperação da vegetação na área. Elogiou o trabalho dos técnicos da UFMG, ressaltando que ele segue as normas de geotecnia. Disse que, ao final da execução do Prad, caberá à Feam examinar o projeto e decidir se o aprova ou rejeita. O presidente indagou se o depoente tinha conhecimento de local em que a Empabra S.A. desejaria fazer um condomínio, de área de cerca de 500 mil metros quadrados, e o que a Supram-CM pensava sobre isso. Disse que essa área deveria ser transformada em parque.

Hildebrando Neto disse que a área recuperada no Prad pode ser um parque que venha a integrar os já existentes ao redor ou tornar-se um centro de pesquisa, após aprovação na Feam. O vereador Catatau indagou ao depoente se a Empabra S.A. está realizando a recuperação da área. Hildebrando Neto disse que a Supram-CM realiza fiscalização e que a Empabra S.A. possui prazo até 25/10/18 para entregar um novo Prad.

O presidente solicitou que essa proposta de recuperação seja enviada à CPI imediatamente após o recebimento. O vereador Catatau manifestou descontentamento com o fato de mineradoras demorarem a concretizar o Prad de suas respectivas áreas de mineração ou deixarem de realizar a recuperação em razão de não existirem mais como pessoa jurídica. Hildebrando Neto afirmou que a Supram-CM não “faz vista grossa” na exigência de projetos de recuperação de áreas minerárias. Disse que, no caso específico desta CPI, a Supram-CM tomou rapidamente todas as medidas possíveis. Disse ser procedente a preocupação quanto ao fato de mineradores irem à falência e não conseguirem recuperar as áreas degradadas.

O vereador Catatau sugeriu à CPI que fosse exigido da mineradora, no momento da emissão da licença ambiental, o pagamento de um seguro, a fim de garantir a recuperação ambiental no local explorado.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Hidelbrando Neto explicou que a mineradora deve entregar o projeto de recuperação dois anos antes de encerrar a lavra. Disse haver estudos na Semad para que a recuperação seja feita concomitantemente à lavra e que em breve deve ser publicada essa norma. Esclareceu que mineração classificada nos níveis 5 e 6, e cuja recuperação da área de mina é feita no Plano Ambiental de Fechamento de Mina - Pafem - exige que o empreendedor entregue esse projeto no momento do pedido da licença ambiental. Disse que, na prática, há certas escavações em que o minério está bem profundo, o que inviabiliza a exigência de recuperação simultaneamente à exploração.

O vereador Catatau afirmou ser irrisória uma multa de cerca de R\$6 mil, considerando que a mineradora contabilizou R\$60 milhões. O presidente disse que a CPI deverá sugerir que as mineradoras depositem recursos financeiros durante a atividade minerária, como forma de garantir a recuperação de áreas degradadas, e indicou que o pagamento dessa taxa deve ser mensal. Afirmou que essas investigações revelam o cometimento de várias infrações de naturezas jurídicas diversas e que as condutas dos empreendedores precisam ser sistematizadas e convertidas em tipos penais.

O superintendente da Supram-CM agradeceu o convite para esclarecer fatos à CPI e colocou-se à disposição.

17ª Reunião – 30/10/2018 – 10:30h - Plenário Helvécio Arantes

. Reunião com a presença dos vereadores Catatau e Edmar Branco.

. Reunião encerrada por falta de quórum.

. Deixaram de ser apreciados os seguintes assuntos pertinentes à comissão: a) deixou de serem comunicadas as respostas dos requerimentos de comissão nºs 902 e 980/18, e o recebimento do Documento Protocolo nº



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

2.566/18; b) deixou de ser colhido o depoimento do secretário de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, Germano Luiz Gomes Vieira.

18ª Reunião – 06/11/2018 – 10:28h - Plenário Helvécio Arantes

. Reunião com a presença dos vereadores Gilson Reis, Carlos Henrique, Catatau e Arnaldo Lula Godoy.

. A Comissão aprovou os seguintes requerimentos:

1) 1.128/18: Pedido de informação à Secretaria Municipal do Meio Ambiente e ao prefeito Alexandre Kalil com a finalidade de “solicitar, em reforço aos requerimentos de comissão nºs 852 e 906/18, todas as versões e atualizações do PRAD - Plano de Recuperação de Áreas Degradadas - realizado entre o Município e a Empresa de Mineração Pau Branco S.A. - Empabra, referente a sua atuação na Mina Corumi, na Serra do Curral”.

Resposta: Consultada, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente emitiu resposta por meio de ofício, informando que o processo nº 01-124854/03-49 encontra-se digitalizado e poderá ser acessado no endereço eletrônico smma.pbh.gov.br. REMETENTE DO OFÍCIO: Guilherme de Souza Barcelos - Diretoria de Acompanhamento Legislativo em exercício - Gabinete do Prefeito

2) 1.129/18: “Convidar a Senhora Fabíola Moulin, presidente da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte, para oitiva a ser realizada no dia 20/11/2018, às 10h, durante reunião desta Comissão, no Plenário Helvécio Arantes, para que apresente informações acerca do processo de tombamento do Muro de Pedras, em curso no âmbito municipal”.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

3) 1.130/18: “Convidar o Sr. Victor Hugo Froner Bicca, Diretor Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral/Agência Nacional de Mineração, para oitiva a ser realizada no dia 27 de novembro de 2018, às 10:00, durante a reunião desta comissão, no Plenário Helvécio Arantes. O convidado deverá apresentar para os presentes os dados referentes ao processo de autorização de lavra concedida e o devido acompanhamento da atividade da Empresa de Mineração Pau Branco S.A. - Empabrá, e demais questões pertinentes ao caso”.

Oitiva: “Oitiva da gerente do Parque Estadual da Baleia, Luísa Cristina de Almeida Campos, para apresentar aos presentes os eventuais problemas ocasionados no Parque da Baleia em decorrência da atividade minerária da Empresa de Mineração Pau Branco - Empabrá S.A.”, conforme Requerimento de Comissão nº 1.087/18, de autoria dos Vereadores Gilson Reis, Carlos Henrique, Catatau, Edmar Branco e Juliano Lopes. O presidente convidou a comporem a mesa: 1) a gerente do Parque Estadual da Baleia, Luísa Cristina de Almeida Campos; 2) a monitora ambiental do Parque Estadual da Baleia, Amanda Bencupert.

Os vereadores Catatau e Arnaldo Lula Godoy justificaram que teriam de se ausentar em função de outros compromissos agendados. O presidente informou às convidadas sobre os objetivos da CPI.

Luísa Cristina de Almeida Campos saudou a todos e disse que não participou do licenciamento das atividades da Empabrá e que a equipe de administração do Parque Estadual da Baleia é composta somente por ela e por Amanda Bencupert. Apresentou imagens de satélite indicando a localização do Parque Estadual da Baleia e das áreas denominadas DNPM Navantino Alves e DNPM Empabrá. Ressaltou que a DNPM Navantino Alves não possui mais atividade minerária, havendo apenas atividades de recuperação ambiental.

Apresentou imagens dos locais onde está ocorrendo a atividade minerária e que ainda não foi constatada a invasão de área do parque, mas a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

confirmação desse fato somente pode ser feita com uso de instrumentos de precisão, vez que as distâncias envolvidas são de poucos metros.

Disse que as imagens indicam a realização de atividades minerárias em área que deveria ser destinada apenas à recuperação ambiental.

Disse que a área de recuperação ambiental apresenta características de agravamento da degradação ambiental. Informou que, antes de sua gestão no parque, o gestor anterior havia oficiado aos entes envolvidos as irregularidades detectadas.

Apresentou imagens atuais do local indicando que vêm sendo realizadas atividades de recuperação ambiental, mas informou que ainda aguarda informações, já solicitadas, detalhando o projeto de recuperação.

Respondeu ao presidente que desde março deste ano é gerente do parque e não estava no Instituto Estadual de Florestas - IEF - na época do licenciamento mencionado. Amanda Bencupert disse que está no IEF desde julho 2017. Luísa Cristina de Almeida Campos disse que as informações por ela apresentadas foram baseadas nos laudos elaborados pelo gerente anterior e pelas visitas realizadas por ela ao local.

Disse que o gerente anterior encaminhou laudo para o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, a Promotoria de Justiça do Estado de Minas Gerais, a Polícia Militar Ambiental do Estado de Minas Gerais, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável - Semad e outros órgãos.

Disse não haver estudo técnico que comprove a existência de impactos no parque decorrentes da atividade minerária, nem registro de nascentes que tenham secado. Ponderou que existem apenas relatos visuais desse tipo de ocorrência. Informou que há proposta de elaboração de plano de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

manejo para o parque, mas que esse plano ainda não existe e nem há previsão de prazo para sua elaboração.

Afirmou que não foi constatada invasão da área do parque pela Empabra, mas que os impactos da atividade de mineração estão sendo verificados dentro do parque.

Disse que apenas com o uso de aparelho denominado GPS Geodésico será possível confirmar se houve a invasão de área do parque, visto que o GPS normal não consegue fazer essa confirmação pela pouca distância envolvida.

O presidente disse que foram verificadas rachaduras e desmoronamentos na face norte da Serra do Curral e questionou se as convidadas teriam conhecimento desse fato.

Amanda Bencupert esclareceu que existe voçoroca na face da serra que já constava no laudo elaborado em 2015, mas que essa não teria correlação com a atividade minerária.

Esclareceu que a Fundação Benjamin Guimarães não autorizou o acesso ao local à época e que precisaria ver os estudos mencionados pelo presidente para avaliar se estão falando do mesmo local.

Esclareceu que o que está sendo feito atualmente são estudos e inventário do local. Informou que existem bota-fora, loteamentos e invasão no parque e que essas são as prioridades no momento.

Disse que estão aguardando o novo Projeto de Recuperação de Área Degradada, que está sendo elaborado para a área da mineração, e que são realizadas visitas semanais ao parque para fiscalização e vistoria.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Defendeu a urgente regularização fundiária do parque.

19ª Reunião – 13/11/2018 – 10:24h - Plenário Helvécio Arantes

. Reunião com a presença dos vereadores Gilson Reis, Carlos Henrique, Catatau, Edmar Branco e Juliano Lopes.

. A Comissão aprovou os seguintes requerimentos:

1) 1.165/18: Realização de visita técnica com a finalidade de “verificar situação dos limites da unidade de conservação com a Mina Corumi” a ser realizada em 26/11/18, às 9 horas, no Parque Estadual da Baleia. Aatoria: vereadores Carlos Henrique, Catatau, Edmar Branco, Gilson Reis e Juliano Lopes.

Visita Técnica Realizada: Com a presença dos vereadores Gilson Reis e Edmar Branco. A visita técnica iniciou-se com uma caminhada até um mirante de onde puderam ser avistadas a Serra do Curral, o parque e a mata da Baleia e uma voçoroca ou buraco de erosão existente no parque. Desta perspectiva pôde-se ter a noção da localização do encontro dos limites da Mina Corumi e do parque estadual.

A caminhada prosseguiu do mirante em direção à voçoroca e arredores, o que permitiu aos visitantes perceber a riqueza da vegetação do parque e conhecer a erosão avistada do mirante. Ao longo do trajeto também foram encontrados afloramentos ou escoamentos de água, vestígios de queimadas e descarte inadequado de resíduos.

A gerente e a monitora do Parque Florestal Estadual da Baleia prestaram diversos esclarecimentos durante a visita e a condução da caminhada se deu com o apoio do Sr. Samuel, funcionário da Fundação



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Benjamim Guimarães. Dentre as informações e esclarecimentos feitos pela Sra. Luiza Campos, destacam-se:

O fato de que sem averiguação técnica ou georreferenciamento do ponto de encontro dos limites do parque e da Mina Corumi, não há condições de concluir pela invasão ou não dos limites do parque pela atividade minerária;

Os riscos de desmoronamento e de alteração na geomorfologia e na hidrografia no entorno da unidade de conservação decorrentes de eventual continuidade da mineração nas proximidades do parque;

. A informação de que o Parque da Baleia promoverá um levantamento georreferenciado de prováveis nascentes existentes em seus limites, havendo em torno de sete nascentes na mata da Baleia, contígua ao parque;

. O empenho tardio da mineradora Empabra na recuperação ambiental, tendo em vista as determinações do Termo de ajustamento de conduta (TAC) firmado desde 2015;

. O acompanhamento das intervenções de recuperação ambiental da Empabra pela gerência do parque, incluindo a verificação de adequação das espécies arbóreas a serem utilizadas.

O Parque Florestal Estadual da Baleia existe há 86 anos e foi a primeira unidade de conservação criada na capital e uma das primeiras do Estado. Instituído pelo Decreto Estadual nº 28.162/88, este parque está inserido no bioma Mata Atlântica, na faixa de transição com o Cerrado, contando com uma área de 102 hectares. A unidade encontra-se na zona de amortecimento do Parque Estadual da Serra do Rola Moça e nos limites da Área de Proteção Ambiental Estadual Sul RMBH, compondo assim um corredor ecológico de expressivo valor ambiental na Grande BH1.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

De acordo com a Lei Estadual nº 14.309/02, que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado de Minas Gerais, os parques são unidades de conservação de proteção integral que abrigam áreas representativa de ecossistema de grande valor ecológico e beleza cênica que contenham espécies de plantas e animais e sítios com relevância científica, educacional, recreativa, histórica, cultural, turística, paisagística e espiritual, em que se possa conciliar, harmoniosamente, o uso científico, educativo e recreativo com a preservação integral e perene do patrimônio natural (art. 23).

Esta mesma lei prevê que o licenciamento de empreendimentos minerários causadores de significativos impactos ambientais, como supressão de vegetação nativa, deslocamento de populações, utilização de áreas de preservação permanente, cavidades subterrâneas e outros, fica condicionado à adoção, pelo empreendedor de estabelecimento de medida compensatória que inclua a criação, implantação ou manutenção de unidades de conservação de proteção integral (art. 36).

Os parágrafos 1º e 2º determinam que a área utilizada para compensação não pode ser inferior àquela utilizada pelo empreendimento para extração do bem mineral, construção de estradas, construções diversas, beneficiamento ou estocagem, embarque e outras finalidades, devendo a compensação ocorrer necessariamente na bacia hidrográfica e, preferencialmente, no município onde está instalado o empreendimento.

Ressalte-se que algumas medidas e condicionantes técnicas presentes nos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) e respectivo aditivo firmados pela Empraba perante os órgãos ambientais estaduais possuem relação com o Parque da Baleia, como por exemplo:

. apresentação de protocolo de solicitação de manifestação do Parque da Baleia sobre a reabilitação da voçoroca e apresentação de PRAD, com cronograma executivo, de recuperação da mesma;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

. comprovação junto à SUPRAM-CM da implantação de programa de prevenção e combate a incêndios, integrado aos programas do Parque Municipal das Mangabeiras e do Parque Estadual da Baleia;

. garantia de que as atividades inerentes aos empreendimento não causem danos a estes parques.

Luisa Campos informou que a voçoroca é preexistente à atuação da Empabra e não tem relação direta com o empreendimento, no entanto, verifica-se que a reabilitação do ponto de erosão é objeto de medidas de controle e mitigação de impactos negativos da atividade minerária.

Tendo em vista a proximidade da Mina Corumi com o Parque da Baleia e sabendo-se que o mesmo ainda não dispõe de plano de manejo e zona de amortecimento, convém observar a Resolução nº 428/10 do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, a respeito da necessidade de autorização do órgão responsável pela administração da unidade de conservação antes da concessão do licenciamento:

Art. 1º - O licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental que possam afetar Unidade de Conservação (UC) específica ou sua Zona de Amortecimento (ZA), assim considerados pelo órgão ambiental licenciador, com fundamento em Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), só poderá ser concedido após autorização do órgão responsável pela administração da UC ou, no caso das Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN), pelo órgão responsável pela sua criação.
[...]



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

§2º Durante o prazo de 5 anos, contados a partir da publicação da Resolução nº 473, de 11 de dezembro de 2015, o licenciamento de empreendimento de significativo impacto ambiental, localizados numa faixa de 3 mil metros a partir do limite da UC, cuja ZA não esteja estabelecida, sujeitar-se-á ao procedimento previsto no caput, com exceção de RPPNs, Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e Áreas Urbanas Consolidadas. (redação dada pela Resolução nº 473/2015)."

Considerando-se o objetivo da visita técnica, embora a caminhada não tenha avançado até uma cerca ou ponto específico de divisa do parque com a mina, foi possível perceber a situação de uma parte do entorno do empreendimento, colher informações e discutir sobre os possíveis riscos em caso de continuidade das atividades minerárias nas adjacências do parque.

Esta situação reforça a necessidade de efetiva recuperação ambiental e planejamento do uso futuro da área degradada condizente com a necessidade de preservação da Serra do Curral e com as finalidades dos espaços especialmente protegidos já instituídos.

2) 1.166/18: Pedido de informação ao IEF - Instituto Estadual de Florestas com a finalidade de "solicitar que seja fornecida à Comissão documentação referente ao histórico da situação fundiária do Parque Estadual da Baleia (títulos de posse e/ou propriedade, títulos de cessão e/ou doação, legislação correlata, dentre outros)".

Oitiva: "Oitiva do Sr. Mário Werneck, Secretário Municipal do Meio Ambiente de Belo Horizonte, para explanar aos presentes todo o processo de atuação do Município e do setor privado referente à exploração minerária da Serra do Curral, em específico da Empresa de Mineração Pau Branco S.A. - Empabrá", conforme Requerimento de Comissão nº 1.094/18, de autoria dos



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Vereadores Gilson Reis, Carlos Henrique, Catatau, Pedro Lula Patrus. O presidente informou que o secretário foi convidado uma vez e, em seguida, convocado para hoje e novamente não compareceu. Disse que encaminhará solicitação para a Procuradoria da Casa para exigir judicialmente a presença dele a esta comissão. Disse que a comissão não aceitará esse tipo de descaso. Registrou que estiveram presentes a esta reunião, como representantes do Secretário Municipal do Meio Ambiente de Belo Horizonte, Mário Werneck, o diretor de financiamento, Pedro Franzoni, e o assessor de políticas ambientais, Eduardo Tavares. Agradeceu a presença dos dois, mas esclareceu que nenhum dos dois haviam sido convidados a prestar esclarecimentos e que o convocado havia sido o secretário.

20ª Reunião – 20/11/2018 – 10:29h - Plenário Helvécio Arantes

. Reunião com a presença dos vereadores Gilson Reis, Arnaldo Godoy, Catatau e Juliano Lopes.

. A Comissão aprovou os seguintes requerimentos:

1) 1.174/18: Que convida “a Sra. Kátia Bogéa, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, para prestar informações sobre as razões pelas quais foi alterado o perímetro de tombamento da Serra do Curral, bem como esclarecer sobre a alteração dos marcos históricos realizada pela mineração na Serra do Curral pela Empabra S.A., em reunião desta comissão a ser realizada no dia 4 de dezembro de 2018, às 10 horas”.

2) 1.175/18: Solicita “à Procuradoria da Câmara Municipal de Belo Horizonte que tome as medidas jurídicas necessárias com relação à ausência injustificada do Secretário Municipal do Meio Ambiente, Sr. Mário Werneck, tendo em vista que foi devidamente convocado para oitiva nesta comissão em



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

13 de novembro de 2018". Autoria: vereadores Arnaldo Lula Godoy, Catatau, Gilson Reis e Juliano Lopes.

RESPOSTA: Foi informado que a providência solicitada à PROLEG, no sentido de se promover as medidas jurídicas necessárias relativas à ausência injustificada do Secretário Municipal de Meio Ambiente, Sr. Mário de Lacerda Werneck Neto, restou prejudicada diante do comparecimento espontâneo do Secretário na reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito realizada em 18 de dezembro de 2018. REMETENTE DO OFÍCIO: Marcos Amaral Castro - Procurador-Geral

3) 1.176/18: Convida "a Sra. Michele Abreu Arroyo, Presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - Iepha/MG, para prestar informações sobre as razões pelas quais foi alterado o perímetro de tombamento da Serra do Curral. Esclarecendo inclusive sobre a alteração dos marcos históricos realizada pela mineração na Serra do Curral pela Empabra S.A., bem ainda sobre as providências no que se refere ao muro de pedra e demais questões pertinentes ao caso, durante reunião desta comissão a ser realizada no dia 4 de dezembro de 2018, às 10:00h"

Oitiva: "Oitiva com a presidente da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte, Fabíola Moulin, e a diretora de Patrimônio da entidade, Françoise Jean, sobre o processo de tombamento do Muro de Pedras da Serra do Curral, construção que pode datar do século XVIII. Há denúncias de que atividades mineradoras têm causado destruição ambiental no local.

A presidente da Fundação Municipal de Cultura apresentou um panorama da mineração localizada no Bairro Taquaril (Região Leste de Belo Horizonte), que compreenderia as bacias do córrego Navio, Taquaril e Olaria, com medidas correspondentes, respectivamente, a 474, 404 e 299 hectares, no extremo sudeste do Município, nas fraldas da Serra do Curral. Segundo ela, a área degradada se estende por todo o vale do Taquaril, com destaque para a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

região entre os parques Mangabeiras e da Baleia. O empreendimento Corumi, explorado pela Empabra Pau Brasil, situa-se em área de preservação ambiental, vedados novos empreendimentos minerários. Parte da mina está no entorno de área protegida, sendo a região mais degradada pela mineração e com previsão de recuperação.

Ainda segundo Moulin, a mineração na área foi interrompida pela Prefeitura nos anos 90, antes do tombamento municipal da Serra do Curral. Entretanto, a interrupção (feita por solicitação do Ministério Público) se deu sem plano de fechamento e recuperação da área degradada. Em 2006, foi elaborado o Plano de Recuperação de Área Degradada (Prad), a ser executado pela Empabra. Para isso, teria que ser retirado o chamado “fino do minério” depositado na Mina Corumi. “Essa pré-condição, necessária para o Prad, ainda geraria lucro para proporcionar a recuperação da área, sendo concedida uma nova concessão de lavra”, afirmou a presidente, em resposta ao vereador Arnaldo Godoy sobre a necessidade de nova atividade. Ela também contou que o escoamento do fino do minério se dá por meio de uma estrada que passa próxima ao Muro de Pedras, que também é situado na área de tombamento da Serra do Curral e está com processo de tombamento aberto. Com quase dois km de extensão, o muro tem valor arqueológico e, apesar da falta de certezas sobre a história da construção, é certo que ela antecede à implantação da Capital. Um Termo de Ajustamento de conduta (TAC), ainda vigente, foi firmado para permitir as ações mitigadoras e compensatórias relativas ao Prad.

O vereador Juliano Lopes questionou se existe um prazo para a retirada do fino do minério, e a diretora de Patrimônio da Fundação Municipal de Cultura, Françoise Jean, afirmou que esse prazo foi apresentado na Superintendência Regional de Meio Ambiente (Supram), órgão estadual, e a Fundação não teve acesso aos dados. “As mineradoras não chegam a mexer no próprio bolso e às vezes nem recuperam as áreas”, observou o vereador Catatau. O vereador e presidente da CPI, Gilson Reis, questionou se houve alguma ação do Patrimônio quando, segundo ele, em 2006 foi autorizada a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

retirada de três vezes mais minério que o proposto pelo Plano na região da Mina Corumi. Jean informou que o processo foi para a instância estadual e a Empabra foi notificada, mas não atendeu as deliberações.

Fabíola Moulin relatou que, em 2015, em virtude do rompimento da barragem de Fundão, o MP iniciou um processo de levantamento das barragens existentes em Minas e verificaram-se algumas irregularidades na mineração da Empabra. Foi solicitado que o empreendimento passasse por novo processo de licenciamento junto à Supram, por impactar mais de um município. Além disso, relatórios arqueológicos contratados pelo MP em 2016 constataram que o empreendimento já causou danos ao Muro em função da proximidade da via de escoamento do fino de minério, o que diverge de informações relatadas pela Empabra, que alegou não haver impacto.

“A Empabra destruiu parte da cumeeira da Serra do Curral na área na interligação da Mina Corumi com o Taquaril”, afirmou Gilson Reis. As representantes presentes afirmaram não ter novidades sobre destruição ambiental atualmente em Belo Horizonte. Reis insistiu que o prazo de fechamento da mina foi de 30 dias improrrogáveis, há 15 dias e, que no processo de fechamento feito pela Supram/MP, deveria estar incluída a recuperação de parte do muro destruído pela empresa. O vereador Juliano Lopes pediu às presentes um relatório sobre os danos ao Muro. “Na próxima reunião da Supram, em dezembro, a pauta de tombamento do Muro será apresentada ao Conselho de Patrimônio. Já existe um parecer”, garantiu Moulin.

Segundo ela, em 2016 o Conselho de Patrimônio notificou a Empabra a apresentar um novo Prad e, em novembro de 2017, o Conselho deliberou o cancelamento do Prad anteriormente aprovado e solicitou que a Empabra apresentasse nova proposta de atividade aprovada junto à Supram, incorporando medidas efetivas de propostas de preservação do Muro de Pedras, bem como de recuperação dos danos já causados. Entretanto, a deliberação do Conselho não foi cumprida. A presidente finalizou informando



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

que a Diretoria de Patrimônio Cultural, Arquivo Público e Conjunto Moderno da Pampulha (DPAM) está concluindo o dossiê de tombamento do Muro de Pedras, a ser apresentado em dezembro.

21ª Reunião – 27/11/2018 – 10:25h - Plenário Helvécio Arantes

. Reunião com a presença dos vereadores Gilson Reis, Arnaldo Godoy, Catatau e Bella Gonçalves.

. A Comissão aprovou os seguintes requerimentos:

1) 1.196/18: Pedido de informação a Paulo César Horta Rodrigues, representante do Centro de Desenvolvimento de Tecnologia de Energia Nuclear e Unidade Global, com a finalidade de “solicitar o envio de documentos referentes à apresentação realizada no mês de outubro na Câmara Municipal, no que tange à atividade minerária e as consequências que podem ser ocasionadas ao abastecimento de água na região metropolitana”

2) 1.197/18: Pedido de informação à Fundação Municipal de Cultura com a finalidade de “solicitar cópia de documentos que indiquem quais são as referências utilizadas pela Fundação para delimitar os perímetros de tombamento da Serra do Curral”.

RESPOSTA: Consultada, a Fundação Municipal de Cultura emitiu resposta por meio de ofício anexo. Foi encaminhada manifestação da Diretoria de Patrimônio Cultural - DPAM, em que se apresenta o perímetro da área tombada e da área de entorno da Serra do Curral (mapas e deliberações do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte - CDPCM/BH). A Diretoria de Patrimônio Cultural, Arquivo Público e Conjunto Moderno da Pampulha se colocou à disposição para quaisquer informações que se fizerem necessárias. REMETENTE DO OFÍCIO: Guilherme de Souza



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Barcelos - Diretoria de Acompanhamento Legislativo em exercício - Gabinete do Prefeito

3) 1.197/18: Pedido de informação à Fundação Municipal de Cultura com a finalidade de “solicitar cópia de documentos que indiquem quais são as referências utilizadas pela Fundação para delimitar os perímetros de tombamento da Serra do Curral”.

4) 1.198/18: Pedido de informação à Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais e à Superintendência Regional de Meio Ambiente - Supram Central Metropolitana, com a finalidade de “solicitar cópia do novo Prad - Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, fornecido pela Empresa de Mineração Pau Branco - Empabra S.A.

Resposta: Foi informado que em 23 de outubro de 2018 a EMPABRA protocolou um requerimento pedindo prorrogação do prazo de entrega do novo PRAD (protocolo R0179263/2018 em anexo ao ofício de resposta). Por meio do ofício 2049/2018/DREG/SUPRAMCM/SEMAD/SISEMA (também em anexo), enviado em 07 de novembro de 2018 à EMPABRA, a Supram Central Metropolitana acatou o pedido dando a empresa um prazo de mais 30 dias, impreterivelmente, para a entrega do referido PRAD. Estando dentro do prazo, a Supram ainda não acusou o recebimento do mesmo. Remetente do ofício: Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto - Superintendente Regional de Meio Ambiente Centra Metropolitana

5) 1.199/18: Pedido de informação à Comissão Parlamentar de Inquérito da Mineração na Serra do Curral com a finalidade de “juntar cópia da justificativa de ausência do Secretário de Meio Ambiente na reunião realizada dia 13/11/18”.

6) 1.200/18: Pedido de informação à Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais com a finalidade de “obter informações sobre as doenças



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

relacionadas à atividade minerária, pelo período de 2010 a 2018, na região que compreende as cidades de Belo Horizonte, Raposos, Nova Lima e Rio Acima”.

7) 1.201/18: Pedido de informação à Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte com a finalidade de “obter cópia do processo administrativo e relatório de tombamento do Muro de Pedras localizado na Serra do Curral”.

8) 1.202/18: Pedido de informação ao Conselho Municipal de Política Cultural do Município de Belo Horizonte - COMUC, ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte - CDPCM - e à Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte, com a finalidade de “obter informação acerca da data de reunião realizada por esse órgão no mês de dezembro próximo”.

Oitiva: “Oitiva do Diretor Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral/Agência Nacional de Mineração, Victor Hugo Froner Bicca, para que apresente os dados referentes ao processo de autorização de lavra concedida e o devido acompanhamento da atividade da Empresa de Mineração Pau Branco S.A. - Empabra, e demais questões pertinentes ao caso”, conforme Requerimento de Comissão nº 1.130/18. O presidente saudou Felipe Leonardo de Aguiar e o informou do andamento dos trabalhos da comissão. Disse que houve denúncias de que a Empabra retirou mais de três vezes a quantidade autorizada de minério e manifestou sua preocupação com outros empreendimentos de mineração na Serra do Curral em processo de licenciamento. Felipe Leonardo de Aguiar saudou a todos e informou que a ANM é responsável pela gestão da atividade minerária no país. Lembrou que o Departamento Nacional de Produção Mineral foi extinto e que suas atribuições foram incorporadas pela ANM. Disse que o processo de titularidade da Empabra é o de nº 7.227/57, ativo na agência. Esclareceu que a área de mineração referenciada nesse processo faz margem com a unidade de proteção municipal do Parque das Mangabeiras e que nessa área de proteção não é admitida nenhuma atividade minerária. Esclareceu que a Agência realiza fiscalizações no



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

local da mineração e que, anualmente, a empresa apresenta relatório sobre a produção minerária no período. Complementou que não havia sido informado da especificidade desta oitiva sobre o referido processo da Empabrá e que não estava de posse dos documentos desse processo específico. O presidente perguntou se Felipe Leonardo de Aguiar recebeu a convocação enviada para a ANM e indagou o motivo da ausência do diretor geral da agência, Victor Hugo Froner Bicca. Felipe Leonardo de Aguiar disse que o Victor Hugo Froner Bicca não pôde comparecer em função de compromissos em Brasília e colocou-se à disposição para esclarecer dúvidas dos vereadores. O presidente agradeceu a presença de Felipe Leonardo de Aguiar e disse que iria suspender a oitiva e submeter à comissão novo convite para oitiva de Victor Hugo Froner Bicca.

22ª Reunião – 04/12/2018 – 10:25h - Plenário Helvécio Arantes

. Reunião com a presença dos vereadores Gilson Reis, Arnaldo Godoy, Catatau, Carlos Henrique e Bella Gonçalves.

. A Comissão aprovou os seguintes requerimentos:

1) 1.220/18: Que convida o presidente substituto e a superintendente de Minas Gerais do Iphan, Andrey Rosenthal Schlee e Célia Maria Corsino, respectivamente, para “prestarem informações sobre as razões pelas quais foi alterado o perímetro de tombamento da Serra do Curral, bem como esclarecerem sobre a alteração dos marcos históricos realizada pela mineração na Serra do Curral pela Empabrá S.A., em reunião desta comissão a ser realizada no dia 11 de dezembro de 2018, às 10 horas”

2) 1.225/18: Que convoca a presidenta do Iepha/MG, Michele Abreu Arroyo, para “oitiva a ser realizada no dia 11 de Dezembro de 2018, às 10h, durante a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, no Plenário Helvécio Arantes, para prestar esclarecimento sobre a alteração dos marcos históricos realizada pela mineração na Serra do Curral pela Empabrá S/A, bem como



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

sobre as providências no que se refere ao muro de pedra e demais questões pertinentes ao caso”

Oitiva: 1) da presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, Kátia Bogéa, para prestar informações sobre as razões pelas quais foi alterado o perímetro de tombamento da Serra do Curral, bem como esclarecer sobre a alteração dos marcos históricos realizada por mineração na Serra do Curral pela Empabra S.A., conforme o Requerimento de Comissão nº 1.174/18, de autoria dos vereadores Arnaldo Lula Godoy, Catatau, Gilson Reis e Juliano Lopes. O presidente comunicou o recebimento do Documento Protocolo nº 3.200/18, de autoria do chefe de gabinete do Iphan, Rafael Arrelaro, que justificou a ausência da presidente do instituto, Kátia Bogéa, em razão de ter outro compromisso em sua agenda. O presidente informou que o subscritor desse requerimento sugeriu nova data para a oitiva de Kátia Bogéa: 11/12/18. O presidente considerou-se indignado com a ausência de servidores de órgãos convocados para prestar depoimento à CPI. Considerou essa conduta como criticável, pois a falta de declarações das autoridades impede os belo-horizontinos de terem acesso a informações sobre o fato. Enfatizou que as ausências prejudicarão o trabalho do relator da comissão, incumbido de elaborar o parecer, já que o seu acesso a informações será limitado. Considerou essas ausências um desrespeito à CMBH e à CPI, que realizam atividades fiscalizatórias no intuito de esclarecer os fatos aos belo-horizontinos. Sugeriu a convocação das autoridades municipais ausentes em chamamentos anteriores e propôs estudos com os órgãos de controle da Casa para identificar as medidas sancionatórias cabíveis contra essas ausências de servidores na CPI. Lembrou que a ausência ao chamamento do secretário municipal de Meio Ambiente está em exame no Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG.

2) O presidente comunicou que não se fazia presente, também, para a segunda oitiva prevista na CPI, a presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - Iepha/MG, Michele Arroyo, convidada conforme o Requerimento de Comissão nº 1.176/18.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Outros Assuntos: O vereador Carlos Henrique, relator da CPI, solicitou providências ao presidente contra os órgãos do Município, do Estado e da União que não estejam respondendo aos requerimentos da CPI. Informou que possui 9 requerimentos que foram aprovados pela comissão mas não obtiveram resposta. Acrescentou que esse fato está prejudicando sua elaboração do parecer. Atentou para o fato de os órgãos não se manifestarem após o prazo legal fixado e não haver por parte da CMBH nenhuma providência sancionatória contra isso. Registre-se que o vereador Arnaldo Lula Godoy encerrou sua participação na reunião. O vereador Carlos Henrique informou os requerimentos que foram enviados e não obtiveram resposta: 1) 852/18, à Secretaria Municipal do Meio Ambiente; 2) 883/18, ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais - MPMG; 3) 903/18, ao Iphan; 4) 906/18, à Secretaria Municipal do Meio Ambiente; 5) 933/18, à Secretaria Municipal da Fazenda; 6) 934/18, à Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais; 7) 976/18, à Empabra S.A.; 8) 1.128/18, à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e ao prefeito de Belo Horizonte; 9) 1.166/18, ao Instituto Estadual de Florestas - IEF. O presidente observou que a falta de respostas aos requerimentos e as ausências de autoridades estão frustrando as investigações da CPI. Solicitou à coordenadoria da comissão e à procuradoria da CMBH que apresentem sugestões de ações cabíveis contra esse comportamento. Disse que esse comportamento censurável de representantes de entidades convidadas, destacando-se o Iphan, o IEF e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, deixam dúvidas quanto ao que estão querendo encobrir. Informou que a CPI deverá discutir o que fazer contra o comportamento de autoridades que não vierem à CPI e não responderem aos requerimentos e, em seguida, a comissão deverá deliberar o encaminhamento em reunião extraordinária.

23ª Reunião – 11/12/2018 – 10:25h - Plenário Helvécio Arantes



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

. Reunião com a presença dos vereadores Gilson Reis, Carlos Henrique, Catatau e Edmar Branco.

. A Comissão aprovou os seguintes requerimentos:

1) 1.266/18: “Convocar o Sr. Mário Werneck, Secretário Municipal do Meio Ambiente de Belo Horizonte, para oitiva a fim de explanar todo o processo de atuação do Município referente à exploração minerária da Serra do Curral, em específico da Empresa de Mineração Pau Branco S.A. - Empabrá”, a ser realizada em 18/11/18, às 10 horas, no Plenário Helvécio Arantes.

2) 1.267: “Convidar o Sr. Paulo Sérgio Costa Almeida, Engenheiro de Minas da Agência Nacional de Mineração de Minas Gerais, para que apresente os trabalhos realizados de fiscalização de volume de minério lavrado e informações atualizadas sobre o estado atual da cava em relação aos perímetros de concessão de lavra entre outras questões pertinentes à extração de minério realizada pela Empresa de Minério Pau Branco S.A. - Empabrá”.

3) 1.268: “Requer que a Procuradoria da Câmara Municipal de Belo Horizonte, tendo em vista o requerimento nº 1.128/2018, cujo prazo de cumprimento vence em 11 de Dezembro de 2018, analise a viabilidade de judicialização da matéria no caso de não apresentação da documentação requerida até o final do expediente”.

Oitiva: A CPI da Mineração ouviu representantes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (Iepha-MG). Eles falaram sobre o processo de tombamento da Serra, sobre medidas de proteção e fiscalização do bem tombado pelo poder público.

Os representantes do Iphan, George Alex da Guia e Célia Maria Corsino, salientaram que a área tombada pelo instituto não foi modificada desde



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

a década de 60, correspondendo ao Pico de Belo Horizonte e, partindo do eixo da Avenida Afonso Pena, 900 metros à esquerda e à direita na área da Serra do Curral, resguardando a visibilidade do bem tombado.

Da Guia explicou que a questão da mineração é dado histórico do processo de ocupação da cidade e da área. Segundo ele, o tombamento do complexo da Serra do Curral, datado de 1961, elegeu como referência de preservação o projeto histórico da cidade de Belo Horizonte feito por Aarão Reis e Francisco Bicalho - e a Serra do Curral era elemento importante desse projeto. Na segunda metade da década de 70 foram criados parques, como o Parque das Mangabeiras, e o Complexo era objeto de exploração "frente e verso". O representante do Iphan também afirmou que em 1991 houve o tombamento municipal da Serra do Curral e a paralisação das atividades mineradoras.

Mineração

Quando perguntada pelo presidente da Comissão, vereador Gilson Reis, sobre cumprimento de regras ambientais pela Mineração Pau Branco Empabra, empresa investigada pela CPI, Célia Maria Corsino afirmou que "todas as exigências que o Iphan fez, ela cumpriu". Entretanto, em seguida ela contou que o órgão recebeu a informação de que o Programa de Áreas Degradadas (Prad), de responsabilidade da Empabra na região explorada, não estava sendo cumprido. De acordo com legislação federal, a empresa será notificada porque 11% da área que ela ocupa não pode ser minerada.

O presidente da CPI também questionou se os representantes do Iphan têm conhecimento de que a base do Pico de Belo Horizonte está sendo minerada, e de que uma nova mina, a Taquaril, vai ser implantada na região. Corsino citou declaração de conformidade da mineração Taquaril. "A gente já tem as plantas da mina, eles têm que entregar novo licenciamento de cava. Fechamos a área do entorno e a mineração Taquaril está se adequando à nova



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

área, salvaguardando o Pico de Belo Horizonte. Ou eles diminuem a cava ou não vão ter permissão”, sentenciou.

Os representantes advertiram que a gestão do bem tombado deve ser compartilhada com o Município e Estado. A Serra do Curral envolve outros municípios além de Belo Horizonte. “Existem poderes concorrentes, e a área não tombada também é vista como área ambiental”, afirmou Corsino, destacando que o Iphan, sozinho, não teria poder para salvar a Serra do Curral.

Entorno

Em 14/09/2015, O Iphan emitiu Termo de Referência para licenciamento de atividades da Empabra. Já a Portaria do Iphan 144, de 2016, buscou preservar parques e partiu de cortes altimétricos, respeitando, como foi frisado várias vezes pelos presentes, o projeto de Aarão Reis e garantindo que perdas ambientais fossem quitadas. Um Decreto-Lei permitiu promover um levantamento fotográfico da região, com mapeamentos de área protegidas (observando-se quem fazia a gestão do território), e melhor delimitação da alteração da “poligonal do entorno”, pois, inicialmente, a área tombada não incluía o conceito nem a área do “entorno”. Em 2017, o Iphan foi notificado sobre impactos das atividades da Empabra no Parque Estadual da Baleia.

IEPHA

A presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (Iepha-MG), Michele Abreu Arroyo, também foi ouvida. Ela afirmou que o órgão ainda não realiza a proteção da Serra, mas está em fase final de contratação de empresa que licitará equipe para estudo visando o tombamento estadual, “incluindo todos os maciços montanhosos” (abarcando outros municípios). A previsão do contrato é de oito meses, durante os quais serão incorporadas questões de proteção ambiental, cultural e legislação urbanística dos municípios, unindo a proteção federal e municipal. “O Iepha acompanha ações



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de intervenção dentro de áreas de interesse de proteção e, a partir dos posicionamentos municipal e federal, pode fazer análises”, explicou. O presidente da Comissão solicitou ao Iphan cópia do estudo.

Arroyo elencou alguns problemas que envolvem a preservação/recuperação da região serrana: empreendimentos imobiliários de alta renda ocupando área ambiental, ocupação por vilas e favelas (desde o Bairro Taquaril, na Região Leste, até a Região do Barreiro) e falta de histórico de planejamento. Ela também lembrou a importância do compartilhamento de responsabilidades.

25ª Reunião – 18/12/2018 – 10:20h - Plenário Helvécio Arantes

. Reunião com a presença dos vereadores Gilson Reis, Carlos Henrique, Catatau e Bella Gonçalves.

. A Comissão aprovou os seguintes requerimentos:

1) 1.279/18: Pedido de informação ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan - com a finalidade de “solicitar cópia integral dos estudos técnicos que embasaram: 1. A inclusão da retirada da área correspondente ao Parque Estadual da Baleia da área do entorno do conjunto paisagístico do pico e da parte mais acantilada da Serra do Curral; 2. A exclusão da área correspondente ao Parque Estadual da Baleia do pico e da parte mais acantilada da Serra do Curral, pelas portarias que versaram sobre esses tombamentos, a saber, n. 198/2016, n. 444/2016 e n. 437/2018; e 3. A avaliação de possíveis riscos de desabamento da cumeeira na divisa entre a Mina Corumi e o Parque Estadual da Baleia, o que poderia descaracterizar a visada de importância histórica e simbólica do Pico de Belo Horizonte”.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

2) 1.280/18: - Pedido de informação ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - Iepha - com a finalidade de “solicitar a cópia dos projetos e estudos básicos do órgão sobre o tombamento do Maciço Montanhoso da Serra do Curral”.

3) 1.282/18: - Pedido de informação ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan - com a finalidade de “obter informações sobre a justificativa técnica e legal para a exclusão das áreas pertencentes ao Município de Nova Lima do perímetro de tombamento, e sua inclusão na poligonal do entorno do conjunto paisagístico do pico e da parte mais acantilada da Serra do Curral”.

4) 1.283/18: - “Oitiva do Sr. Ernane Marcos Cardoso de Souza, presidente da Cooperação para o Desenvolvimento e Moradia Humana, para explanação sobre a parceria realizada com a Empresa de Mineração Pau Branco S.A. - Empabra, no tocante à atuação da ONG nas comunidades da região do Taquaril”, a ser realizada em 5/2/19, às 10 horas, no Plenário Helvécio Arantes.

5) 1.284/18: - “Convidar o Sr. Walter Batista Alvarenga, presidente do Instituto Brasileiro de Mineração - Ibram, para oitiva a ser realizada em 12 de fevereiro de 2019, às 10 horas, durante a reunião desta Comissão no Plenário Helvécio Arantes. O convidado deverá esclarecer as relações entre os diversos empreendimentos minerários na região metropolitana de Belo Horizonte, bem como informar o andamento referente a recuperação de áreas degradadas e os potenciais impactos negativos do conjunto de empreendimentos no regime hídrico da região nas suas dimensões físico-humana e físico-ambiental, especialmente no que tange à atividade realizada pela Empresa de Mineração Pau Branco S.A. - Empabra, sob pena de responder por crime de desobediência, nos termos do artigo 330, CPB”.

Resposta: Não comparecimento



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

6) 1.285/18: - “Oitiva do Sr. André Maurício Ferreira, presidente da Empresa de Mineração Pau Branco S.A. - Empabrá, para explanar para os presentes informações sobre a atividade de extração minerária e de recuperação da área em que exerce sua atividade, localizada na Serra do Curral, sob pena de responder por crime de desobediência, nos termos do artigo 330 do Código Penal Brasileiro”, a ser realizada em 12/2/19, às 10 horas, no Plenário Helvécio Arantes.

Oitiva: O secretário Municipal de Meio Ambiente, Mário Werneck informou que as atividades de exploração de minério de ferro na Mina Corumi, no Bairro Taquaril, Região Leste da capital, são fiscalizadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad). De acordo com o secretário, a Empabrá passou a operar, em 2015, por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), prevalecendo as mesmas condições previstas para recuperação do meio ambiente, bem como a lavra e a comercialização do minério em quantidades especificadas.

Mário Werneck esclareceu que a Empresa Mineradora Pau Branco (Empabrá) havia sido convocada para executar o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (Prad) na Granja Corumi, como o retaludamento das superfícies degradadas, a implantação do sistema de drenagem e de revegetação, além de programas sociais investidos na região, previamente aprovadas pelo órgão.

Por meio de um aditivo firmado em 2009 com o Ministério Público e Prefeitura de Belo Horizonte como interveniente, a Empabrá foi autorizada a movimentar minério de ferro, prevendo a possibilidade de venda do fino do minério que havia na área e também da venda do minério que seria retirado no processo de retaludamento previsto na recuperação ambiental.

Atuação do Estado



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

De acordo com Mário Werneck, em atendimento Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), a Empabra passou a operar, em 2015, por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), prevalecendo as mesmas condições previstas para recuperação do meio ambiente, bem como a lavra e a comercialização do minério em quantidades especificadas.

No entanto, em inspeção técnica feita pela equipe da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, foi constatado o descumprimento de algumas atividades exercidas pela Empabra, principalmente no que se refere à retirada do fino do minério. Um ofício foi enviado ao Governo do Estado e ao MP alertando sobre a alteração do TAC, que autorizava a mineradora a explorar a área acima do limite que era permitido. Ainda de acordo com Werneck, foi solicitado que a Empabra comparecesse em reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comam) para que fossem prestados esclarecimentos junto ao órgão.

Fiscalização

Mário Werneck respaldou as ações tomadas pela Semad em relação às atividades minerárias desenvolvidas na região. Ele relatou que, após ser informado sobre o que vinha acontecendo, o governo reuniu os órgãos responsáveis pela fiscalização, que decidiram pela paralisação da exploração. “Acredito que o Estado está cumprindo seu papel, mas, se houver necessidade, nós iremos lá por dever de ofício e as medidas que efetivamente carecerem ser tomadas, após a análise técnica do nosso pessoal, serão tomadas”, finalizou o secretário.

Presidente da CPI, o vereador Gilson Reis sustenta que os levantamentos já feitos pela CPI apontam um problema na legislação que regula a fiscalização das mineradoras. “O que nós estamos observando na prática é



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

que há uma completa fragilidade dos instrumentos de legislação capazes de cobrar das empresas suas responsabilidades”, afirma.

26ª Reunião – 05/02/2019 – 10:16h - Plenário Helvécio Arantes

. Reunião com a presença dos vereadores Gilson Reis, Carlos Henrique, Catatau, Bella Gonçalves e Edmar Branco.

. A Comissão aprovou os seguintes requerimentos:

1) 15/19: Requer que a reunião dessa Comissão marcada para às 10:00h do dia 20/02/2019 seja realizada no Plenário Ayménhas de Barros.

Oitiva: A CPI da Mineração recebeu representantes da Cooperação para o Desenvolvimento e Moradia Humana (CDM), ONG contratada pela Mineração Pau Branco S.A. – Empabre para realizar um trabalho socioambiental com as comunidades do Bairro Taquaril (Região Leste de Belo Horizonte). Durante a reunião, os três representantes negaram qualquer envolvimento da ONG com as questões ligadas à devastação ambiental enfrentadas pela Empabre.

Segundo o presidente, Ernane Marcos Cardoso de Souza, a CDM tem como objetivo principal a promoção do desenvolvimento da pessoa humana em todos os âmbitos, sobretudo famílias em situação de vulnerabilidade. A organização foi contratada pela Empabre para realizar um diagnóstico socioambiental participativo junto às comunidades moradoras da região do Taquaril, visando à elaboração de um Programa de Educação Ambiental com as demandas surgidas entre os participantes. Esse programa abarca seis projetos, voltados ao público interno (trabalhadores da Empabre) e externo (comunidades), incluindo sensibilização sobre temas ambientais e especificamente sobre preservação de nascentes, criação de multiplicadores de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

informações e utilização de rádio comunitária local para disseminar práticas de educação ambiental.

A gerente do Programa, Amanda Alves, explanou sobre os projetos. O “Diálogo Socioambiental”, por exemplo, é voltado aos trabalhadores da mineradora, buscando informá-los e sensibilizá-los diante de diversas temáticas socioambientais. Além disso, ampliar os conhecimentos deles sobre as ações desenvolvidas pela empresa, para torná-los multiplicadores de informações corretas sobre a Empabrá, inclusive com apresentação do Programa de Educação Ambiental.

Mapear a área de influência direta da Empabrá também foi uma das ações realizadas pela CDM. Essa região engloba Taquaril, Castanheiras, Jardim Pirineus, Cidade Jardim Taquaril, Galo Novo e Velho. Contratado em março de 2018 para o período de um ano, todo o Programa, de acordo com Alves, foi desenvolvido seguindo a Deliberação Normativa 214/16, do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam).

Os vereadores Edmar Branco (Avante) e Gilson Reis (PCdoB) perguntaram aos representantes sobre a proteção de nascentes. Segundo estes, a preservação/recuperação está sendo feita apenas em uma nascente do Taquaril, indicada por moradores. Reis fez vários questionamentos ligados à preservação ambiental: “A mina começou em 2006 e apresentou problemas. Vocês têm conhecimento do fato?”. Um dos representantes respondeu que sabe dos problemas “pelo que saiu na imprensa”. O parlamentar questionou como fazer um Programa de Educação Ambiental sem tomar conhecimento do EIA/Rima (Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental) da Empabrá. O superintendente da ONG, Martionei Gomes, justificou: “Fomos contratados para fazer diagnóstico participativo para realizar o diagnóstico socioambiental, e não há necessidade de EIA/Rima”.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Diante de outros questionamentos do parlamentar e presidente da CPI sobre diversos aspectos da devastação ambiental supostamente causada pela mineradora, como mineração fora do perímetro permitido, seca de nascentes e risco de desabamento da Serra do Curral, os representantes foram unânimes em afirmar que desconhecem tais fatos e que a questão da preservação/recuperação não está na alçada da ONG, contratada para realizar apenas ações de educação ambiental, embora tenham sido fomentadas discussões sobre a mineração durante as atividades. Gomes assinalou que a equipe analisou “dados secundários”, tendo acesso a “documentos sobre a área de influência direta da Empabrá”.

27ª Reunião – 12/02/2019 – 10:14h - Plenário Helvécio Arantes

. Reunião com a presença dos vereadores Gilson Reis, Carlos Henrique, Catatau, Bella Gonçalves, Edmar Branco e Arnaldo Godoy.

. A Comissão aprovou os seguintes requerimentos:

1) 37/19: Requer o envio de ofício à Coordenação-Geral do Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Arrudas - SCBH Ribeirão Arrudas, Humberto Marques, Márcia Marques e Cristiano Cerqueira, em resposta ao ofício nº 21/2018 - SCBH - Ribeirão Arrudas, que solicita de documentos desta CPI.

Oitiva: Oitiva do Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração - Ibram, Sr. Walter Batista Alvarenga, para esclarecer as relações entre os diversos empreendimentos minerários na região metropolitana de Belo Horizonte, bem como informar o andamento referente a recuperação de áreas degradadas e os potenciais impactos negativos do conjunto de empreendimentos no regime hídrico da região nas suas dimensões físico-humana e físico-ambiental, especialmente no que tange à atividade realizada pela Empresa de Mineração Pau Branco S.A. - Empabrá, sob pena de responder por crime de desobediência, nos termos do artigo 330, CPB. Requerimento de Comissão nº 1.284/18. Oitiva não realizada em razão da exoneração do Sr. Walter Batista Alvarenga e a não nomeação de seu substituto.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Oitiva: Oitiva do Presidente da Empresa de Mineração Pau Branco S.A. - Empabra, Sr. André Maurício Ferreira, para explanar para os presentes informações sobre a atividade de extração minerária e de recuperação da área em que exerce sua atividade, localizada na Serra do Curral, sob pena de responder por crime de desobediência, nos termos do artigo 330 do Código Penal Brasileiro. Requerimento de Comissão nº 1.285/18. Oitiva não realizada em conforme OFÍCIO PROLEG 22/2019 que justifica a ausência do Sr. André Maurício Ferreira.

A Comissão ouviu o advogado Ricardo Carneiro, o engenheiro de minas Sérgio Maia e a jornalista Amanda Cardoso, representantes da Empabra. Chamado para responder a essas denúncias e explicar as atividades de extração minerária e de recuperação realizadas na área da Serra do Curral, no limite entre Belo Horizonte, Nova Lima e Sabará, o presidente da Empabra, André Maurício Ferreira, não compareceu, por estar em viagem internacional. No entanto, devido à relevância das informações em discussão, a CPI abriu uma exceção e ouviu outros representantes da empresa: o engenheiro Sérgio Maia, o advogado Ricardo Carneiro e a assessora de comunicação Amanda Cardoso.

Durante apresentação resumida do histórico do trabalho realizado pela Empabra, Amanda Cardoso mostrou que, desde a retomada das atividades minerárias em 2012 até meados de 2018, o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (Prad), que integra processo de licenciamento da extração mineral pelo poder público, vem sendo realizado dentro da lei por meio de ações como a retirada e comercialização de minério abandonado, a reconformação de taludes, a implantação do sistema de drenagem, a revegetação com mudas nativas, entre outras. No entanto, de acordo com o presidente da CPI, vereador Gilson Reis, documentos apontam que a Empabra foi multada várias vezes, em anos anteriores, por não cumprimento de compromissos firmados, e existem indícios de outras irregularidades. “O Prad de 2008 foi descumprido. Além disso, há uma divergência de informação sobre mineração dentro da área do Parque da Baleia”, afirma Reis.

O vereador também questionou sobre atividade de mineração na base do Pico Belo Horizonte, denunciada pela Universidade Federal de Minas Gerais. Sérgio Maia afirmou desconhecer as multas e explicou que a Empabra, atualmente, não está descumprindo a legislação na sua área de atuação, não havendo intervenção no Pico e nem dentro da área tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

O vereador Catatau do Povo questionou os representantes da Empabra sobre o mapeamento e monitoramento de nascentes da região, já que



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

antes das atividades minerárias foram detectadas mais de 60 e, hoje, há apenas uma. Segundo Amanda, estudos realizados na época não detectaram nascentes na área de atuação da empresa, desconhecendo essa informação.

O vereador Edmar Branco (Avante) também salientou os prejuízos causados ao meio ambiente pela mineração e perguntou sobre a elaboração de projeto de recuperação ambiental por parte da empresa. No mesmo viés, Bella Gonçalves quis saber sobre o prazo para que essa recuperação seja concluída.

Como resposta, Ricardo Carneiro explicou que só será possível finalizar um cronograma de recuperação após redefinição das condicionantes do processo de licenciamento ambiental juntamente com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e não há data para isso. “Ainda estamos buscando a retomada dos trabalhos, que foram paralisados no segundo semestre de 2018”. Ricardo também relatou que é necessária a retomada da atividade de lavra para que a área seja recuperada. “A empresa tem concessão de lavra, mas não há recursos para fazer isso. Ela precisa de geração de caixa, que depende da retomada das atividades”. Também justificado pela falta de recursos, o advogado confirmou o desligamento dos funcionários da Empabra no final do ano passado, quando a empresa suspendeu suas atividades.

28ª Reunião – 19/02/2019 – 10h - Plenário Amynthas de Barros

. Reunião com a Convocação dos vereadores Gilson Reis, Carlos Henrique, Catatau do Povo, Bella Gonçalves, Edmar Branco, Arnaldo Godoy e Elvis Côrts.

Finalidade: Entrega e votação do relatório final da CPI da Mineração na Serra do Curral.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

7 – Sobre os questionamentos da CPI

Após as análises dos documentos recebidos e dos depoimentos dos convidados nas oitivas, este relatório apresenta as respostas aos questionamentos elencados ainda na proposta de trabalho, quais sejam:

1. A Empresa de Mineração Pau Branco (Empabra) realmente descumpriu o limite da extração de minério previsto em autorização inicial para a atividade;

No Relatório Técnico Conjunto SEMAD/IEF nº 01/2018, de 20 de junho de 2018, além de depoimentos em oitivas realizadas por essa CPI, não há constatação de descumprimento da extração de minério previsto, além do limite determinado pela poligonal DNPM 7227/1957, pela EMPABRA.

O IDE-SISEMA, concluiu que, conforme coordenadas repassadas pelo Laudo de Constatação 01/2017 - PE Baleia, as atividades da EMPABRA não estavam sendo exercidas no interior do Parque Estadual da Baleia. No entanto, o mesmo Laudo aponta danos à cumeada da serra que faz a divisa entre o Parque e a Mina Corumi, em função de cortes no talude, como fica claro nas fotos que dele constam. Além disso, em visita técnica realizada pela Câmara Municipal, verificou-se que devido a ausência de averiguação técnica ou georreferenciamento do ponto de encontro dos limites do parque e da Mina Corumi, não há condições de concluir pela invasão ou não dos limites do Parque Estadual da Baleia pela atividade minerária, também conforme depoimento da gerente do referido Parque.

Quanto à lavra fora da poligonal DNPM 7227/1957, a IDE-SISEMA concluiu que a ADA do empreendimento estava conflitante com o DNPM 3099/1958, porém restava saber se havia ocorrido atividade de lavra ou atividade de reconformação topográfica conforme previa o PRAD apresentado.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Porém o Relatório de Vistoria da ANM, de 27 de novembro de 2017, concluiu que não foram identificadas atividades de lavra e/ou extração mineral na poligonal do processo DNPM 003.099/1958 e que a área se encontrava em processo de reabilitação ambiental.

No entanto, como apontado acima no depoimento e material técnico arrolado pelo Professor-doutor Leandro Souza, imagens de satélites sobrepostas à poligonal da autorização de lavra, mostram claramente que houve um intenso rebaixamento de terreno fora dos limites da concessão de lavra da ordem de 30 a 40 metros, segundo o lado da cava. Mesmo que esse rebaixamento não tendo sido usada para a mineração, mas sim para a “recuperação ambiental”, como alegado, não há como negar as desconformidades com o PRAD aprovado e possíveis danos às nascentes do Parque Estadual da Baleia, pelo rebaixamento do lençol freático.

Há documentos de anuências do Parque Estadual Serra do Rola Moça; do Patrimônio de Belo Horizonte; e de regularidade do PRAD e licença do empreendimento da SMMA BH.

2. Foi constatado a violação sobre o que o volume movimentado na área de atuação da Empabra, inclusive quanto à extensão temporal dos atos conexos e causa determinante das investigações desta CPI?

Em 09 de abril de 2015 a EMPABRA entregou a SMMA BH a versão final por meio do Relatório Técnico RL-190215_00 elaborado pela Coffey. Integram deste relatório, o Projeto Básico de Retaludamento, Projeto Básico de Drenagem e Sequenciamento Para Recuperação da Área, com projetos preliminares, metodologias utilizadas e os projetos finais para a recuperação da área da Antiga Mina Granja Corumi.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

No âmbito estadual, PA 28047/2014/001/2015, a EMPABRA protocolou um PRAD na formalização do processo de LOC, um relatório complementar como cumprimento condicionante do primeiro TAC e um novo PRAD atendendo ao pedido de informações da SUPRAM CM enviado em dezembro de 2017. Todos estes documentos propõem o mesmo projeto de recuperação final da área.

Quando comparado o projeto de recuperação final apresentado à PBH com os projetos no âmbito do processo administrativo estadual, verificou-se que todos visam a mesma recuperação final, porém os dados relacionados ao volume de movimentação de material necessário para alcançar esta recuperação não convergem.

Quanto ao volume necessário para alcançar a recuperação final, este está detalhado nos projetos de terraplenagem, drenagem pluvial e estabilidade de taludes.

No relatório técnico RL-190215_00 apresentado à PBH, é previsto: “A movimentação total será de 1.18Mm^3 (3,13Mt), sendo $0,5\text{Mm}^3$ (1.5Mt) de material para ser comercializado (minério) e 0.66Mm^3 (1.63Mt) de material para ser aterrado.”

No Relatório Técnico apresentado ao Estado, é previsto: “A movimentação total será de 2.43Mm^3 (7.98Mt), sendo 1.68Mm^3 (5.88Mt) de material para ser comercializado (minério) e 0.75Mm^3 (2.10Mt) de material para ser aterrado.”

Fazendo uma análise comparativa dos volumes de corte apresentados ao Estado e à PBH, verifica-se que os volumes de corte apresentados ao Estado foram superiores. Para o Estado foi acrescentado um volume de $1.247.900\text{ m}^3$ referente a “Escavação para a regularização topográfica e nível de bordas dos Sumps dentro do DNPM 7227/1957”. Este acréscimo do volume de corte não se justifica, uma vez que ambos os projetos preveem a abertura dos mesmos sumps, com as mesmas dimensões e conformação topográfica final.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A divergência de informações acontece também com os volumes de aterro necessários para a execução do projeto. Novamente este acréscimo não se justifica ao fato de os projetos finais apresentados ao Estado e à PBH serem os mesmos.

Segundo versão da Empabra à SUPRAM/SEMAD em resposta ao ofício nº 55/2018/DRCP/SUPRAM-CM/SEMAD/SISEMA, datado de 03 de julho de 2018, a “modificação do quantitativo no projeto técnico de terraplanagem e a não revisão do seu conteúdo técnico, metodológico e cartográfico, seria justificada pelo fato de que o projeto de recuperação final não sofrera alteração, por atender as premissas e diretrizes de ambas as esferas (municipal e estadual), porém o volume de corte e aterro contemplaria a expectativa da EMPABRA, à época, de obter licença ambiental para exercer atividade de lavra, obviamente limitada à poligonal do DNPM nº 7227/1957, de sua titularidade, nos termos de Plano de Aproveitamento Econômico – PAE aprovado junto àquele órgão”. Tal fato teria gerado a apresentação de novo PRAD junto à SUPRAM, pendente de análise. (Resposta ao Ofício 1867/2018/SUP/SUPRAM/SEMAD/SISEMA).

3. Quanto a recuperação prevista no PRAD da Mineração Pau Branco SA – Empabra?

Foi verificado, por vários órgãos como a SEMAD, o IEF e SMMA BH, que vinham sendo realizadas obras de recuperação na área do DNPM 3099/1958, porém houve indícios da EMPABRA estar descumprindo o projeto proposto para o Aterro 1, alvo da seção vertical “Seção 02_Proj”, que é destinada exclusivamente para a recuperação ambiental com a instalação de um aterro.

Em fiscalização conjunta do SEMAD/IEF, realizada em 06 de junho de 2018 (AF 111584/2018), foi constatada grande movimentação de solo no local, especialmente na área da “Seção 02_Proj” onde os técnicos não conseguiram



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

identificar justificativas que levassem ao aprofundamento do perfil topográfico constatado em fiscalização. Esta movimentação no local abre possibilidade de desestabilização e coloca em risco a estabilidade da cumeada da serra. Esta movimentação no local abriu discussão sobre a estabilidade da cumeada que faz divisa com o Parque da Baleia.

Esta questão específica do risco e estabilidade da cumeada que faz divisa com o Parque da Baleia foi alvo de decisão judicial na Ação Pública nº 0024.05.778.262-5 no qual fora firmado o TAC entre o MPMG e a EMPABRA, em que foi proferida decisão determinando a realização de obras emergenciais para reforço do limite em referência, já se tendo ciência de sua conclusão por meio de vistoria realizada no Parque da Baleia por esta CPI em 26 de novembro de 2018.

4. Cumprimento do TAC pela Mineração Pau Branco SA – Empabra?

A SUPRAM CM constatou que a EMPABRA “não cumpriu de maneira satisfatória as obrigações 2, 3, 5 e 7 da Cláusula Segunda” do Segundo aditivo do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC.

5. Os impactos sociais e ecológicos oriundos do processo de extração realizada pela Empabra em seu empreendimento?

Membros da CPI realizaram em 26 de novembro de 2018, Visita Técnica ao Parque Estadual Florestal da Baleia, localizado nas encostas da Serra do Curral, na região Leste de BH. Eles foram averiguar denúncias de irregularidades relativas à intervenção da Empresa de Mineração de Pau Branco (Empabra), que atuava no entorno do parque e foi interditada pela Superintendência Regional de Meio Ambiente (Supram). Há denúncias de danos ambientais causados pela mineração não só nas divisas da unidade, mas dentro do próprio parque, inclusive com o risco de desmoronamento de parte da Serra.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Para o vereador e presidente da CPI, Gilson Reis, “foram constatados voçorocas, área de degradação total dentro do parque, na divisa do parque uma parte já exposta, uma região de trincamento da serra, com possibilidade de desmoronamento dessa região, que é patrimônio histórico”. Ele se referia à Serra do Curral, no perímetro de entorno da área tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Ainda segundo Reis, os taludes, necessários nas obras de regeneração para impedir o deslizamento/desmoronamento de terra, foram construídos muito verticalizados, quando deveriam ter uma área maior. Ele também afirmou que uma nascente teria secado dentro do parque

Segundo a supervisora do Parque Estadual da Baleia, Luísa Campos, não é possível afirmar que a mineração invadiu a área do Parque, que é de 102 hectares. Entretanto, “a mineração está no limite do parque, e agora temos que tratar os danos causados no entorno, como o risco de desmoronamento e de alteração na geomorfologia do relevo, além de tratar também a questão hídrica, dentre outras”, enumerou. Ela também comentou que uma voçoroca dentro do Parque, causada pela mineração (atividade que vem sendo realizada na região desde os anos 80), está aumentando. Campos confirma a degradação do entorno e do próprio Parque. A Empabra teria feito uma cava muito próxima ao Parque e muito maior que a necessária para a recuperação da área onde exercia atividades mineradoras, causando grande movimentação de terra e colocando em risco o relevo e a vegetação do local. A mineradora atualmente está recuperando uma das antigas lavras na divisa do Parque (Navantinos).

Quanto às denúncias oriundas da sociedade no entorno do empreendimento a SUPRAM CM realizou vistoria, conforme AF 111595/2018. Os representantes das associações de moradores do bairro Cidade Jardim Taquaril e Pirineus apontaram como problemas ambientais mais graves a poeira, o barulho de caminhões e máquinas e a perda da característica original do meio ambiente advindos da mineração EMPABRA.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O prosseguimento das atividades minerárias, de forma como vinham sendo realizadas pela EMPABRA, conforme constatado, incrementava os riscos e efetivos prejuízos aos patrimônios ambiental e cultural titularizados de forma difusa por toda a sociedade (artigos 215, 2016 e 225 da Constituição Federal) em especial pela sociedade de Belo Horizonte, que vê um de seus cartões postais, a Serra do Curral, ser dilapidado em benefício apenas do lucro auferido pela mineradora em suas atividades.

Com características de avenida urbana, a MG-030, rodovia que liga Belo Horizonte a Nova Lima, recebia diariamente centenas de carretas carregadas de minério escoado da Mina Granja Corumi, localizada no Bairro Taquaril, Região Leste. Ambientalistas afirmam que a Empresa de Mineração Pau Branco (Empabra) ignorou a proibição do transporte da carga neste percurso que, além de danificar a rodovia, piora as condições do tráfego local e aumenta o risco de acidentes na região.

Conforme explicou o representante da Associação dos Moradores do Bairro Ville de Montagne, Aloísio Alves Melo, o itinerário inicialmente proposto pela Empresa de Mineração Pau Branco (Empabra) para o escoamento de minério da Mina Corumi, referente a um Programa de Recuperação de Área Degradada (PRAD), foi alterado unilateralmente pela empresa, que passou a utilizar a rodovia MG-030, que liga Belo Horizonte a Nova Lima. Em 2016, por determinação da Justiça, a Empabra ficou impedida de utilizar a rodovia, sob a alegação de que o tráfego desses caminhões no trecho em questão causa impactos ao meio ambiente e à mobilidade urbana, sendo preciso licença, autorização e estudo de impacto ambiental para atestar ou não a viabilidade do transporte da carga no percurso.

No entanto, de acordo com Melo, as carretas continuaram a trafegar não somente durante o dia, mas principalmente à noite, em verdadeiros comboios de cerca de 240 veículos por dia, carregados com 25 toneladas de minério, em velocidade incompatível com a rodovia. “Além de danificar a rodovia, este tráfego



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

excessivo de carretas carregadas traz riscos iminentes de acidentes na pista que é íngreme, estreita e sem acostamento” concluiu Aloísio Melo.

O representante do Movimento Contra a Barragem de Rejeitos de Raposos, Benedito Ferreira Rocha considera que a Rodovia MG-030 já se tornou uma grande via urbana em razão da diversidade de ocupação adjacente à estrada. Rocha conta que o peso dos caminhões carregados provoca trepidações, que causam rachaduras e danificam a estrutura das residências e demais construções que estão à beira da rodovia.

Com a expansão urbana na região, Rocha também apontou outros perigos inerentes ao trânsito de carretas de minério na via, como o alto risco de atropelamentos e o nível de poluição. Além das residências, também estão localizadas às margens da rodovia escolas, centro de saúde e estabelecimentos comerciais, que contribuem para o aumento da circulação de pedestres e de outros veículos. “A condição de termos que conviver com carretas carregadas e em alta velocidade torna a rodovia altamente perigosa, o que realmente é uma tragédia anunciada”, defendeu Rocha.

O presidente da Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica de Belo Horizonte, Sérgio Augusto Domingues, enfocou os impactos da mineração sobre os parques urbanos vizinhos à atividade/mina.

Domingues citou alguns impactos genéricos causados pela atividade minerária, como degradação visual, danos associados a ruídos, contaminação das águas e diminuição do volume de nascentes. “Esses impactos são reais, mas, para mensurá-los, dependemos de estudos mais específicos”, esclareceu.

O representante da PBH disse não existir análise específica sobre danos ambientais relacionados aos parques municipais, mas, segundo ele, a Fundação prometeu à Prefeitura um plano de manejo para esses espaços.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ressalta-se que o próprio presidente da Fundação em referência indicou a necessidade de realização de estudos específicos para mensuração para o caso específico, o que pode ser objeto de recomendação desta CPI. Quando da apresentação de Resposta ao Ofício 1867/2018/SUP/SUPRAM/SEMAD/SISEMA, indicou que sua atividade “contribui para a recarga do aquífero, uma vez que o tratamento do minério sempre foi realizado a seco, sem utilização de barragem, e que foram implantados sistemas de drenagem superficiais, denominados Sumps, que evitam o carregamento de sedimentos e escoamento pluvial à jusante da área do PRAD”.

6. Atual situação da Empresa de Mineração Pau Branco SA – Empabra - em Belo Horizonte.

Em 17 de julho de 2018 a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) suspendeu as atividades da Empresa de Mineração Pau Branco (Empabra) no bairro Taquaril, na Região Leste de Belo Horizonte. A mineradora não cumpriu quatro determinações do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado em 2017 por meio da Superintendência Regional de Meio Ambiente (Supram) Central Metropolitana. Ainda de acordo com a Semad, a Empabra não atendeu três obrigações socioeconômicas e uma relacionada à instalação de sistema de limpeza de rodas de caminhões usados no transporte de minério.

Dados do projeto de recuperação ambiental da área apresentados pela mineradora à Semad e à Prefeitura de Belo Horizonte estariam divergentes. A Embrapa informou ao estado uma quantidade de extração de minério quatro vezes maior que o informado ao município o que equivale a 425 piscinas olímpicas a mais.

Além da paralisação, a empresa foi multada em R\$ 50,4 mil. Apesar da suspensão, a Empabra deverá manter a execução das obras emergenciais e de recuperação da área.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dos cerca de 400 trabalhadores diretos e terceirizados da Empresa de Mineração Pau-Branco (Empabra), que atuavam na área conhecida como Granja Corumi, na região do Taquaril, cerca de 375 foram demitidos após as atividades minerárias terem sido suspensas.

Mediante o Ofício 1867/2018/SUP/SUPRAM/SEMAD/SISEMA, foi determinada a apresentação de novo PRAD para o empreendimento, cumprindo pela EMPABRA em 23 de novembro de 2018 e objeto de discussão em reunião realizada no dia 10 de dezembro de 2018, com a presença de representantes do Ministério Público, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e da Empabra.



8 – Considerações finais

Os trabalhos da CPI da Mineração na Serra do Curral deixaram patente que o setor mineral brasileiro não tem recebido a atenção devida ao longo dos anos de consolidação do modelo econômico mineiro, especialmente no que se refere à responsabilidade em instalar e manter equipamentos que garantam a segurança das operações, dos trabalhadores envolvidos, das comunidades adjacentes e dos elementos do meio biótico que podem ser afetados pelas atividades.

Por outro lado, o setor vem sendo agraciado, ao longo dos anos, por isenções fiscais, incentivos públicos e até mesmo uma certa complacência no que se refere às suas faltas com as obrigações fiscais e previdenciárias

Historicamente, a mineração é relacionada como atividade fundamental da economia brasileira, já tendo ocupado lugar de destaque na composição do PIB do país. Considerada atividade de utilidade pública e de interesse nacional, gera renda, emprego e desenvolvimento, fatores esses que tem variado segundo os momentos históricos e os processos de inserção da economia brasileira no mercado internacional.

As características assumidas na contemporaneidade pelas atividades do setor no âmbito internacional têm provocado implicações importantes que devem ser levadas em consideração quando procuramos tratar de equacionar a relação entre benefícios e danos que a atividade pode gerar. E essas implicações perpassam as dimensões social, ambiental, econômica e também de soberania nacional.

Temos assistido nos tempos atuais um cenário no qual parecem não existir limites à exploração e não há questionamentos quanto aos modos de produção e consumo insustentáveis, assim como não são suficientemente consideradas as condições de sustentabilidade hídrica ou de resiliência das bacias hidrográficas em que se inserem as áreas já mineradas ou a minerar. Se as jazidas minerais são caracterizadas pela rigidez locacional, pela finitude e pelo valor econômico, as



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

atividades relacionadas à sua exploração, por outro lado, tem causado graves impactos socioambientais que parecem não estar recebendo a atenção necessária para tentar minimizar os danos que podem aparecer.

Dessa forma, a partir do caso tratado neste Relatório e das indicações dadas pelas demais ocorrências aqui reportadas, procuraremos identificar a amplitudes dos impactos que podem advir dessa atividade e identificar elementos que possam contribuir para um posicionamento e para a construção das recomendações a serem feitas aos diferentes órgãos públicos, sejam eles executivos, normativos ou de controle.

8.1 – Impactos verificados em consequência da atividade na Mina Corumi:

8.1.1 – Ambiental / hídrico

No que se refere aos impactos de caráter ambiental, devemos nos ater, em primeiro lugar, às implicações das atividades nas unidades de conservação limítrofes. Como vimos acima, as unidades de conservação próximos à Mina Corumi são o Parque Florestal Estadual da Baleia, o Parque Municipal das Mangabeiras, O Parque Municipal da Serra do Curral e o Parque Municipal Fort Lauderdale. A Serra do Curral também faz parte da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço²⁷ e é reconhecida como patrimônio natural da humanidade pela UNESCO

Em relação ao Parque Estadual da Baleia, não podemos deixar de mencionar o Laudo de Constatação 01/2017 quando esse relaciona os impactos verificados na unidade de conservação após o início das

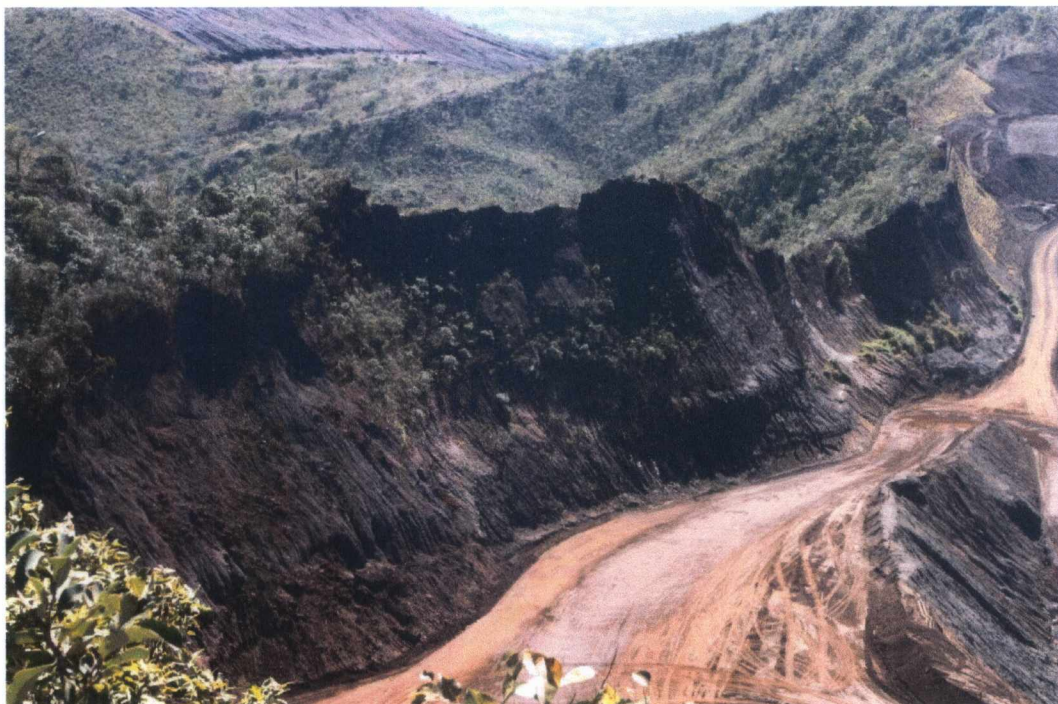
²⁷ Ver: <https://www.institutopristino.org.br/atlas/espinhaco/>
http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80252/RelatoriosRB_PT/1%20REVISAO%20PERIODICA_RBSE.pdf

e



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

atividades na mina vizinha, especialmente na cumeeira da divisa entre a unidade de conservação e a Mina Corumi, como podemos ver na foto a seguir:



8.1.2 – Cultural / patrimônio

Como pudemos verificar pelo detalhamento das portarias do IPHAN relacionadas ao tombamento do Conjunto Paisagístico da Serra do Curral, vimos que, diferente do afirmado nesta CPI pelos representantes do órgão, o perímetro tombado do Pico de Belo Horizonte não corresponde, na atualidade, à delimitação original da década de 1960.

As alterações produzidas nos instrumentos de proteção federal do patrimônio cultural representado pela Serra do Curral e do Pico de Belo Horizonte podem trazer sérios riscos à manutenção desses marcos da história e da paisagem da Região Metropolitana de BH.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Cabe dizer que, diferentemente do afirmado em depoimento a essa CPI pelos representantes do IPHAN, o tombamento não foi suscitado pelo fato de o Pico de Belo Horizonte ser parte da bandeira municipal e de que sua importância seria apenas em função da visibilidade que ele teria a partir da cidade de Belo Horizonte. Para tanto, cabe retomarmos algumas considerações feitas por especialistas desde a época do processo que resultou no tombamento, até os dias atuais, nos quais se constata que mesmo após aproximadamente 40 anos de interrupção da atividade da Mina de Águas Claras, ainda hoje se produzem efeitos que descaracterizam o bem tombado.

Ainda durante o processo de tombamento, em **3 de agosto de 1959**, O chefe do 3^o Distrito do SPHAN, em resposta à diligência do Conselho Consultivo, encaminha o ofício 605 nos seguintes termos:

“(...) o tombamento puro e simples de um trecho de 1.800 metros, com eixo na avenida Afonso Pena, protegerá apenas um terço da Serra, considerada somente sua parte mais elevada ou um quinto da serra toda. Na espécie, há de se esclarecer então qual o caráter do tombamento, isto é, o que se visa preservar, pois não parece que apenas o trecho considerado corresponda ao acidente geográfico conhecido como Serra do Curral (...) Se a finalidade do tombamento dissesse respeito à encosta que serve de fundo ao eixo da cidade e não ao perfil da Serra, seja lícito sugerir então que se preserve a encosta em sua extensão característica, isto é, do nascimento do pico ao marco 233, definida a encosta por duas cotas limites, mínima e máxima, por exemplo: 1.100 e 1.290, acrescida a elevação do pico. (...) Deve ser levado em conta, na emergência, que o tombamento da encosta voltada para a cidade, ainda que desde a cumeada, dificilmente evitaria trabalho de mineração na encosta oposta, com risco evidente de desmoronamento acidental da aludida cumeada.”
(Brasil, IPHAN)



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Já em **10 de junho de 1961** O conselheiro relator Miran de Barros Latif encaminha ofício ao Conselho Consultivo do PHAN no qual relata visita feita à Serra do Curral, na companhia do engenheiro Paulo Assis Ribeiro, funcionário do PHAN, do professor Othon H. Leonardos, bem como do engenheiro de minas Pedro Maciel, responsável pelo “Plano de Bom Aproveitamento da Serra”, da Hanna. No ofício o conselheiro argumenta:

“Relativamente ao processo de tombamento da Serra do Curral que me voltou às mãos como relator do mesmo, tenho a dizer-vos que: (...) resguardados os 1800m de cumeada e a aba da serra que a eles corresponde, delimitada por paralelos correndo a 900 m de um e de outro lado do prolongamento do eixo da av. Afonso Pena, e, do lado da cidade, pela linha proposta pelo engenheiro Silvio de Vasconcelos, de preferência à curva de nível por nós sugerida; resguardado igualmente o Pico de Belo Horizonte até a cota já fixada, creio que se possa abrir mão, por inexpressivo, do tombamento de uma faixa correndo a meia encosta, sem atingir a cumeada da serra, entre estes dois pontos essenciais. De fato esta faixa, em terrenos da Prefeitura, já vem sendo preservada naturalmente pelo íngreme da encosta onde se encontra (...). Dado o fato que as camadas de minério de ferro, mergulhando segundo a encosta oposta à tombada, poderão, quando lavradas, apresentar escorregamentos capazes de afetar os 1.800 m de cumeada também tombados, seria necessário recomendar, conforme ainda sugere o engenheiro Paulo Assis Ribeiro, às companhias interessadas que tomem todas as precauções para evitar que isto aconteça e, mesmo fora dos limites do tombamento, mas em trechos a este contíguos, desde que a lavra venha a afetar a cumeada, que sejam disfarçadas as escarnas eventualmente produzidas com arvoredo que recomponha o aspecto natural primitivo da serra.” (Brasil, IPHAN)



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Sobre esse ponto, devemos ressaltar que os temores do especialista vieram a se concretizar após 15 anos, aproximadamente, do fim das atividades de lavra na Mina de Águas Claras. Ocorre que no dia **29 de abril de 1992** um deslizamento de minério na escarpa sul da Serra do Curral, na mina citada, “provocou a destruição do marco número 4 (quatro) do tombamento federal, fixado pelo Instituto de Geo-Ciências Aplicadas em 1973.” (Mata-Machado, op.cit. p. 58). Fica claro que a proximidade da atividade mineraria da cumeeira do Paredão da Serra do Curral, mesmo tendo respeitado os limites da atividade, ficou exposto a processos erosivos que acabaram por interferir no perímetro do bem tombado e, conseqüentemente, na sua visada pela cidade de Belo Horizonte. Mais ainda, no dia **4 de maio de 1995**, a

“chefe da Divisão Técnica da Regional do PHAN em Minas Gerais Celeste Maria de Lima Rodrigues encaminha memorando (MEMO/DT/39/95) à coordenadora Cláudia Lage sugerindo providências para efetivar as propostas contidas no relatório da arquiteta Thays Mendonça. Descreve as fases necessárias aos estudos de ampliação da área tombada (delimitação e diagnóstico da área e formulação de diretrizes de uso e ocupação) e sugere a contratação de uma consultoria especializada para realizá-los. Ao comentar o caso da MBR, a chefe da Divisão afirma que “não temos atualmente nenhum meio legal para agir contra esta situação, uma vez que a área minerada por aquela empresa não está localizada dentro do perímetro tombado pela União” (Brasil, IPHAN). (Mata Machado, p.59).

Além do exposto, foi verificado mais recentemente, na década de 2010, a ocorrência de grande desmoronamento que levou a empresa responsável a ter que adotar medidas de emergência para impedir o colapso de mais uma parte da cumeeira do Paredão. O desmoronamento ocorrido também foi o responsável pelo fechamento da trilha que percorria o topo do paredão, iniciando na entrada do



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Parque da Paredão da Serra, na Praça de Israel e finalizando no Parque das Mangabeiras.

Fica claro que a manutenção de atividade mineraria perto de encostas íngremes revela-se de alto risco para a integridade dessas estruturas naturais e, nesse sentido, a exclusão da porção do perímetro tombado do Pico de Belo Horizonte situada no Município de Nova Lima revela-se uma irresponsabilidade no que tange à preservação da integridade desse bem tombado por parte de seus proponentes. Cabe lembrar que esse bem tombado foi escolhido como símbolo de BH no ano de 1995, através de um plebiscito promovido pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Lembrando que nessa disputa, a Serra do Curral concorreu ao título de símbolo da cidade, juntamente com outros significativos exemplares como a Igreja São Francisco de Assis e Praça da Liberdade, sendo eleita com um total de 268.767 votos. Assim, a percepção da Serra do Curral em Belo Horizonte contempla não apenas sua importância natural, mas principalmente sua importância enquanto elemento definidor do espaço urbano tanto na sua representação física quanto simbólica.

A foto a seguir explicita, a partir do ocorrido com o Paredão da Serra do Curral, o risco que cairá sobre o Pico de BH, caso essa redução do tombamento seja mantida e a mineração venha a ser ali instalada. Nela vê-se claramente a alteração do perfil da Serra, inclusive na parte tombada pelo IPHAN, na cumeeira do Paredão da Serra, causado de forma irrefutável pela proximidade da cava da mineração com o bem tombado.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



Mais ainda, questionamos a alegação da representante do IPHAN em oitiva dessa Comissão de que a área tombada situado no Município de Nova Lima tenha sido excluída do tombamento pelo fato do Município não ter sido comunicado à época. Cabe lembrar que quando do tombamento, os municípios não eram entes federativos dotados de autonomia político-administrativa e, portanto, estavam sujeitos à intermediação ao Estado federado nas suas relações com o governo federal. Portanto, presume-se que, tendo sido o Estado comunicado (conforme indicado à página 63 deste relatório), o ato administrativo tenha atingido o município. Ademais, entendemos que se fosse esse o caso, um simples ato administrativo, uma notificação, seria suficiente para sanar o alegado problema.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Um último ponto a ser levantado é a proximidade das atividades da Mina Corumi com a extremidade do Muro de Pedras, o que poderia acarretar danos a sua estrutura. Faz-se necessário que a Fundação Municipal de Cultura proceda a uma vistoria do local, no âmbito do processo de tombamento em tramitação nesse órgão.

8.1.3 – Social / sanitário

Do ponto de vista dos impactos sociais, devemos nos ater primeiramente na demissão em massa promovida pela empresa, a partir de acordo feito com a presidência do Sindicato Metabase de BH após a interrupção das atividades da empresa pela SEMAD em 17 de julho de 2018.

Cabe também ressaltar o não cumprimento pela Empabrá, das condicionantes 5 e 6 do último TAC celebrado.

Também deve ser levado em consideração os depoimentos referentes aos incômodos provocados pelo tráfego intenso de caminhões e problemas de saúde decorrentes da dispersão de particulados em comunidades atingidas, como no caso dos povoados do Galo e Galo Novo e também em toda a extensão da MG-30.

8.2 – Potenciais impactos decorrentes do conjunto de atividades minerárias na RMBH

Para podermos inferir sobre o que pode advir do impacto desse tipo de empreendimentos para a Região, devemos levar em conta os seus principais efeitos negativos, seja do ponto de vista dos quesitos ambientais, seja do ponto de vista da preservação da paisagem e dos marcos geográficos, seja do ponto de vista social.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Do ponto de vista ambiental, seja ele relacionado à fauna, flora ou recursos hídricos, temos que esse tipo de empreendimento produz, invariavelmente, uma supressão da vegetação (que, no caso da RMBH, apresenta muitas espécies endêmicas, fato reconhecido que inclusive contribuiu para que a região fosse incorporada à Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço), com concomitante destruição de abrigos de animais e/ou expulsão desses de seus habitats naturais, além da destruição de estruturas geológicas que permitem e favorecem a recarga de aquíferos, o que pode comprometer a segurança hídrica de uma região na qual habitam aproximadamente 6,5 milhões de pessoas.

Sobre a preservação da paisagem, podemos afirmar com certeza, do risco iminente de descaracterização do Pico de Belo Horizonte (bem tombado pelas esferas federal e municipal). Afirmamos isso tendo como base, inclusive, os depoimentos que relatavam temores – desde a década de 1960 – de descaracterização dos bens tombados, em virtude da limitada área destinada à sua efetiva preservação (provavelmente para atender aos interesses de grupos minerários, como parece ser o caso das portarias nº 444/16 e 437/18 do IPHAN, que beneficiam diretamente o CMST e a Empabrá, respectivamente).

Sobre os impactos sociais, temos atualmente poucas palavras para descrever a magnitude que esses podem alcançar. Cabe apenas ressaltar que esses impactos acima referenciados de maneira genérica, são aqueles decorrentes do funcionamento desse tipo de mineração em condições normais. Não estão incluídos nesse rol aqueles que podem advir de, digamos mau funcionamento das estruturas ou problemas de manutenção em equipamentos, além da ausência de monitoramento ou monitoramento negligente por parte das mineradoras de parâmetros de segurança definidos. Infelizmente, temos exemplos recentes de que quando “fatos anormais” acontecem, os danos acima relatados ganham dimensão exponencial.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Em um breve relato do que vem ocorrendo nas últimas duas décadas, temos que desde 2001, outros quatro grandes rompimentos de barragens deixaram vítimas fatais, além de grande rastro de degradação ambiental em Minas Gerais (às vezes com consequências em outros Estados da federação)

Em junho de 2001, uma barragem da empresa Rio Verde se rompeu no distrito de São Sebastião das Águas Claras, conhecido como Macacos, em Nova Lima. Cinco funcionários foram mortos e uma área de 80 hectares de Mata Atlântica foi devastada.

Em 2003, outro rompimento, dessa vez na cidade de Cataguases, na Zona da Mata, despejou 900 mil metros cúbicos de lixívia negra na bacia do Paraíba do Sul, fronteira com o Estado do Rio de Janeiro.

Em janeiro de 2007, foi a vez dos moradores de Miraí, também na Zona da Mata, sofrerem com um tsunami de rejeitos. Uma represa da empresa Mineração Rio Pomba Cataguases cedeu, destruindo dezenas de casas.

No dia 10 de setembro de 2014, três trabalhadores morreram quando uma represa da Herculano Mineração cedeu em Itabirito, na região metropolitana de Belo Horizonte.

Há pouco mais de três anos, em 5 de novembro de 2015, o rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco, controlada pela própria Vale, deixou 19 mortos e causou uma enxurrada de lama que inundou várias casas em dois distritos de Mariana (Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo) e um de Barra Longa (Gesteira), na região Central de Minas Gerais. Por ter comprometido por longo prazo um grande rio em toda sua extensão, além dos danos causados de forma imediata à região próxima do rompimento da barragem, Fundão ainda é a maior tragédia ambiental provocada por ações humanas da história do Brasil.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Por fim, há menos de um mês, em 25 de janeiro de 2019, um risco que vinha sendo preconizado²⁸ se concretizou com o rompimento da barragem B1 da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, causando a morte de aproximadamente 350 pessoas e o comprometimento de aproximadamente 35 % do abastecimento de água da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

A represa rompida em 2015 tinha uma capacidade total de 50 milhões de metros cúbicos, cerca de 38 milhões a mais do que a que cedeu no dia 25 de janeiro de 2019 em Brumadinho. Os rejeitos de minério ainda se encontram no leito do Rio Doce, tendo chegado até o estado do Espírito Santo, prejudicando o abastecimento de mais de 40 cidades ao longo do caminho. Foram retiradas oito toneladas de peixes mortos em Minas Gerais e três toneladas no Espírito Santo. Impactos dessa desnatureza ainda estão por serem medidos no descaso com a barragem de rejeitos situada em Brumadinho.

Hoje, pouco mais de três anos após o rompimento da barragem em Bento Rodrigues, o que salta aos olhos é a impunidade, além da omissão e negligência dos órgãos fiscalizadores da atividade minerária, dada a reincidência do fenômeno. Ninguém foi responsabilizado. Nenhuma pessoa respondeu pelas 19 vidas perdidas e pelos incalculáveis impactos ambientais provocados pela negligência no controle da estabilidade de equipamentos industriais. Tampouco houve ainda a responsabilização da diretoria e da presidência da Vale pelas centenas de vidas ceifadas em 2019, no município de Brumadinho, além daquelas que levarão consigo para o resto de suas

28 Durante a 4ª Reunião Ordinária da CPI, realizada em 14 de agosto de 2018, "Maria Teresa Viana de Freitas Coruyo (representante do Movimento pelas Serras e Águas de Minas - MOVSAM) respondeu que, sobre a questão da instabilidade geomorfológica, a região representa sim um grande risco em função da constituição do solo. Alertou, porém, que mineradoras têm usado o argumento da existência de riscos para justificar a demanda de reinício de atividades em áreas tombadas. Comentou sobre o risco das barragens de rejeitos na região metropolitana, as quais podem comprometer irreversivelmente o abastecimento de água em Belo Horizonte. Denunciou que existem projetos em licenciamento que representam enorme risco para as áreas de onde Belo Horizonte retira sua água".



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

existências as marcas provocadas pela ganância e irresponsabilidade desses empresários.

Sobre os impactos positivos da atividade, o que poderíamos enunciar seria a geração de empregos nas comunidades onde se instala e renda para o PIB do Estado e do país. No entanto, frente ao contexto de cotação extremamente baixa desse tipo de commodities no mercado internacional, vemos que esse benefício não se mostra à altura do passivo gerado e dos custos para a recuperação das áreas degradadas.

Para além desse aspecto conjuntural, temos que a participação da mineração no PIB do Estado vem diminuindo historicamente, em função do crescimento de outros setores da economia, e tem variado entre 6,0 e 8,0 % do total desse indicador. Nota-se, entretanto, que apesar da pequena participação na composição da produção bruta do Estado, a atividade pode produzir em algumas localidades ou municípios, aquilo que vem sendo chamado de minero-dependência, na qual a quase totalidade dos recursos da economia local são provenientes da mineração. E isso tem efeitos perversos no médio-longo prazo, pelo fato de as pessoas e o poder público se sentirem seduzidas pelas possibilidades de renda oferecidas pelas empresas e não serem incentivados investimentos em outras atividades fora da cadeia produtiva da mineração. Entretanto, sendo o ciclo minerário de duração determinada, o fim das atividades pode mergulhar a economia local em um processo de profunda recessão, somado ao estado de degradação deixado como legado após anos de exploração das riquezas que ali existiam.

Em relação a esse ponto, também temos que nos reportar ao destino das riquezas dali extraídas, sendo que a maior parte da produção minerária do Estado hoje é destinada à exportação e portanto, conforme definido pela Lei Kandir, (de 1996, governo Fernando Henrique Cardoso), isento do pagamento do ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços. Dessa forma, além de não contribuir de forma significativa para a arrecadação do



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Estado, ainda fornece recursos estratégicos baratos para que outros países promovam seu beneficiamento e aumentem seu valor agregado, restando a nós a possibilidade de importação de tais produtos.

9 – Recomendações da CPI

Para finalizar esse trabalho, a CPI da Mineração na Serra do Curral entende como necessário a adoção de algumas medidas, seja no que se refere à preservação dos espaços naturais da Serra do Curral, seja em relação ao arcabouço normativo do licenciamento ambiental de atividades econômicas, seja no que diz respeito a ações que devem ser encaminhadas no âmbito judicial.

9.1 – Propostas relativas à preservação dos espaços naturais do maciço montanhoso da Serra do Curral

No que diz respeito às ações a serem tomadas pelos órgãos públicos no sentido de garantir e otimizar a preservação das unidades de conservação e de outros espaços que ainda apresentam graus consideráveis de condições naturais e/ou atributos ambientais relevantes, faz-se necessário a adoção de um conjunto de iniciativas

Em primeiro lugar, pela suspensão definitiva das atividades minerárias e comerciais da Empresa de Mineração Pau Branco (Empabra) na Mina Corumi, na região do Taquaril, não sendo permitida nenhuma espécie de rebaixamento do perfil atual de conformação do terreno.

Pela intensificação da fiscalização sobre as obras emergenciais e de recuperação da área especificada no “novo” PRAD – Projeto de Recuperação de Área Degradada - pelo Ministério Público de Minas Gerais, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad); Prefeitura de Belo Horizonte, atentando para o devido cumprimento das condicionantes



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

anteriormente negligenciadas pela Empabra, especialmente no tocante aos prazos para a finalização das obras. Ressalta-se, porém que até esta data a Supram ainda não acusou o recebimento do mesmo.

Pelo retorno da poligonal de tombamento da área do Pico de Belo Horizonte aos limites dados pela Portaria n° 198/16 do IPHAN e pelo retorno da parte excluída da poligonal da área do entorno do Conjunto Paisagístico da Serra do Curral pela Portaria n° 473/18, em especial a área correspondente ao Parque Estadual da Baleia, Mata da Baleia e Fundação Benjamin Guimarães, assim como as porções pertencentes ao Município de Nova Lima.

Pela regularização da situação fundiária do Parque Estadual da Baleia com o devido georreferenciamento, conforme indicação do Conselho Consultivo dessa unidade de conservação, entendendo tais procedimentos como parte das ações necessárias à elaboração do seu Plano de Manejo.

Pela realização do PAFEM – Plano Ambiental de Fechamento de Empreendimento Minerário da Mina Lagoa Seca com o cumprimento integral das condicionantes de número 29 e 30 definidas pelo COMAM quando da concessão da LO 949/05.

Já no caso específico do PESRM (Parque Rola Moça), deve ser revogada em caráter de urgência, a anuência concedida pelo Conselho Consultivo do Parque em 19/11/2018, uma vez que a mesma mostra flagrante ilegalidade ao preconizar a construção de uma via asfaltada no interior do Parque para o escoamento da produção. Entendemos que isso contradiz de forma cabal o disposto no artigo 28 (e em seu parágrafo único) do SNUC:

“Art. 28 – São proibidas, nas unidades de conservação, quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com os seus objetivos, o seu Plano de Manejo e seus regulamentos.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

“Parágrafo único. Até que seja elaborado o Plano de Manejo, todas as atividades e obras desenvolvidas nas unidades de conservação de proteção integral devem se limitar àquelas destinadas a garantir a integridade dos recursos que a unidade objetiva proteger, assegurando-se às populações tradicionais porventura residentes na área as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais.”

Por fim, buscando atender às diretrizes contidas na Lei que instituiu o SNUC (Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000), buscar uma integração das ações dos órgãos ambientais das diferentes instâncias de governo e das diferentes categorias de unidades de conservação, como pode se depreender da leitura de seu Art. 5º:

“Art 5º (...)

XIII – busquem proteger grandes áreas por meio de um conjunto integrado de unidades de conservação de diferentes categorias, próximas ou contíguas, e suas respectivas zonas de amortecimento e corredores ecológicos, integrando as diferentes atividades de preservação da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e restauração e recuperação dos ecossistemas”

Uma das formas para dotar essas ações de concretude, pode ser a criação de um Mosaico de Unidades de Conservação, como recentemente reconhecido através da Portaria nº 437/2018 do Ministério do Meio Ambiente, acolhendo o disposto no artigo 26 da Lei de criação do SNUC (combinado com o Decreto 4.340 de 22 de agosto de 2002, que regulamenta o SNUC, e seus artigos 8º, 9º, 10 e 11 que tratam do Mosaico de UC):

“Art. 26 – Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional.”

No entanto, ainda que a iniciativa seja louvável, devemos entender que ela não garantiria a não realização de outros empreendimentos minerários fora das zonas de amortecimento das unidades de conservação que compõem o Mosaico. Sendo assim, seria necessário o estabelecimento de novas Unidades de Conservação de Proteção Integral como parques (como por exemplo, a criação de um parque que poderia englobar o Muro de Pedras e o Vale do Cubango, na divisa de Belo Horizonte com Nova Lima) ou Monumentos Naturais e também a instituição de novas Unidades de Uso Sustentável ou ampliação daquelas já existentes (como por exemplo, estudar a viabilidade de extensão da APA-Sul) ou mesmo a criação de alguma Área de Relevante Interesse Ecológico ou ainda de novos corredores ecológicos.

9.2 – Propostas relativas à normatização da atividade minerária na Região Metropolitana de BH, a serem encaminhadas à ALMG

Pela interrupção das atividades mineradoras da Região Metropolitana de Belo Horizonte até que sejam realizados estudos técnicos que comprovem a segurança total da atividade, o que significa não colocar em risco o abastecimento hídrico da região, garantindo a integridade das áreas de recarga dos mananciais que servem ao sistema de captação.

Estabelecer, em caráter de urgência, um Plano de Descomissionamento de Barragens de Rejeitos.

Revogar os dispositivos que permitem o Licenciamento Concomitante de duas ou mais fases do licenciamento ambiental.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Revogar a portaria SEMAD 217/17 que permite o abrandamento das categorias de risco para fins de licenciamento

9.3 – Recomendações ao Ministério Público, à Polícia Federal e à Polícia Civil

1. Indicar ao MPMG a solicitação do imediato bloqueio judicial dos bens da Empabra e de seus sócios, a fim de que a empresa possa garantir os compromissos e rescisões trabalhistas bem como levar a cabo as ações de recuperação ambiental.
2. Indicar ao MPMG a autuação da empresa pelo não cumprimento dos parâmetros estabelecidos no PRAD e a não comprovação do cumprimento das condicionantes 5 e 6 do último TAC firmado.
3. Indicar ao MPMG a autuação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte / Secretaria Municipal de Fazenda por não ter enviado informações requeridas por esta CPI, sobre os montantes pagos em impostos pela Empabra durante o período de atividade mineraria na Mina Corumi.
4. Indicar ao MPMG o indiciamento dos titulares dos órgãos pertencentes ao SISEMA de Minas Gerais – SEMAD, SUPPRI e SUPRAM-CM, por autorizarem a tramitação do processo relacionado à demanda de LOC – Licença de Operação Corretiva – da Empabra, tendo a ciência de informação falsa prestada pela empresa, conforme esclareceu o Sr Hildebrando Neto em seu depoimento a esta CPI.
5. Indicar ao MPMG o indiciamento dos titulares dos órgãos pertencentes ao SISEMA de Minas Gerais – SEMAD, SUPPRI e SUPRAM-CM, por omissão em tomar providências relacionadas à realização de Audiência Pública no âmbito do processo de licenciamento do empreendimento denominado CMST – Complexo Minerário Serra do Taquaril – devido ao fato de Belo Horizonte ter duas Administrações Regionais completas dentro da



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

área de influência do mesmo. Cabe lembrar que essa solicitação foi encaminhada pela Câmara Municipal de Belo Horizonte em 11/06/2018, como Indicação nº 93/18 de autoria do vereador Gilson Reis.

6. Indicar ao MPMG o indiciamento da Prefeitura de Belo Horizonte / Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte por omissão e descumprimento da Lei Complementar 140, Art. 17, dado a ciência da ocorrência de atividade minerária operando sem o devido licenciamento ambiental no território do Município e a inação frente à degradação que vinha ocorrendo. Cabe lembrar que o Secretário afirmou, em Audiência Pública da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana realizada em 16 de maio de 2018 na Câmara Municipal de Belo Horizonte, ao final de sua participação nessa reunião, que tomaria providências para o imediato fechamento da Mina Corumi. Não apenas não o fez como também não tomou atitude após receber, em 11 de junho de 2018, a Indicação nº 94/18 da Câmara Municipal, de autoria dos vereadores Edmar Branco, Gilson Reis, Juliano Lopes e Osvaldo Lopes, a qual sugeria “a imediata interrupção das atividades da Empresa de Mineração Pau Branco – EMPABRA, na Mina Corumi, localizada na Serra do Curral, região do Taquaril, nesta capital, em virtude das razões apresentadas em relatório anexo”. Cabe dizer que a resposta a essa Indicação foi encaminhada à CMBH apenas no dia 20 de agosto de 2018, mais de um mês após o embargo da Mina pela SEMAD.

7. Indicar ao MPMG a realização de investigação sobre a relação da Empabra com acidentes de trânsito ocorridos com caminhões que transportavam o minério da empresa, seja em função de horário não autorizado, seja em função de excesso de trabalho, seja em função de peso excessivo dos caminhões.

8. Indicar ao MPF a realização de investigação e questionamento dos critérios adotados pelo IPHAN na revisão do tombamento que alterou o perímetro relativo ao Pico de Belo Horizonte, na sua porção contida no



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Município de Nova Lima, desconsiderando os danos posteriores à interrupção da possível atividade minerária que pretende ser instalada ali, o Complexo Minerário Serra do Taquaril – CMST, de propriedade da COWAN. Cabe ressaltar que na parte tombada referente ao paredão da Serra do Curral, vem ocorrendo desmoronamentos devidos à presença da cava, que estão alterando o perfil tombado, mesmo após mais de quarenta anos de interrupção das atividades na Mina de Águas Claras., como relatado acima neste Relatório.

9. Indicar ao MPF o indiciamento dos representantes do IPHAN por terem **faltado à verdade** durante depoimento nesta CPI, uma vez que afirmaram de forma categórica que “não houve alterações na área tombada pelo Instituto desde a década de 60”. No entanto, pela análise das portarias definidoras das poligonais referentes ao tombamento, percebemos uma brutal diferença entre os respectivos artigos 2º, ainda que tratem do mesmo objeto, ou seja, das duas partes componentes da “área tombada do Conjunto Paisagístico do Pico e da parte mais alcantilada da Serra do Curral”, sendo que na Portaria nº 444/2018 não se faz referência a área no Município de Nova Lima.

10. Além disso, caberia ao MPF inquirir sobre a retirada da área da Mina Corumi e também do Parque Estadual da Baleia da área de entorno pela Portaria 473/18 Cabe lembrar que tanto essa alteração – que exige a Empabra da obrigação de arcar com a recuperação de quaisquer danos que porventura tenham ocorrido no Parque Estadual da Baleia – quanto a retirada da área de tombamento do Município de Nova Lima ocorreram após reunião ocorrida entre a Empabra e o IPHAN, conforme relatado pelo representante da empresa em Audiência Pública requerida pela Comissão de Meio Ambiente e Políticas Urbanas realizada nesta Câmara Municipal em 16 de maio de 2018. Sendo assim, para dirimir quaisquer dúvidas que possam pairar sobre os critérios que levaram a tais decisões por parte do Iphan, sugerimos a quebra dos sigilos fiscal e bancário das seguintes pessoas Sr. George Alex da Guia e Sra. Célia Maria Corsino.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

9.4 – Outras Recomendações e Encaminhamentos

1. Para o Ministério Público do Trabalho, sugerimos que seja dado encaminhamento a ações referentes à readmissão dos demitidos pela Empabra, em função de acordo firmado entre essa e a diretoria do Sindicato Metabase BH, na figura de seu presidente, o Sr. Sebastião Alves de Oliveira. Cabe ainda solicitar, em virtude da celeridade com que tal acordo foi realizado, uma atenção especial ao ocorrido, incluindo a quebra de sigilos bancário e fiscal do senhor Sebastião Alves de Oliveira.

2. Para a Procuradoria da Câmara Municipal de Belo Horizonte, recomenda-se estabelecer protocolo para acompanhamento de resposta aos requerimentos de CPI e também de providências a tomar no caso do não atendimento a essas demandas do Poder Legislativo.

3. Dar ciência dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito e:

a) Oficiar o Tribunal de Justiça de Minas Gerais;

b) Oficiar o Tribunal de Contas de Minas Gerais

c) Oficiar o Ministério Público do Estado de Minas Gerais;

d) Oficiar a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

e) Oficiar a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte;

f) Oficiar a Agência Nacional de Minério;

g) Oficiar o Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- h) Oficiar os órgãos de proteção ao Patrimônio Cultural (IPHAN, IEPHA-MG e CDPCM-BH).
- i) Oficiar a Superintendência da Polícia Federal em Minas Gerais.
- j) Oficiar a Superintendência da Polícia Civil de Minas Gerais.
- k) Oficiar a Empresa Mineradora Pau Branco – EMPABRA.

O objetivo dos ofícios acima indicados é informar acerca de todo o processado nesta CPI e disponibilizar aos mesmos, cópia integral dos trabalhos realizados nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, caso queiram. O Ofício deverá ser acompanhado deste relatório.

Agradeço o apoio e a confiança depositada em minha pessoa. Estou certo que dediquei, como relator desta CPI, a melhor análise sobre inúmeras horas de depoimentos e sobre milhares de documentos que esta Comissão recebeu nestes 180 dias de trabalho árduo e dedicado.

Agradeço, ainda, a toda a assessoria técnica desta Casa Legislativa pelo inestimável apoio e profissionalismo.

Submeto este relatório a avaliação dos meus nobres pares.

Belo Horizonte, 19 de fevereiro de 2019.


Vereador Carlos Henrique – PMN
Relator da CPI – Mineração na Serra do Curral

*Aprovado o Relatório
Final.
Plenário Amynthes de
Borges, 19/02/2019*
